

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

LEONARDO LOPES

O ensino de Misael Matraga:
Quatro lições sobre a função da escrita nas psicoses

Doutorado em Psicologia Social

São Paulo

2020

Leonardo Lopes

**O ensino de Misael Matraga:
Quatro lições sobre a função da escrita nas psicoses**

Doutorado em Psicologia Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho.

São Paulo

2020

Leonardo Lopes

O ensino de Misael Matraga:

Quatro lições sobre a função da escrita nas psicoses

Doutorado em Psicologia Social

Banca examinadora:

_____ - Orientador

Raul Albino Pacheco Filho

Doutor em Psicologia – Universidade de São Paulo (USP)

Ana Laura Prates Pacheco

Doutora em Psicologia Clínica– Universidade de São Paulo (USP)

Sandra Letícia Berta

Doutora em Psicologia Clínica– Universidade de São Paulo (USP)

Paula Regina Peron

Doutora em Psicologia Clínica– Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Sandra Dias

Doutora em Psicologia Clínica– Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Aprovada em: ___/___/2020

*Aos que me ensinaram a contar histórias:
meus padrinhos, Fernando Roberto e Maria de Lourdes*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento: 88887.149656/2017-00.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code: 88887.149656/2017-00”.

AGRADECIMENTOS

Aos professores:

Raul Albino Pacheco Filho, orientador, pelo respeito e acompanhamento de meu trabalho desde o início.

Membros da banca, pela qualificada arguição.

Paula Peron e Sandra Dias, que acompanham meu percurso desde os tempos da graduação.

Flávia Arantes Hime, que me ensinou os princípios éticos da tarefa de pesquisador, o rigor e a dedicação, bem como a qualidade e o respeito da parceria entre orientadora e orientando, através do afeto, do cuidado e da separação necessários para a autoria de um pesquisador.

Berenice Pompilio, pela maneira rigorosa e permanente com a qual se propõe a me mergulhar na língua francesa.

Oswaldo Henrique Duek Marques, pelo acolhimento destinado, pela disposição às articulações entre os campos diversos e pela orientação da letra da lei.

À equipe do PAI-PJ (Programa de Atenção Integral do Paciente Judiciário) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, especialmente à *Fernanda Otoni Barros-Brisset*.

À Marlene, secretária do Programa de Psicologia Social

Aos que participaram dessa escrita como efeito de uma formação permanente articulada entre análise, supervisão e pesquisa:

Antônio Quinet e Ana Laura Prates, cujos dizeres perfazem o meu livro de cabeceira.

Beatriz Oliveira, Paula Pires e Tatiana, pelas inquietações compartilhadas e por sempre lembrarem do devido valor da clínica.

Beatriz Maya, Matias Buttini e Mariano Daquino, colegas de cartel, pelas trocas sobre a função da escrita e pela disposição em entender meu péssimo portunhol.

Glaucia Nagem e Beatriz Almeida, pelas contribuições nos exercícios de formalização na Rede As Psicoses do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo.

Silvana, Ivan, Rodrigo, Lola e Carla, colegas de Comissão de Gestão do FCL-SP 2019-20, pela paciência em suportar minhas variações de humor no último ano de pesquisa, e pela solidariedade que me foi dedicada, quando fora necessária a internação para escrita.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade, especialmente *Karla, Neto, Gabriel, Paulo, Roberta, Tainá e Patrícia*, pelo que pudemos construir e desconstruir coletivamente.

Aos amigos:

Joana, pelos encontros e desencontros de nossas novelas pessoais

Ana Carolina Dias e Marina Chaves, pelo respeito e aposta que me dedicam

Caio Torralvo, pelo afeto que se traduziu no resumo em inglês.

Maria Laura, pelas desventuras aquarianas que compartilhamos

Maria Claudia Formigoni e Virgínia Rett Lemos, parceiras de vida e de trabalho.

À *Dominique Fingermann, Sandra Berta e Regina Fabbrini*, por razões únicas.

E aos meus pais.

“Para mapear a vida de cada palavra, é preciso começar com um registro do seu nascimento, de quando foi escrita pela primeira vez. A partir daí as palavras, através do tempo, movendo-se como em zigue-zague.... Seus significados deslizando e fragmentando-se, à distância, acrescentando sutilezas de nuances a si próprias... Mas elas deixam pistas...”

Sir James Augustus Henry Murray, editor do Oxford English Dictionary

LOPES, Leonardo. **O ensino de Misael Matraga: quatro lições sobre a função da escrita nas psicoses**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2020.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo desenvolver a tese de que há uma articulação entre o fora-do-discurso da psicose e a prática da letra dos escritores, partindo da orientação de Lacan, no seminário de 1975-1976, *O Sinthoma*: a distinção entre a paixão pelas letras nas psicoses e o saber-fazer com *alíngua* dos artistas se dá no nível da escrita. De acordo com os princípios políticos, táticos e estratégicos que norteiam o psicanalista pesquisador, e pela premissa de que *as psicoses nos ensinam* e de que não devemos recuar diante dos efeitos da forclusão, fez-se metodologia dessa pesquisa o caso clínico, Misael Matraga. Declarado inimputável, Misael viu-se escrito no rol dos irresponsáveis, submetido a essa espécie de pena perpétua, a medida de segurança, dispositivo que atualiza o pior da aliança entre o discurso jurídico e o discurso psiquiátrico. No entanto, graças à uma equipe multidisciplinar orientada pelos princípios do Sistema Único de Saúde, foi encaminhado para os atendimentos clínicos, onde pode criar as contingências necessárias para uma desinternação singular. Se na avaliação psiquiátrica os ditos esquizofrênicos de Misael eram rechaçados, dado que a direção da cura era o “falar normalmente”, seu engajamento no tratamento analítico se deu exatamente pelo desmantelamento da palavra. A *destraqueumatização* foi um tratamento que convocou o analista como escriba, ou seja, como alguém capaz de secretariar ao pé da letra o testemunho de Misael - pela *moterialité* do significante, foi possível a inscrição, escrita e leitura de um *TERROREMA* (S), ponto de estabilização e ancoragem para a tentativa de laço. Nesses termos, esta tese consiste no ensino de Misael, sustentado em quatro lições: primeira lição, a função do caso clínico; segunda lição, a função do diagnóstico; terceira lição, a função secretário; quarta lição, a função do direito penal. Cada uma dessas lições procura articular a função da escrita nas psicoses e a escrita clínica do analista, o que não necessariamente pressupõe uma clínica da escrita, mostrando de maneira rigorosa, a especificidade da pesquisa conduzida por um analista.

Palavras-chave: Caso clínico. Psicose. Fora-do-discurso. Função secretário. Escrita. Responsabilidade.

LOPES, Leonardo. **The teaching of Misael Matraga: four lessons on the function of writing in psychoses**. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2019.

ABSTRACT

This research aimed to clarify the thesis that there is an articulation between the “*hors-discours*” of psychosis and the practice of the letter of the writers, starting from Lacan’s orientation, in the 1975-1976 seminar, The *synthome*: the distinction between the “*savoir-y-faire*” with artists’ “*lalangue*” occurs at the level writing. In accordance with the political, tactical and strategic principles that guide the researching psychoanalyst, and by the premise that psychosis teach us and that we should not retreat in the face of the effects of foreclosure, the clinical case, Misael Matraga, was used for this research. Declared unimputable, Misael found himself written on the list of irresponsible people, subjected to this kind of perpetual penalty, the security measure, a device that updates the worst of the alliance between legal and psychiatric discourse. However, thanks to a multidisciplinary team guided by the principles of Sistema Único de Saúde (Brazil’s public health system), he was referred to clinical care, where he could create the necessary contingencies for a unique disintegration. If, in the psychiatric evaluation, Misael’s schizophrenic sayings were rejected, given that the direction of the cure was “to speak normally”, his engagement in the analytical treatment took place exactly by dismantling the word. The “*destraqueumatização*” was a treatment that summoned the analyst as a scribe, that is, someone capable of take notes of Misael’s testimony to the letter – through the “*moterialité*” of the signifier, it was possible to inscribe, write and read a TERROREMA(S₁), stabilization and anchoring point for the attempted loop. In these terms, this thesis consists of Misael’s teaching, supported by four lessons: first lesson, the function of the clinical case; second lesson, the function of diagnosis; third lesson, the secretary function; fourth lesson, the role of criminal law. Each of these lessons seeks to articulate the function of writing in psychosis and the clinical writing of the analyst, which does not necessarily presuppose a writing clinic, rigorously showing the specificity of the research conducted by an analyst.

Keywords: Clinical Case. Psychosis. Hors-discours. Secretary function. Writing. Responsibility.

LOPES, Leonardo. **L'enseignement de Misael Matraga: quatre leçons à propos de la fonction de l'écriture dans les psychoses.** Thèse de Doctorat, Programme d'Études Supérieures en Psychologie Sociale. Pontificale Université Catholique de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2020.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à développer la thèse selon laquelle il y a une articulation entre l'hors-discours de la psychose et la pratique de la lettre des écrivains, à partir de l'indication de Lacan au Séminaire 1975-76, *Le Sinthome* : la distinction entre la passion pour les lettres chez psychoses et le savoir-faire avec *lalangue* des artistes a lieu au niveau de l'écriture. Selon la politique, la tactique et la stratégie qui servent de guide au psychanalyste-chercheur, et par la prémisse que *les psychoses nous enseignent* et que nous ne devons pas reculer devant des effets de la forclusion, le cas clinique Misael Matraga est devenu la méthodologie de la recherche. Déclaré pas imputable, Misael a été inscrit sur la liste des irresponsables, soumis à ce type de peine perpétuelle, la mesure de sûreté, un dispositif qui concrétise le pire du mariage entre le discours juridique et le discours psychiatrique. Cependant, grâce à l'équipe multidisciplinaire, guidée par les fondements du Système Unique de Santé (SUS), il est acheminé aux consultations cliniques, où a pu être créé les contingences nécessaires par une sortie singulière. Si les psychiatres ont rejeté les dits schizophrènes de Misael, étant donné que la direction de la guérison était « la parole normale », par contre, son engagement dans le traitement analytique a eu produit au travers du démantèlement du mot. La « *destraqueumatização* » a eu un traitement qui a convoqué l'analyste comme un scribe, c'est-à-dire, comme quelqu'un capable d'être le secrétaire à la lettre le témoignage de Misael – par la *moterialité* du signifiant, il était possible inscrire, écrire e lire un *TERROREMA* (S₁), point de stabilisation et fixation pour la tentative de faire lien social. En ce sens, cette thèse-là consiste en l'enseignement de Misael, soutenu par quatre leçon : première leçon, la fonction du cas clinique ; deuxième leçon, la fonction du diagnostic ; troisième leçon, la fonction secrétaire ; quatrième leçon, la fonction du droit pénal. Chacune de ces leçons vise articuler la fonction de l'écriture en psychoses et l'écriture clinique de l'analyste, qui ne présuppose pas une clinique d'écriture, montrant rigoureusement la spécificité de la recherche menée par un analyste.

Mots-clés : Cas clinique. Psychose. Hors-discours. Fonction-secrétaire. Écriture. Responsabilité.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - Escrita e Psicose.....	1
INTRODUÇÃO – Misael Matraga	10
CAPÍTULO I – Baseado em fatos do real	14
I. Leitura de caso.....	20
<i>As ideias delirantes e a entrada em análise</i>	21
<i>S₁: Terrorema</i>	23
<i>Mesaqui</i>	29
<i>Um artista</i>	31
CAPÍTULO II – Primeira lição: a função do caso clínico	35
I. Um debate controverso.....	36
II. Construção analítica.....	38
III. A construção do delírio.....	41
IV. A questão da formalização.....	49
CAPÍTULO III – Segunda lição: a função diagnóstica	55
I. O mito da origem.....	56
II. Édipo: a versão neurótica da origem.....	60
III. <i>Bejahung</i> : a afirmação primordial.....	64
IV. Os efeitos da forclusão do Nome-do-Pai.....	68
V. Os fenômenos significantes nas psicoses.....	73
VI. O dito esquizofrênico.....	79
VII. O fora-do-discurso da esquizofrenia.....	87
CAPÍTULO IV – Terceira lição: a função secretário	97
I. A formalização de Lacan.....	99
II. O pé da letra do sonho em Freud.....	101
III. Os escribas e as escrituras sagradas.....	113
IV. Freud, o primeiro secretário.....	116
V. Lacan e a “namorada das palavras”	118
VI. <i>Destraqueumatização</i> : a ortografia de Misael Matraga.....	121
CAPÍTULO V – Quarta lição: a função do direito penal	125
I. Os antecedentes do indivíduo perigoso.....	127

II.	O louco criminoso no Código Penal Brasileiro.....	131
III.	A responsabilidade jurídica.....	136
IV.	O assassinato que funda a lei.....	141
V.	Versões do pai.....	144
VI.	Passagem ao ato.....	146
VII.	Responsabilidades.....	151
VIII.	A formalização de Althusser.....	156
IX.	Pra não dizer que não falei das flores.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		169

APRESENTAÇÃO:

Escrita e psicose

O que seria um tratamento possível? Há *tratamento analítico possível* e diversos processos terapêuticos. Longe de produzir hierarquias, tal distinção participa do debate quanto à orientação da cura, em termos políticos, táticos e estratégicos, sobretudo nos casos em que o suporte da rede – por mais precária que essa seja – é necessário e, muitas vezes, condição anterior à possibilidade de uma análise. Os suportes, eles têm os seus efeitos, tanto quanto as bengalas, porém... toda suplência é uma estabilização, mas nem toda estabilização é uma suplência. O que distinguiria um processo analítico propriamente dito de uma bengala terapêutica? Poderíamos dizer que essa resposta se dá ao nível da escrita.

A escrita pode possibilitar diferentes tipos de enlace e a clínica nos notifica que muitos psicóticos se utilizam dela (a escrita), seja ao longo de toda a vida, seja por determinado período – em alguns casos, a escrita torna-se um trabalho implicado, extremamente rigoroso.

Essa articulação, entre loucura e escrita, não se inaugura com a psicanálise, mas já se encontrava presente na tradição psiquiátrica, na qual os escritos de doentes institucionalizados assumem um lugar privilegiado da loucura e, ao mesmo tempo, constituem-se como uma atividade terapêutica, pela qual o próprio doente pode efetuar, digamos, uma leitura dos seus sintomas. Embora ainda como modelos de observação médica, tais escritos deram início a um novo estilo literário, o da literatura dos alienados. (PORGE, 2009)

O próprio Lacan, ainda em sua prática como psiquiatra, de maneira dedicada, interessava-se pela questão da escrita, ao considerar as cartas como produções sintomáticas fundamentais, naquilo que permite extrair a lógica discursiva do paciente. Nesses termos, de fato, os gêneros literários, “modalidades de escrita”, muitas vezes assumem um valor central em algumas análises, de psicóticos ou não, sem dispensar um lápis ou caneta (ou ainda, em certos casos, as próprias fezes), uma folha de papel (ou as paredes de uma instituição), bem como o conhecimento das leis do código linguístico.

Tal prática assume os mais diversos estilos, com efeitos igualmente distintos. Desse modo, podemos encontrar uma atividade escrita que se desdobra em múltiplos gêneros literários: poesias, cartas, diários íntimos, memórias (como aquelas de Schreber), além de produções que apresentam complexas teorias filosóficas, religiosas e, muitas vezes, “científicas”. Ao final de um bom levantamento, poderíamos compor uma densa biblioteca com os escritos dos chamados “loucos literários”. (LEIBSON, 2012)

Partindo da experiência clínica em instituições jurídicas, poderíamos somar à essa literatura as inúmeras produções efetuadas pelos chamados “loucos infratores”: durante o cumprimento de determinada sanção penal, é comum que efetuem a escrita da própria defesa, cartas endereçadas a autoridades judiciais, assim como testemunhos/confissões, os quais produzem as mais singulares reverberações.

Porém, no que toca a técnica analítica, sabemos que um analista deve estar advertido de que não há nenhuma indicação que proíba essa prática em um tratamento, mas que também não há qualquer outra que exija um incentivo de sua parte. Nesses termos, ao retomarmos com rigor a letra freudiana e o ensino de Lacan, veremos que aquilo da escrita que interessa aos analistas não se resume à prática comum de fazer repousar a grafia sobre uma folha de papel.

As pistas fundamentais da função da escrita em psicanálise foram lançadas por Freud desde seus primeiros escritos, como “*O projeto para uma psicologia científica*” (1895) e “*A carta 52*” (1896), por exemplo, mas é especificamente na obra dita inaugural de nosso campo, “*A interpretação dos Sonhos*” (1900), que encontramos uma formalização que nos interessa, ao menos nesse momento: o sonho, via régia de acesso ao inconsciente, deve ser tomado como uma produção escrita, mais precisamente um texto, ou seja, deve ser lido como *as escrituras sagradas*. Nesses termos, se o inconsciente é um sistema de inscrições que constituem um saber do qual o analisando deve falar, em associação livre, entende-se o sonho como um *rébus* a ser decifrado, tomado ao *pé da letra*.

Anos mais tarde, Lacan retoma a função da escrita no inconsciente, no seminário sobre a identificação, ao dizer que o *traço unário* é a marca que inaugura o sujeito, ou seja, o estabelecimento de uma diferença pela qual o sujeito se inscreve. No entanto, se para Freud a escrita era equivalente ao processo de cifração a partir do qual se inscrevem as marcas mnêmicas, Lacan fará uma distinção clara entre tais processos, ao circunscrever

o *einzigster Zug* freudiano nos termos lógicos do ato de entrada na linguagem, enquanto instante, tempo e momento: inscrição, escrita e leitura.

Para isso, Lacan recorre à própria história da escrita, a fim de evidenciar as passagens dessa escrita original do inconsciente. Ao passo que os rastros se apagam, repetidamente a cada vez, instala-se um traçado distintivo, essa marca chamada traço unário – a escrita caracteriza então o conjunto dessas marcas, isso que “*esperava para ser fonetizada, e é na medida em que ela é vocalizada, fonetizada com outros objetos, que a escrita aprende, se posso dizer assim, a funcionar como escrita*” (LACAN, 1961-62, p. 93). Isso quer dizer que a escrita só pode funcionar como tal no momento em que, à posteriori, algo se lê e o que se lê acontece pela fala. Não seria esse o cerne da experiência de um tratamento analítico: ao falar mais sobre isso, é possível reler aquilo que se escreveu, em uma vez única, enquanto inscrição?

Quando Lacan evoca o advento da escrita na história da humanidade, ele procura reforçar as bases da tese da linguagem como condição do inconsciente, ou seja, a passagem dos rastros pictóricos às marcas apagadas, as quais chamamos por traço unário, constituem uma escrita em razão do processo de simbolização pela linguagem – um movimento do real ao simbólico. No entanto, essa passagem acontece em etapas lógicas diferentes: ver, compreender e concluir/inscrever, escrever e ler – versões de se dizer do acontecimento da singularidade de tomar a palavra...

Quanto à especificidade da escrita, temos uma expressão popular para isso na língua portuguesa, *dar nome aos bois*, ou se assim pudéssemos dizer, operar pela fala uma leitura, tomando enquanto texto isso que se escreveu como *rébus*. Pois o traço só pode ser entendido como escrito através de uma nomeação pela fala e, por isso mesmo, advir como suporte fonemático da própria escrita. Desse modo, para além de Freud, Lacan não toma a escrita como primeira, ou operação de entrada, mas como um efeito...

Seria a escrita um efeito de leitura? Em seus últimos seminários, Lacan deixa claro a tese de que o inconsciente é o que se lê. Como nos diz Vieira (2018), há uma analogia razoável entre uma análise e uma operação de leitura, pois em uma análise é possível ler algo do sujeito que se aproxima de uma escrita; a leitura dessa escrita, que pode ser feita em diferentes níveis, depende, no entanto, da maneira que se articula o seu elemento fundamental, a letra. As diferentes acepções de letra, que não se excluem, mas se diferenciam, podem fornecer, como nos afirma Berta (2020), elementos para pensar a

clínica das psicoses: se a letra se localiza no furo do saber do Outro, e assim testemunha a separação constitutiva do sujeito, poderíamos isso verificar no psicótico, já que a separação não lhe foi admitida?

Nessa trilha, seria preciso um trabalho conceitual de fôlego para circunscrever os deslocamentos empreendidos por Lacan em seu ensino, entre a letra e a questão da escrita. Não é esse o objetivo de nosso trabalho, mas, ao considerarmos a escrita, sem ignorar sua referência às operações lógicas de inscrição e leitura, como poderíamos pensar, nos devidos termos lacanianos, a articulação entre escrita e psicose?

Ao reinventar o inconsciente, Freud inaugura um novo tratamento para a loucura, quando toma as memórias de Daniel Paul Schreber não como uma literatura ordinária, mas como um testemunho através do qual o sujeito poderia produzir um novo tipo de laço. Não como um texto artístico, mas, para o analista, como se fosse um texto manifesto do sonho.

A proposta empreendida por Lacan nos anos 50, de esmiuçar a epistemologia freudiana e reverter os desvios efetuados pelos pós-freudianos, atinge seu ápice exatamente com o seminário das psicoses. Se nas psicoses há algo do inconsciente que está a céu aberto, *público*, Lacan não hesitou de, literalmente, fazer dessa mostraçãõ um dispositivo de ensino e transmissão, através da apresentação de pacientes.

Há aqueles que defendem que esse dispositivo promove uma psiquiatrização da psicanálise, reduzindo o paciente a um objeto passivo do apresentador – dirigido ao olhar e à audição do público -, naquilo que poderíamos considerar o pior do discurso universitário. No entanto, o que sustentamos é que se trata de uma experiência a partir da qual podemos extrair algumas consequências, naquilo que toca a escuta e a demonstração-mostração, nos termos topológicos fornecidos por Lacan, enquanto uma contra-experiência aos modelos clínicos objetivantes e classificatórios. (BERTA, 2020)

Lacan, que nunca cessou com a apresentação de pacientes, fez desse dispositivo um acontecimento capaz de articular os termos éticos da psicanálise, em uma clara tentativa de transmitir os desafios que as psicoses impunham ao que entendemos por laço, colocando em questão: como o psicótico *escreve* o seu laço com o Outro? Lacan nos fornece uma célebre resposta, em *O aturdido* (1974), quando articula, não por acaso, o dizer da análise e a interpretação: “*Esse dizer renomeia-se aí pelo abraço que deixam transparecer campos tão diversos quanto o oráculo e o fora-do-discurso da psicose,*

através do empréstimo que lhes faz do termo interpretação” (p. 492). Essa foi a única menção, ao longo de todo o ensino de Lacan, em relação ao *fora-do-discurso da psicose*. Mas o que de fato isso quer dizer?

Lacan faz uma ressalva nessa direção, no mesmo texto, páginas anteriores: “*que se preste atenção, para o momento em que eu voltar ao inconsciente, estruturado como uma linguagem, como sempre disse. Porque é na análise que ele se ordena como discurso*” (p. 452). Notem que em “*Mais, ainda*” (1972-73), seminário contemporâneo de *Aturdido*, Lacan, além de esclarecer que a escrita para a psicanálise não se trata de depositar as palavras sobre uma página de papel, afirma que ela é, mais uma vez, efeito, mas efeito de discurso. Ao pensarmos cada discurso como um ordenamento de gozo, como um aparelhamento da palavra, em cada modalidade de laço, uma escrita acontece.

No caso das psicoses, se o sujeito é mestre e fora-do-discurso, ele o é na posição daquele que representa o seu avesso e, ao mesmo tempo, aponta para sua operação lógica, em relação ao real que ex-siste à ordenação de gozo no laço social. Segundo Quinet (2009), é o psicótico - notadamente os esquizofrênicos com seu investimento nas palavras pelo desmantelamento significante - que, paradoxalmente, é capaz de criar, derivando do nada, inventar a partir do que não faz laço e, simultaneamente, apontar para a inconsistência do Outro como garantia da lei.

Fato que nos lança algumas perguntas, específicas dessa tese. Apenas o psicótico é capaz de inventar a partir do irrepresentável? Não seria essa a direção de uma análise, que o sujeito em tratamento possa fazer, com o seu real, esses modos de laço nomeados por Freud: amar, dormir e trabalhar? Seria o fora-do-discurso *da psicose* uma *modalidade de escrita*, sobre o que um sujeito pode fazer com o real de seu inconsciente?

De certo, o manejo específico da palavra pelo psicótico através do fora de sentido aponta para funções da escrita, não apenas em termos linguísticos, mas lógicos, poéticos e topológicos, disso, a tragédia humana: os paradoxos angustiantes que abolem a linha frágil entre verdade e ficção, público e privado, singular e coletivo... E uma escrita que não deixa de incluir a participação do analista, através da formalização necessária, capaz de transmitir tais manifestações, aquelas que dizem respeito não exclusivamente à forclusão do Nome-do-Pai, mas sim à resposta de cada sujeito, apesar da *Verwerfung*.

A partir daí, como propõe Berta (2020), poderíamos nos questionar se essa “demonstração”, que o enlace dos conceitos e os impasses da psicose nos fornecem,

suportaria uma mostração que seja capaz de não reduzir um sujeito a um “objeto que se dá ver”. Em outras palavras, haveria algo no tratamento das psicoses que nos permitiria extrair os termos do ato do psicanalista, integrando as questões éticas dessa prática cuja operação se dá através da palavra?

Nesse sentido, “a clínica nos ensina” é uma orientação que autoriza a sustentação de uma tese a partir de um caso, *baseado em fatos do real*: Misael Matraga. De que maneira *acontece* um caso clínico? Inquietação a qual poderíamos sofisticar, “*por que publicar um caso?*”, e que nos insere em um debate ao mesmo tempo controverso e fundamental para as escolas de psicanálise, quanto aos exercícios de construção e formalização da clínica. Afinal, o que é que faz os analistas virem a público para dar notícias dos problemas cruciais da psicanálise, a partir das ocorrências singulares que instituem um caso?

Quanto à especificidade das psicoses, o esforço de Lacan em fundamentar a função da razão diagnóstica na direção do tratamento, na primeira década de seu ensino, retornando à Freud, consistiu em marcar as consequências da forclusão do Nome-do-pai naquelas mesmas operações: *inscrição, escrita e leitura*. Retirar as psicoses do campo do déficit em relação à possível normalidade, a neurose, implicava, ao mesmo tempo, o cuidado ético em redefinir a posição do analista na transferência, já que a articulação entre psicose e escrita se faz pedra angular da formação do psicanalista, formação clínica devemos dizer. Não devemos recuar diante das psicoses, mas ao contrário, procurar recolher nos tratamentos possíveis um *testemunho integral* do simbólico como o furo irremediável da estrutura, ou seja, o real do inconsciente.

A partir disso, Lacan foi buscar referências nos campos que avançam para além da ordenação significante – apesar das estabilizações, mais ou menos sucedidas através das metáforas delirantes ou de passagens ao ato, temos notícias que os melhores paradigmas de tratamento da psicose acontecem fora da transferência, sobretudo pela via artística. (FINGERMANN, 2009)

Particularmente, não por acaso, Lacan reconhece nos escritores uma prática que lhe interessa, tal como diz em *Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein* (1965), que “a prática da letra converge com o uso do inconsciente”. Fingermann (2017) afirma que, se Duras e Joyce, assim como outros poetas “equivocadores”, antecipam Lacan, é porque eles desbravam certas vias de acesso ao saber inconsciente

através de um saber-fazer “d’alíngua” com a letra – tomando como ponto de partida a impossibilidade do dizer caber nos ditos e, desse modo, estilhaçando o sentido e implicando o sem sentido.

Em seu texto *Os escritores criativos e devaneios* (1907), Freud já apontava que a escrita criativa é precursora da psicanálise, quanto a nos noticiar sobre as manifestações do inconsciente. No entanto, embora Freud e Lacan reconhecessem os escritores como aliados valiosos da psicanálise no acesso ao inconsciente, não hesitaram em manifestar preocupação com as autorizações selvagens de uma psicanálise aplicada, quando muitos analistas se fazem críticos de arte. Ou ainda, como Lacan (1965) nos chama a atenção, de que *não devemos bancar o psicólogo* diante da obra de um artista, reduzindo-o ao seu produto, como se este fosse um fenômeno patológico de sua estrutura, passível de ser analisado. É dessa indicação que podemos extrair a emergência de uma nova via de interpretação pelo o que nos ensina Lacan, sobretudo a partir do seminário de 1971, *De um discurso que não fosse semblante: ler o inconsciente!*

No entanto, não é o texto escrito que deve ser psiquicamente analisado. Ao contrário, são os psicanalistas que deveriam afinar seus ouvidos, flexibilizar sua escuta, para assim se deixarem desconcertar pela prática da letra e por aquilo que ressoa de *alíngua* – isso que, depositado no corpo da língua, resiste e ex-siste à articulação significativa pela linguagem. (FINGERMANN, 2017)

Ou seja, cabe aos psicanalistas ler melhor! Uma orientação que converge com uma via da interpretação analítica, extraída por Lacan da *Die Traumdeutung* (1900), ao abordar a questão da transferência no tratamento das psicoses, apresentada no seminário de 1955-56: trata-se da função secretário – o analista deve tomar, ao *pé da letra*, o que o paciente, pela palavra, testemunha.

Deveríamos estar advertidos em não realizar psicologismos apenas com as obras artísticas, ou os analistas também deveriam afinar seus ouvidos e se surpreender com o que os próprios pacientes, sendo eles psicóticos ou não, podem mostrar sobre a prática da letra?

Nossa tese é de que o fora-do-discurso da psicose é esse desconcerto em relação à língua, um tipo de prática da letra que nos dá notícias, de maneira privilegiada, sobre *alíngua*: teríamos assim uma relação entre o fora-do-discurso da psicose e a prática da letra que os escritores antecipam em relação à uma análise.

Uma tese cuja necessidade de desdobramento Lacan deixou indicada, na lição de 9 de março de 1976, ao se indagar se a paixão de Joyce pelas letras seria mais uma maneira de se livrar da linguagem como parasita ou se é um consentimento à invasão pelas propriedades polifônicas da fala – e de acordo com Lacan, *essa reflexão deve acontecer no nível da escrita*. Isso se atualiza na transferência, pois se o analista secretaria diversas modalidades de estabilização – como a escrita delirante, por exemplo – faz-se necessário distinguir esses tipos de tratamento.

Desse modo, o trabalho porta um compromisso clínico, pois como pondera Soler (2015), a perspectiva da carência paterna, muito marcante no seminário de 1976, *O sinthoma*, precipitou para muitos leitores, inclusive psicanalistas, a conclusão de que James Joyce era psicótico, apesar de o próprio Lacan ter se absterido de pronunciar esse termo em todos os textos e referências a respeito do escritor irlandês. Esse caminho de leitura produziu efeitos clínicos, como certa expectativa que recorta a direção dos tratamentos – sejam de neuróticos ou psicóticos – em relação a “saber-fazer como”, apesar de sabermos que, em matéria de suplência, tal como nos mostra a literatura clínica, é raro encontrar uma estabilização como aquela criada por Joyce.

Mais ainda, o tema da estabilização convoca a responsabilidade do sujeito. Considerando que o tratamento de Misael teve seu lugar em uma instituição de interface entre os campos da saúde mental e do jurídico, um hospital de custódia, no qual ele cumpria medida de segurança, se pretendemos seguir com atenção o dizer de Lacan, que a escrita é um efeito de discurso, sendo o discurso analítico aquele que detém nosso especial interesse, não podemos escamotear que *a questão da responsabilidade envolve a dimensão lógica do ato: uma operação de inscrição, escrita e leitura que ratifica o sujeito no laço*.

O discurso analítico é o único discurso que é um ato em sua própria estrutura e é, nesses termos, aquele que formaliza a(s) responsabilidade(s), ou seja, as múltiplas modalidades de resposta e diferentes maneiras de implicação do sujeito frente ao real da castração. Lembremos do jogo polissêmico efetuado por Lacan, na primeira lição do seminário do ato, em relação à “acte”, que pode ser traduzido por ato ou então por “ata”, ou seja, *uma escrita que autentica um acontecimento ou uma convenção...* a cada vez. Agora, é a hora e a vez de Misael Matraga.

O ensino de Misael se organiza em sete partes. Uma **introdução**, na qual apresentamos o contexto em que se deu seu tratamento, incluindo as contingências de sua entrada no sistema penitenciário do Estado de São Paulo. Segue-se a isso o primeiro capítulo, a **leitura de caso** propriamente dita. Os capítulos seguintes compõem as lições desse ensino, a saber: **capítulo II – a função do caso clínico; capítulo III - a função diagnóstica; capítulo IV - a função secretário; capítulo V - a função do direito penal**. Cada lição desdobra um aspecto da articulação central da tese, psicose e escrita, a partir da singularidade do caso, tomando como orientação não apenas a peculiar questão da escrita na direção do tratamento, mas também a participação do analista, desde sua função de secretário na transferência psicótica, incluindo o estilo como ele decide dar notícias de sua pesquisa, enquanto parte de sua formação.

A partir dessa experiência inédita, podemos então extrair alguns pontos para o debate sobre as contribuições possíveis entre psicanálise e direito penal. Deixamos algumas inquietações, para futuras investigações, nas **considerações finais**: a psicanálise pode participar da construção de dispositivos substitutivos às engrenagens enferrujadas do sistema penal brasileiro?

INTRODUÇÃO

Misael Matraga

Neste mundo, o artificial, não há um sujeito falante que não seja afetado pela palavra e, sob essa perspectiva, as próprias palavras, elas são inventadas. Mas seria possível identificar e definir todas as palavras? Todas aquelas de cada língua? Há um jeito certo de se escrever as palavras, uma palavra? Se sim, qual seria o referencial para tal ortografia? É possível utilizar uma mesma palavra em línguas diferentes, na língua de cada um e na língua comum?

São inquietações pertinentes à psicanálise, na medida que, inserida no campo da saúde mental, ela propõe um tratamento pela palavra. E desde que Lacan desdobrou a questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses – a transferência – “*a partir de*” e “*depois de*” Freud, muita coisa se fez em nome da psicanálise, ou do que podemos chamar de uma cura analítica. Embora Lacan tenha revogado as restrições de Freud em relação ao estabelecimento da transferência na clínica das psicoses – tomando os efeitos clínicos da forclusão como a inquietação de seu ensino, ora protagonista, ora coadjuvante -, ele o fez sem sombra de dúvidas com Freud.

Nessa articulação Freud & Lacan, partindo desse *universal* para todo sujeito falante, que não há relação sexual, há um *particular* na diferença estrutural entre neurose e psicose. Isso interessa a todo tratamento possível, à medida que a diagnóstica encontra sua razão no laço transferencial, não como sua causa, mas pelo contrário: é em transferência, a partir dos detalhes, que o diagnóstico assume sua função na direção do tratamento, o qual se desenrola sempre nos trilhos de um caminho possível, ou seja, *singular*.

Foi sob tais princípios éticos que, por cerca de quatro anos, entre 2010 e 2014, sustentei atendimentos clínicos em hospital de custódia, no qual Misael Matraga cumpria medida de segurança. A proposta da unidade, cujo regime de internação era o semiaberto, consistia na tentativa de um trabalho articulado entre a equipe multidisciplinar e a rede pública de saúde do território, a fim de produzir as condições para uma *desinternação progressiva* dos pacientes.

Algumas condições permitiram que se produzisse uma *desinternação singular*, a partir do enlace entre o tratamento analítico possível e o trabalho orientado dos profissionais da instituição, bem como a transmissão das mesmas através de um longo exercício de construção e formalização de caso, os quais demonstram as particularidades da pesquisa científica empreendida por um analista, a partir da política do inconsciente.

A diretora do hospital à época, que iniciara há algum tempo sua formação em psicanálise, reconhecia a necessidade de um acompanhamento singularizado dos pacientes, o qual os profissionais da equipe não poderiam conduzir, dados os explícitos atravessamentos institucionais. Nesses termos, a proposta dos atendimentos clínicos se circunscreve em um convênio entre a instituição e o curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: meu laço inicial com o hospital é através de estágio curricular obrigatório. Após um ano, encerrado o estágio e concluída minha graduação em psicologia, a direção da instituição manifesta o desejo pela continuidade de meu trabalho, através dos atendimentos individuais.

Em meu segundo ano, com perspicácia, a diretora encaminha Misael para atendimento, logo após a sua chegada à unidade, depois de já ter passado por quase todos os dispositivos psiquiátricos do estado, com prognóstico pouco otimista em relação à desinternação: recusava-se a participar de qualquer atividade e passava praticamente todo o dia deitado em sua cama, no dormitório coletivo. Somava-se a isso a dificuldade em retomar os laços com a família, ponto fundamental nas tentativas da equipe em tecer um projeto terapêutico singular.

Em seu prontuário médico-penal, além da descrição de um longo percurso institucional, dentre instituições públicas de tratamento jurídico-psiquiátrico, constavam também uma pequena novela farmacêutica – um coquetel de haldol, akineton, neozine, rivotril e tofranil – e alguns marcos indicadores de desenlace: primeiro surto aos 16 anos, logo após a primeira experiência sexual; primeira internação psiquiátrica aos 19 anos, primeira prisão aos 25, em flagrante, ao roubar um caminhão.

Cumprindo especificamente aquela sanção penal, ele estava no sistema penitenciário há dez anos. Pela versão jurídica dos fatos, lê-se que, munido de uma faca, Misael invadiu a casa do irmão e da cunhada, a qual, em legítima defesa, dispara um tiro em sua perna. Tal cena será evocada inúmeras vezes em seu tratamento, à medida que se articula ao que

ele chamará por tragédia: assinar por um crime que não cometera, com a fé de que, em um hospital psiquiátrico, poderia encontrar a cura necessária.

Foi nesse contexto que esse jovem senhor, sob a pedra sepulcral da impronúncia, viu-se escrito no rol da inimizabilidade, nos devidos termos jurídicos, submetido a essa exceção do Código Penal Brasileiro, a medida de segurança, uma espécie de condenação perpétua maquilada. De certo, apesar da precariedade institucional, Misael pode encontrar uma equipe multidisciplinar que, orientada pelos princípios constitucionais e pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), produziu as contingências necessárias para a invenção de uma resposta singular: nas brechas entre o discurso jurídico e o discurso universitário, aconteceu o discurso analítico.

Foi possível um tratamento pela *moterialité da palavra*, ou uma estabilização pela escrita, a qual incluiu o analista a partir de sua função na relação transferencial. A participação do analista enquanto secretário, função formalizada de maneira precisa por Lacan na lição de 25 de abril de 1956, “Secretários do alienado”, ou como *escriba*, se tomarmos a história e a filologia da palavra através de algumas pistas por ele deixadas em alguns de seus seminários, aconteceu da seguinte maneira: *ao pé da letra*, ao final de cada sessão, eu tomava nota dos neologismos e das escanções produzidas por Misael em associação livre, sem deixar de incluir as intervenções por mim realizadas.

Se na avaliação psiquiátrica os ditos esquizofrênicos de Misael foram a medida de que as coisas não estavam bem e onde a direção da cura era o *falar normalmente* através do entorpecimento medicamentoso, a experiência analítica ocorreu exatamente pelo que podemos chamar de explosão, de dispersão significativa. E contrariando o “quadro” apresentado pela novela institucional, Misael realizou um tratamento de maneira implicada, ao longo de três anos, de duas a três vezes por semana, sem nunca ter faltado. Sua inserção no centro de Atenção Psicossocial, após a desinternação definitiva, aponta para uma nova possibilidade de laço: passa a escrever contos em uma coluna no jornal da instituição, despertando a simpatia dos técnicos e dos demais usuários do serviço, para além da resistência encontrada inicialmente, quando era tomado como “indivíduo perigoso”.

No entanto, como podemos observar na prática clínica, de que não há estabilização que traga garantias permanentes, as invenções de Misael não foram suficientes para cuidar dos sintomas que acompanhavam seu sobrepeso, dada a sua resistência em se submeter a

exames de sangue periódicos – após dois anos de sua desinternação, faleceu em decorrência de um enfarte fulminante.

Produto desse encontro, ficaram as mais de quinhentas páginas nas quais se depositou uma espécie de artesanato da palavra e do qual podemos extrair a originalidade de seu tratamento, através de uma ortografia pela qual o analista foi convocado a pontuar o sentido, evitando o mergulho quase que irreversível no abismo significativo. Encerrado seu tratamento, restaram tais escritos... Mas o que fazer com eles? Devo dizer que a supervisão se impôs, não apenas durante o atendimento propriamente dito, mas principalmente após seu término, então como momento de passagem para outra escrita: aquela capaz de revelar as operações lógicas em jogo, incluindo tanto as manifestações singulares do inconsciente do analisando, quanto os efeitos do ato analítico.

O segundo tempo da supervisão consistiu numa atividade de leitura e de reordenação do que portavam tais escritos, a fim de formalizar as principais inquietações provenientes do caso. Embora tivesse elementos disponíveis, por que Misael Matraga não conseguiu uma estabilização através da *escrita* de um *texto* delirante? Poderíamos afirmar que há mais de um tipo de estabilização, ou em outras palavras, diversas modalidades de escrita?

Tais questões já portam em si, em contrabando, algumas respostas que podemos recolher do tratamento de Misael, não sem cernir os pontos de enlace e desenlace, o que converge com os dizeres de Lacan, primeiro de que *as psicoses nos ensinam*, e segundo, no último momento de seu ensino, de que *somos surdos ao dizer da psicose*. É nesses termos que se dá a aposta sobre o nome desse trabalho, um ensino, ao respeitar os termos da formação do analista no que toca sua relação com a pesquisa. De um lado, pelo que da ciência dos sonhos a aproxima, em sua política, tática e estratégia, do debate sobre as políticas públicas em saúde mental. De outro, pelo que nos permite extrair do gozo do psicótico com as letras aquilo que está “*des-materializado*” pela linguagem com o revestimento do sentido: as palavras são uma matéria.

CAPÍTULO I

Baseado em fatos do real

Em 1858, a Academia Britânica lançou um ambicioso projeto: um dicionário capaz de reunir toda a língua do império, escrito pelo povo, mas editado por homens eruditos. A proposta era uma resposta política ao dicionário oficial da língua francesa, o *Dictionnaire de l'Académie Française* – o exemplar da rainha deveria percorrer toda a língua inglesa, de A à Z, como também a história de cada palavra catalogada. Assim começou a edição do *Oxford English Dictionary* (OE) que, além de 300 000 verbetes e de quase 157 000 combinações de vocábulos e palavras derivadas, hoje contém 249 300 etimologias e mais de 2 000 000 milhões de referências (frases de livros, jornais e revistas) com diferentes modos de empregos da palavra, todas listadas em ordem cronológica apontando para a evolução do significado particular de cada uma delas.

Tal empreitada foi levada a cabo graças a James Murray, filólogo autodidata, sem formação universitária, que assumiu a coordenação do projeto em 1789. Poliglota, Murray falava italiano, francês, espanhol, latim, holandês, alemão, flamengo, dinamarquês e catalão, além de possuir noções básicas de português, celta, russo, sânscrito, hebraico e árabe, dentre outras línguas e dialetos. A entrada de Murray, vinte anos depois do início do projeto, deu novo fôlego, a partir do momento em que ampliou o apelo para além da elite intelectual. “*Todas as palavras, velhas ou novas, obsoletas ou robustas, de origem estrangeira ou doméstica... O livro deve compilar cada palavra, cada nuance, cada distorção etimológica, tudo ou absolutamente nada. Identificar e definir todas as palavras, mas a partir de que referencial?*”¹.

Além de recorrer a jornais e revistas, dirigindo-se indiscriminadamente a todo o público de língua inglesa, Murray passou a restringir os apelos às palavras específicas, as quais sua equipe tinha dificuldade de encontrar. O público deveria responder ao anúncio aportando citações que pudessem eliminar o significado de determinada palavra, cabendo aos linguistas de sua equipe examinar e revisar cada ficha enviada, bem como

¹As citações de James Murray e William C. Minor referem-se à versão cinematográfica de P. B. Shemran, “O professor e o louco” (2019), baseada na obra “*The Surgeon of Crowthome: A Tale of Murder, Madness and the Love of Words*”, na qual o autor Simon Winchester narra a relação entre Murray e Minor e o surgimento do dicionário de Oxford. A versão literária está esgotada tanto em língua inglesa quanto em língua portuguesa.

organizando o que fosse aceito de acordo com a definição adequada. Foi nesse momento que Murray recebeu uma carta do Dr. William C. Minor: *“Eu criei uma chave, um tipo de dicionário dentro de um dicionário que permite reunir palavras com citações... Diga-me quais palavras específicas, no momento, reduzem e lhe escapam. Deixe que outros vaguem pelos oceanos lançando suas abrangentes redes... Eu vou lançar minha linha e pescar as citações que lhe escapam...”*.

Ao longo da década de 1880, Dr. Minor, ao contrário dos demais leitores que enviavam citações aleatórias à equipe de Murray, realizou um trabalho metódico e minucioso, indexando a localização de quase todas as palavras que encontrara, livro por livro, página por página – remetia mais de 20 citações por dia à Oxford.

Quando do lançamento do primeiro dos vinte volumes que compõem o dicionário, em 1888, James Murray acrescentou um agradecimento especial ao Dr. Minor, com o qual passou a se corresponder com cartas pessoais. Em 1891, Murray decidiu conhecer seu colaborador, ao qual creditava a direção do *Asilo de loucos criminosos* de Broadmoor. Qual a surpresa de Murray, ao descobrir que Dr. Minor era, na verdade, um dos pacientes internados no referido manicômio...

Em 1971, certa noite, William Chester Minor, cirurgião renomado formado em Yale, acorda assustado ao perceber que um homem o observava, parado ao canto de seu quarto. Desfigurado, tal homem portava em sua mão um marcador de gado. A cena se repetiu todas as noites seguintes.... Buscando paz, Minor decidiu fugir para Londres, fato que, na realidade, aproximou-o cada vez mais de seus perseguidores.

Na década anterior, Minor havia servido ao exército federalista durante a Guerra Civil Estado-Unidense. Durante a batalha de Willderness, ficara perturbado mentalmente, ao ser obrigado a marcar o rosto de um imigrante irlandês desertor. Já em Londres, as alucinações de Minor se intensificaram, a ponto de procurar a Scotland Yard para denunciar uma conspiração de um grupo nacionalista irlandês, o qual, por vingança, deseja torturá-lo e envenená-lo. Atormentado e ignorado pela polícia, passou a andar armado pelas ruas londrinas.

Na madrugada de 17 de fevereiro de 1872, ao presenciar a sombra que o perseguia em seu quarto, decidiu dar-lhe fim e saiu correndo atrás dela: disparou vários tiros, tendo um deles acertado Gerofe Merret, um pai de família que retornava para casa após o trabalho. Ao se ver diante do cadáver de Merret, sem entender o que ocorrera, Minor relatou aos

policiais que apenas tentava se defender de um homem que o perseguia, ou que Merret não era o homem que tentara matar. Ele foi inocentado em razão de sua loucura e enviado ao manicômio de loucos criminais.

Homem de letras, Minor encontrou no projeto Oxford uma via de estabilização: “quando eu leio, eu não sou perseguido. Quando eu leio, sou eu quem persegue”. Nas décadas seguintes, Murray prosseguiu sua parceria com Minor, o qual continuou internado em Broadmoor até 1910. Nesse mesmo ano, em decorrência das práticas obsoletas de tratamento empreendidas pelo diretor do manicômio, Murray viabilizou junto ao governo inglês a transferência de Minor a um hospital psiquiátrico em Connecticut.

O fato histórico da confecção desse dicionário, a partir do encontro de Murray e Dr. Minor, metaforiza o ensino de Misael e a cena do tratamento, um *scriptorium*. Palavra historicamente associada ao trabalho de escrita, *scriptorium* servia para designar tanto o material utilizado no ofício – os estiletos, as ferramentas de metal empregadas na escrita em tábuas de cera -, quanto o local em que os livros manuscritos eram confeccionados pelos monges copistas durante a Idade Média.

Tal como Dr. Minor, é Misael o “homem de letras”, ou seja, aquele que forneceu as palavras, tomando suas asas como um veículo para alcançar o fim do mundo, testemunhando o que já disse Ferreira Gular (2006), de que a poesia é uma aventura para captar coisas que ainda não existem, as quais só ganham forma quando se começa a escrever. Poderíamos também escrever um dicionário com os neologismos de Misael, sem prescindir do sentido, já que, isso não seria sem o trabalho de um escriba como Murray: em seu tratamento, essa função foi exercida pelo analista.

Livro sobre nada, seria um nome oportuno para o material que faz de Misael um caso clínico. Foi esse o nome escolhido por Manoel de Barros, para abordar os deslimites das palavras, pois a sua liberdade, ela tem algemas: as coisas só podem adquirir o status de verdadeiro se forem inventadas e há certas histórias que de tão verdadeiras parecem inventadas. As palavras são suas algemas... Aonde ele não está, as palavras lhe acham... O ensino de Misael Matraga conversa com Manoel de Barros - um ensino sobre a palavra ou, em termos manoelinos, o mundo como um acontecimento da palavra. Agora, como passar ao público uma experiência que implica o real?

Devemos considerar que a transmissão de uma experiência, no caso a analítica que se refere ao tratamento de Misael, ocorre nos mesmos termos do que a tarefa de tradução, pois algo se perde pelo caminho, entre o acontecimento propriamente dito e aquilo que se escreve sobre a experiência. Isso nos dá a dimensão do trabalho que envolve o material a seguir, a partir do suporte em rede, como a equipe que assessorava Murray na organização do que lhe enviava Dr. Minor.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que a clínica é o espaço da surpresa, não podemos deixar de considerar que a formação do analista não prescinde do fato de que há uma literatura clínica psicanalítica – a investigação clínica pede, do lado do analista, o sobreaviso em relação às concepções que atravessam a leitura do texto analisante.

... o trabalho de investigação propriamente dito somente pode ir adiante uma vez finalizado o tratamento, já que o proceder do analista é incompatível com o trabalho de síntese que introduz o investigador sobre o material... A atenção flutuante implica que o sentido se revelará *après-coup*. A técnica do tratamento se opõe à da investigação: é necessário que o analista se deixe conduzir pelo azar e se deixe surpreender sem fazer interferir seus preconceitos ou saber prévio². (DE BATTISTA, 2015, p. 20)

Esse trabalho de investigação próprio da formação do analista implica uma tomada de posição, enquanto pesquisador, em atividade de supervisão, a qual, como diz Lacan em seu “*Ato de fundação*” (1964), faz-se necessária, não como uma obrigatoriedade correlata a um estágio curricular ou como um dispositivo que chancela um “profissional”.

Lembremos do tripé apontado por Freud em relação à formação do psicanalista: a experiência de análise pessoal, a supervisão clínica e o estudo rigoroso da teoria. Se o analista se autoriza de si mesmo (LACAN, 1964), desde a experiência de ter levado sua análise a cabo, a supervisão é o lugar onde pode extrair as consequências da decisão de sustentar essa posição, a saber, a de semblante enquanto objeto causa de desejo.

A questão da Formação do Analista interessa não somente à extensão da psicanálise e ao controle que os próprios psicanalistas devem exercer para que

² Tradução do original em espanhol: “... el trabajo de investigación propiamente dicho sólo puede llevarse adelante una vez finalizado el tratamiento, ya que el proceder del analista es incompatible con el trabajo de síntesis que introduce sobre el material... La atención flotante implica que el sentido se revelará *après-coup*. La técnica del tratamiento se opone a la de la investigación: es necesario que el analista se deje conducir por el azar y se deje sorprender sin hacer intervenir sus prejuicios o su saber previo.

a sua extensão seja coerente com a sua ética, mas a cada analista, em qualquer momento do ato específico que o qualifica, quando interroga o que *autoriza* seu risco, seu engajamento, sua opção em qualquer momento de acolhimento, silêncio, interpretação: conjunturas do seu ato específico. (FINGERMAN, 2017, p. 107)

Nesses termos, o que está em jogo na prática clínica não é a necessidade de buscar poesias que sirvam para ilustrar a psicanálise como uma disciplina científica puramente teórica. Se a clínica é o lugar da invenção, o analista, na escrita do caso, desde o seu lugar como *passador* – função essa que Lacan depositou nas bases de sua Escola – deve fazer passar os acontecimentos que testemunham e interrogam, nessa prática, a própria teoria. Em outras palavras, a supervisão é uma imposição ética, a respeito da responsabilidade que o analista tem sobre o seu ato, assim como sobre a maneira que transmite os efeitos do mesmo.

Essa é uma orientação fundamental, principalmente no debate da *ex-sistência* dos analistas nas instituições: como diz Soler (2009), o dizer próprio do discurso analítico não está personificado, mas é antes de tudo um dizer que implica finalidades, apontando para uma ética do laço diversa dos aparelhos de gozo comuns. E o ensino de Misael Matraga se escreve por um trabalho em rede.

Um trabalho em rede pode ser definido por algumas de suas características: pode-se cooperar com desconhecidos, não há um lugar central do qual seja possível ver o todo, não há centro nem todo. Fazer rede passa por esvaziar o centro e colocar em contato as partes entre si, compartilhando os processos e reconhecer as contribuições dos outros: *é um poder sem poder*. Nesse sentido, a rede rompe os contornos identificatórios, implicando o desafio de aceitar o imprevisível e o ambivalente. (DE LA OLIVA, 2014) Não por acaso, o tempo de compreender da experiência à sua formalização incluiu a passagem por algumas *Redes de Pesquisa* do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo - As Psicoses e Rede Clínica.

Se a construção e formalização de um caso clínico não se resume a um mero registro de sessões, a ponto de prescindir do saber produzido pela literatura clínica psicanalítica, nem ao engessamento das antecipações teóricas, é porque, ao mesmo tempo, a transmissão que ele porta ocorre através de uma escrita que faça ressoar o que advém do real em jogo no tratamento analítico. O que quer dizer que a atividade de investigação do

analista não está cindida da clínica, mas com essa se articula e dessa tira os preceitos do trabalho com os textos.

Sobre a abordagem do texto, em “*A coisa freudiana...*” (1955), Lacan diz que o movimento de retorno à Freud consiste em explicitar a ordem da coisa, a começar pela distinção entre significante e significado, restituindo ao inconsciente sua materialidade, ou seja, estruturado como se fosse uma linguagem. Essa posição ética de recuperar o rigor da letra freudiana se opera por uma prática que Lacan nomeia por *comentário do texto*: se por um lado deslocar-se pelo texto permite situar os fundamentos irrevogáveis da psicanálise, por outro, *de-talhar* os dizeres freudianos traz à superfície articulações ainda inéditas, fato que acompanha a mobilidade intrínseca à própria experiência clínica analítica.

Notemos duas maneiras pelas quais Lacan desdobra essa prática do comentário do texto, localizadas em momentos distintos de seu ensino. A primeira, no seminário de 1964, “*Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*”: “o que se lê passa através da escrita e ali permanece intacto”. A segunda, no “*O aturdido*” (1972): “o dizer fica esquecido por trás do que se diz naquilo que se ouve”. São passagens interessantes, pois Lacan não estava falando propriamente da pesquisa de formalização do analista, mas sim do sujeito falante na experiência analítica, a partir da diferença que se tornará mais explícita, a partir da década de 70, entre o dito e o dizer. O texto porta um saber do qual não se sabe, e por isso, a interpretação do sonho pede que ele seja tomado ao pé da letra - desdobrando o que se lê do texto manifesto, é possível fazer emergir o dizer latente entre os ditos e que se transmite através de uma escrita que aponta ao que permanece inalterado, o real em jogo na relação do sujeito com o significante.

Se partirmos dos dizeres de Lacan, de que o inconsciente é o que se lê, não é surpreendente concluir que a experiência analítica reside em quem escuta, orientação que afeta radicalmente a maneira como um analista decide dar notícias a respeito de sua investigação. Nesse sentido, a respeito do caso Misael, recordamos o que Lacan nos diz em (1962-63), “*Seminário X: A angústia*”: embora possamos nos valer de chaves de leitura já existentes, desde o que nos reenviam os pacientes e que converge com nossa literatura, é imprescindível propor novas chaves que permitam a abertura de sentido.

Sabemos que o discurso científico pede uma transmissão que seja capaz de passar ao público os resultados de uma pesquisa levada ao seu fim, para que assim demonstre o seu

valor social. No entanto, podemos exigir rigidez pedagógica de uma ciência que sustenta seus termos táticos e estratégicos nas premissas da política do inconsciente? Devemos esperar um texto “redondinho” na redação de um caso clínico? Se estamos na universidade, não deveríamos esperar, mesmo assim, que a extensão mantenha uma orientação, segundo Fingermann (2016) pelos “labirintos dos ditos... a lógica do significante e seu limite, e as consequências disso para a estrutura do sujeito e para a vida: o limite da lógica do significante, o Não-todo... consequências que abrem a dimensão do mais além, do real” (p. 95)?

Podemos sim nos valer de alguns esclarecimentos, que não são mais do que uma questão de estilo: o texto procura mostrar literalmente, por um lado, o trabalho com a palavra efetuado por Misael, através dos neologismos, e por outro, a função do analista como secretário. É possível que o leitor tenha a dúvida “quem disse isso: foi o analista ou o paciente”, o que ressalta não apenas a participação de ambos nessa escrita, mas o tema central do conflito de Misael: dentro/fora, eu/outro.

No mais, as linhas a seguir narram o encontro entre um poeta, Misael, e um escriba, o analista. Misael, um poeta não pelo ofício, mas pelo seu trabalho de criação – era como Freud considerava as psicoses – diante do ilegível da relação sexual.

I. Leitura de caso

Em nosso primeiro encontro, Misael comparece bastante sujo e com um gorro à cabeça. De prontidão, ele me relata o que chama por tragédia:

- Então, meu irmão tentou me assassinar, ele me deu um tiro na perna, louco da cabeça dele, mas tudo bem, ele tem a razão dele, e eu fugi, eu fiquei muito atormentado, e fui embora... ele me deu um tiro, eu fiquei com essa cicatriz aqui, olha, eu tenho uma marca aqui – diz apontando para uma grande cicatriz em uma das pernas.

Em seguida, ele expõe a razão de sua entrada no sistema prisional, de sua primeira prisão, aos 25 anos, quando roubou um caminhão – “*era uma nave espacial que estava me seguindo*” – pois, quando tinha 12 anos, começou a assistir à série “Perdidos no Espaço”: “*parecia que um cérebro ficava respondendo coisas óbvias para mim*”.

Ele ainda faz menção a um tio paterno, o qual, segundo a equipe técnica de saúde, teria entrado em surto psicótico e apresentado “melhora” após a internação em hospital

psiquiátrico – a cena da internação e esse significante, melhora, terão lugar importante na direção do tratamento. Quanto ao pai, afirma de maneira ríspida: “*meu pai é um ignorante, ele nunca me compreendeu*”, fazendo referência ao episódio em que, aos 12 anos, ao tratar de um portal o qual deveria atravessar, recebe do pai um tapa na cara.

Antes de partir, alerta que está se preparando para voltar ao grande vazio, pois acabara de retornar de um grande estrondo do qual a Terra nasceu: “*Essa grande massa explosiva, eu criei a humanidade. Mas eu sei, eu entendo, é difícil explicar o infinito, e para quem é que eu vou explicar o infinito?* ”.

- Explica para mim – sugiro.

Nas sessões seguintes, apresentam-se alguns temas recorrentes, como o infinito, o dentro e o fora, a guerra e a reivindicação pela liberdade. São ideias delirantes, que não chegam a compor um texto delirante, capaz de oferecer uma estabilização que sustente o laço com o outro. Elas acompanham a pulverização significante, fato que impõe ao analista uma escrita – encerrada cada sessão, como um secretário, eu organizo literalmente os ditos de Misael.

As ideias delirantes e a entrada em análise

No caso, o infinito é o lá fora, o universo, o lugar onde tudo é possível, o que não quer dizer que a Terra seja necessariamente o dentro. Há uma comunicação com o vazio, esse lugar onde se canaliza a energia, efetuada por uma fênix, o pássaro de fogo – Misael é essa ave. Se o finito não delimita um território, possui um caráter funcional de regeneração, aperfeiçoamento e reflexão, no qual a análise é circunscrita, embora o analista, paradoxalmente, seja alguém que veio do espaço.

- *Eu pedi e você veio do céu, é um modo de falar, é simbólico. E eu tenho que confessar que comigo não dá para a mentira, eu gosto de verdade, eu quero só a verdade desses homens, sempre a verdade, nunca a mentira. Você veio do céu e eu respondo por você... eu digo que eu falo por você, porque aqui eu não posso responder por mim, e eu, eu vou te confessar, eu não sou dono da minha própria casa.*

Misael sente-se enganado pela instituição, silenciado pelas leis jurídicas. Incluído na cena jurídica como *ir-responsável*, o que Misael atualiza é seu tormento particular, de que

não é dono da própria casa porque não é ele quem fala – afetado pela linguagem, é ele quem é falado.

Poderíamos supor uma dificuldade de desvincular a figura do analista da instituição, afinal, ele tem que confessar, o que é razoavelmente semelhante à uma questão corriqueira no atendimento de outros pacientes judiciários: “*isso aqui vai reduzir a minha pena?* ”. Mas, segundo Misael, nesse momento, o analista não é um homem e tampouco ele sabe meu nome.

É por um significante qualquer que se estabelece o laço transferencial. Ele justifica que orou muito tempo para aparecer um *Peter Pan* e que isso aconteceu por causa de um *toPETE*: o analista é *PETEr Pan*.

Peter Pan é quem vence a galera do mal, uma criança que sempre luta e sempre que luta, vence. O *toPETE* do analista é a abertura para o infindável do universo, uma espécie de oráculo capaz de dar as dicas necessárias para a criação de seus filhos. Isso não quer dizer que Misael inclua o analista em um tipo de delírio, mas ele usa esse detalhe, o topete, como um rastro a partir do qual possa iniciar um outro tipo de traçado.

Na verdade, as cenas delirantes que ele recupera remontam à um momento anterior ao episódio trágico do tiro: o projeto sobre a história da humanidade. Misael está escrevendo a bíblia, uma história onde os seres humanos, lá no espaço, eram muito pequenos e aos poucos foram evoluindo, crescendo, cada um ao seu tamanho – ele nomeia essa teoria por “*teoria das massas de Einstein*”.

A escrita da Bíblia é o processo que sucede a cirurgia de extração da bala alojada em sua perna: Misael estava com os testículos na perna, eles desceram, ele caiu e então ficou desacordado – “*Meu irmão me traiu e eu vim parar aqui. Minha cunhada não compreendeu isso, a faca, e quando eu acordei tava em cima da mesa*”. É, como ele chama, uma manobra, com fins de reconstruir o texto delirante, de caráter reivindicatório, que roteirizava sua realidade: “*Mas quando eu falo das minhas manobras, eu não consigo falar de mim*”.

- Fale de você, eu proponho.

Ao falar de si, coloca-se frente à questão da inscrição sexual, sem necessariamente recorrer à solução da transformação em mulher, como em algumas estabilizações que recolhemos clinicamente. Misael tem filhos que dele nasceram, eles não têm mãe, mas

ele é o pai. Ao mesmo tempo, apesar de ser pai, ele não se diz homem, tampouco afirma-se enquanto mulher, pois seus filhos são como ele: um caco, um pedaço. Assim, o parto se deu como uma operação de extração, aquela da cirurgia para remover a bala de revólver que lhe atingiu.

No espaço, Misael criou uma família acompanhado de duas cobras divididas e opostas: uma, a da natureza, que controla a energia de potência que movimenta a humanidade; outra, a cobra do racional, a moderadora da primeira. Retornando do espaço, ele passou a controlar as cobras – ele as venceu, mas agora, sem elas, ganhou um problema, pois não sabe o que dizer aos filhos.... Agora, ele tem a certeza de que *não sabe de nada*.

- *Eu sei que tem essa questão da mentira e da verdade. Existe sim mentira e existe verdade, o que eu venho te dizer é uma verdade, não é mentira, não é a verdade, é uma verdade.*

Misael traz *uma* verdade, mas localiza *A* verdade ao lado dos homens. Essa distinção circunscreve duas realidades, *uma* realidade vivida por Misael, e *A* realidade insuportável dos homens: “*a verdade dos homens é mentirosa*”. O analista não faz parte do conjunto dos homens, afinal, ele veio do céu, origem que lhe permite suportar o que Misael tem a testemunhar: uma verdade verdadeira.

- Misael, você diz que não sabe de nada, mas em nosso primeiro encontro você disse que iria me contar a sua verdade, então, você sabe sobre sua verdade - intervenho. Essa intervenção permite a circunscrição de um “dentro”.

S_j: Terrorema

Misael apresentava forte resistência em se submeter a exames médicos de rotina. O sobrepeso, a recusa de participar de atividades físicas, o consumo frequente de fumo, a alimentação inadequada, além do coquetel medicamentoso diário, preocupavam as enfermeiras e o clínico-geral do hospital. Ao mesmo tempo, Misael se queixava de múltiplas dores no corpo, as quais não conseguia traduzir à equipe técnica de saúde.

Mas há uma dor recorrente, uma “dor desagradável”, a qual o médico não consegue entender e sobre a qual o “doutor”, o psiquiatra, não sabe fornecer nenhuma explicação

que lhe seja coerente. Ele insiste em me mostrar um buraco, levantando a camiseta, pois, se o analista colocar a mão nesse buraco, poderá sentir a dor que ele sente.

- Eu não preciso tocar, você pode descrever essa SUA dor - afirmo. Com esse recuo, há um deslocamento na relação transferencial, quando o analista não é mais apenas quem dá os direcionamentos necessários, para também ocupar a função daquele que faz as perguntas precisas.

- *Eu preciso de uma pergunta, porque então eu poderei dar uma resposta* – ele solicita. Então, Misael pode responder por si. Levanta-se e, em espanhol fluente, cantarola: “*esto es sobre mí, estoy acostumbrado a ser comandado, pero ahora estoy comandante*”. Na função comandante, ele pode falar sobre sua dor e assim nomeá-la: é um *TERROREMA*.

Impõe-se a necessidade de contar sobre esse TERROREMA ao analista, porque Misael quer se desculpar, mas ao mesmo tempo, assinala um certo receio quanto ao afeto que o acompanha. Há muito rancor guardado...

- *Você sabe, você viu o que fizeram comigo, eu já estou tempo demais aqui. Se eu pegar um fuzil, a humanidade precisa ser varrida, toda parte má, só vai ser um estrago. Eu quero a minha liberdade para não ter que matar ninguém. O problema é que não tem como ter futuro aqui e eu quero mudar essa minha vida desgraçada, eu já passei por tanta coisa e consegui criar sustentações que me fazem caminhar lá fora, porque aqui eu não conseguia andar direito* – afirma ele, tomado por um misto de euforia e desespero.

Misael apresenta um temor quase infantil de que seus afetos possam desmontar o outro, convocado como limite através das perguntas que podem abrir a possibilidade para uma responsabilidade. Isso quer dizer que a responsabilidade implica a admissão da separação entre eu e outro? Como considerá-la no caso de Misael, quando a linha que traça as fronteiras entre dentro e fora é quase imperceptível, ou que o atravessamento significativo, sem a salvaguarda do Nome-do-pai, opera um curto-circuito pulsional, despedaçando o corpo?

Cabe ao analista suportar o depósito desses afetos na transferência, orientação que me permite intervir – “seu rancor não vai me destruir” – pela aposta em diferenciar pensar/sentir e agir: “Misael, você já PENSOU em machucar alguém?”. Ele acompanha a manobra: “*Não, é modo de falar, não que eu vá fazer isso. Eu não quero fazer mal a ninguém, o que eu quero dizer vai além da força física, do músculo, que eu chego falando*

e as pessoas se assustam, acham que eu quero fazer mal para elas. Você tem razão, sentir não é o mesmo que agir”.

A dor é o TERROREMA que reescreve a cena trágica do tiro, de maneira clara e organizada:

- Eu já superei tanta coisa na minha vida, eu superei a minha cadeia, o tiro que eu levei, o espasmo que colocaram aqui no meu peito e que eu ainda sinto, a perda dos meus filhos, os despedaçamentos que eu sofri, as partes que arrancaram de mim, meu irmão, a minha família. A minha família quer que eu continue aqui, porque eles pensam que isso daqui é um hospital psiquiátrico, mas aqui é outra coisa, é manicômio judiciário, é cadeia. Eu não fiz nada, tive que assinar pelo meu irmão, eu assinei porque eu não estava bem mesmo, mas eu não era culpado de nada... eu não sei se eu tô bem pelo que fizeram comigo, não sei se dô conta, se eu terei forças ainda”.

Desse modo, TERROREMA é a resposta de Misael diante da dor, uma versão que leva sua assinatura. A dor é pelo tiro que fez um buraco, um assassinato e que operou como um tratamento pelo real, ou seja, como se fosse uma passagem ao ato. A precipitação da cunhada antecipou a resolução de um texto delirante de caráter reivindicatório que, com grande probabilidade, encontraria como desfecho o ataque ao outro.

Como um tratamento pelo real, a passagem ao ato é uma solução radical que consiste na destituição do Outro e na anulação total do sujeito. Em muitos casos, essa solução pode conduzir o sujeito à uma nova estabilização, a partir da reconstrução do texto delirante, o que não foi o caso de Misael – o tiro desmantelou o tema persecutório dessa modalidade de escrita.

De uma maneira original, Misael mostra que a determinação inconsciente da passagem ao ato não desresponsabiliza o sujeito, mas pelo contrário, convoca-o a responder pelo que faz e pelo que diz a partir de sua desinserção fundante, algo que somente ele poderá fazer por si. Nesse sentido, de quem é o ato na cena do tiro? Entre “*as-sinatura*” e “*as-sassinato*”, Misael insiste que assinou por um crime que não cometeu: há uma outra verdade.

Por acaso, concomitante a esse tempo, o analista é convidado a participar de uma reunião de equipe, na qual os técnicos de saúde revelam, em tom de “sigilo”, uma nova versão para a cena trágica. Durante as comemorações da independência do país, Misael

manifesta interesse de ir ao desfile: quer ir para a guerra. Ele toma uma faca à mão, o irmão fica assustado, pega um revólver, adianta-se e atira. Enuncia-se, assim, o diagnóstico de Misael: perigoso.

Quando da sessão que se segue à “revelação”, ele anuncia:

- *Eu tenho novidades... eu trouxe o meu DISCODNÓSTICO.*

- Discodinóstico ou diagnóstico – eu pontuo.

- *DISCOGNÓSTICIO... Dio, dio, DIO-GNÓSTICO, o GNÓSTICO... do benenê, da batalha do espaço.*

- Qual é o seu diagnóstico, Misael?

- *Perfeito, excelente!*

Então, pela primeira vez, ele recupera algo das sessões anteriores, quando abordava seu TERROREMA, para afirmar que não se trata mais de sua dor, pois agora TERROREMA é um “mero cargo funcional”, um número qualquer, aquele da sua CNH (Carteira Nacional de Habilitação): 28 18 28.

O número 28 18 28 é um jogo com 82, quando Misael tinha apenas doze anos e construiu um “portal” no quintal de sua casa, uma passagem para o outro lado do infinito, como no filme “Ghost: *do outro lado da vida*”. O outro lado é o lá fora, o qual Misael esclarece que também não se trata de um lugar, mas de um movimento, um trabalho de restabelecimento do controle da mente. Para deixar claro, ele gesticula e desenha no ar um quadrado: “*O infinito é um enquadre, uma órbita onde há um peso de aceleração dos planetas, em cima, embaixo, direita, esquerda, os lados assim... É uma fórmula, p, t, c, x, tem sim um lado, mas não tem nada de imposição, se você não quiser concordar, tudo bem. É matemática, uma opinião*”.

“Uma verdade” – complemento. A pontuação permite com que ele continue a produzir uma série, recordando passagens de sua infância: “*Desde pequeno, eu era uma criança chapadinha e eu abria o portal porque eu não tinha sustentação e só um louco para fazer o que eu fazia. E sabe, o que me deixa louco não é isso, ver e conversar com o sobrenatural do universo, o que me deixa louco é a destruição disso*”.

A destruição se refere ao tapa dado pelo pai, vivenciado como uma surra por Misael, o qual, progressivamente, esclarece os acontecimentos de uma trama de “terror familiar”,

marcada pela desagregação com a dependência de álcool do pai, a violência doméstica recorrente e a posterior separação dos pais. A cada sessão, novos marcos são escritos na história de Misael: aos 9 anos, o divórcio parental; aos 12, o falecimento da mãe – *“isso fez um buraco na minha família, eu entrei em parafuso”*; com 16, a morte da avó.

Entre cada desenlace, o trabalho aparece como via de estabilização articulada ao texto delirante do portal, que conduz para o outro lado da vida: em 1979, começa a andar pelo lixão próximo à sua casa para catar papelão; em 1982, é contratado por uma fábrica de sapatos, da qual é afastado ao abrir o pulso em uma máquina; em 1986, quando se torna mecânico em uma oficina de carros, logo após de ter abandonado a escola, ao segundo ano do ensino médio.

Nesses termos, o trabalho é para Misael um portal de sustentação. Coincidentemente, o tempo de seu tratamento atravessa os desdobramentos da equipe técnica de saúde, a qual toma a aposentadoria por invalidez como orientação na construção de sua desinternação. Para isso, chamam seu irmão para uma reunião, oportunidade que encontro para uma conversa, não sem o consentimento de Misael, que me revela que ISMAEL é seu irmão gêmeo: *“Ismael é minha gemeatura, ele esteve comigo desde sempre”*.

Em seu testemunho, Ismael apresenta a sua versão sobre a cena trágica. Ele diz que desde muito criança Misael conversava sozinho, o que deixava as pessoas, incluindo os familiares, assustados, à exceção da mãe e da avó. Com a morte da avó, a ausência cotidiana do pai, Ismael e Misael afastaram-se progressivamente: *“Por um tempo, nós conseguíamos ajudar Misael, eu, meus tios e os meus primos. Mas depois os surtos se tornaram mais recorrentes e as coisas saíram do controle. Eu tive que seguir com a minha vida, eu me casei, eu tive meus filhos, e hoje... é difícil dizer isso, mas eu tenho medo de Misael. Eu acho que ele é como um pitbull”*. Quanto ao episódio do tiro, Ismael reconhece que foi precipitado ao disparar contra Misael, mas que não sabia o que fazer, pois não entende o que irmão diz, já que ele fala “uma língua de outro mundo”.

Escreve-se assim um historial diverso daquele fornecido pela versão jurídica, a partir dos marcos de desenlace que fornecem elementos para a orientação do tratamento - tal historial encontra em TERROREMA a linha que costura tais eventos.

TERROREMA é um significante funcional que detém a dispersão da palavra, retendo de maneira condensada múltiplos afetos, o que permite uma estabilização, como se fosse um significante-mestre. Encontramos nesse S_1 múltiplas aliterações significantes que

recolhem os “cacos” de Misael: o TERROR das ingerências do pai, as separações de AMOR forçadas pela morte (no caso da avó e da mãe) e pelo casamento do irmão, a MÃE como personagem central do desencadeamento e a relação com o infinito a partir de seus TEOREMAS.

Data	Evento
1979 – 9 anos	Separação dos pais. Começa a trabalhar no lixão.
1982 – 12 anos	Morte da mãe. Desencadeamento da psicose. Começa a assistir série “Perdidos no Espaço”. Construção do primeiro portal. Início do trabalho na fábrica de sapatos.
1986 – 16 anos	Morte da avó. Primeiro trabalho com carteira assinada, como mecânico.
1989 – 19 anos	Primeira internação psiquiátrica. Coincide com o casamento do irmão.
1995 – 25 anos	Primeira prisão. Roubo de um caminhão.
2002 – 32 anos	Cena trágica: Ismael, com medo de Misael, atinge o irmão na pena com um tiro.

Prosseguindo em seu tratamento, Misael efetua alguns deslocamentos associativos, entre terrorema, terror e motor – ele é um motor que, sem combustível, pára. Motor evoca o ofício como mecânico, o primeiro de carteira *assinada* – não por acaso, seu documento de identidade é a Carteira Nacional de Habilitação, afinal, para dirigir um caminhão, é necessária habilitação. Misael é “tudo isso um pouco”, é terror, é dor, é motor, e assim conclui, em análise: “*minha verdade é TERROREMA, uma história de terror*”.

Com seu terrorema, Misael produz uma primeira virada em seu processo de desinternação, ao conseguir fazer passar para os técnicos de saúde o seu desejo: não quer se aposentar, pois não é um inválido - quer sair do hospital, retomar os estudos e voltar a trabalhar. Mas, ao mesmo tempo, assinala que ainda não está pronto para sair, nem definitivamente, nem para uma visita domiciliar curta. Ele está ciente que há uma herança deixada pela mãe, a *escritura* de um terreno a ser dividido, no qual o irmão gêmeo reside: “*a minha escritura, ainda tem que dar um tempo, tem que esperar pois eu ainda não posso*”. A equipe decide acolher o pedido de Misael e dar o tempo necessário para o restabelecimento dos laços com Ismael.

Mesaqui

Não era raro, dependendo da disposição dos móveis da sala de atendimento, que Misael mudasse de lugar. Era comum reposicionar sua cadeira, pois ele gosta de olhar “olho no olho” quando conversa com as pessoas – diz isso olhando pela janela, evitando o contato frontal com o analista. Nota-se assim que a circunscrição do dentro não perde *de vista* o lá fora.

Ele deixa de usar progressivamente o gorro – sua capa protetora cerebral – e passa a portar um relógio no punho esquerdo, fato que marca o começo de um maior asseio com o próprio corpo. Nessa passagem, de repente, percebo que a cada sessão vira-se de frente para falar comigo.

- *Vou te deixar uma benção, que o Mesaqui, assim de um ponto de vista do outro, de outro lugar, eu AQUI, o Mesaqui aqui, o Mesaqui aí, falando Mesaqui.*

- Quem é Mesaqui, Misael?

No mito judaico-cristão, MEZAQUE é um dos três irmãos judeus que se negaram a adorar a estátua de ouro construída pelo imperador Nabucodonosor, sob a justificativa de que tinham apenas um Deus. Furioso com a desobediência, duvidando do Deus que poderia livrar seus fiéis de qualquer mal, o imperador ordenou que fosse acesa uma potente fornalha, onde os irmãos, atados, seriam jogados. Assistindo ao espetáculo, Nabucodonosor entrou em estado de choque, porque, ao invés de três homens, viu quatro andarem sobre o fogo, sem que fossem atingidos seus corpos nem suas roupas – como se fossem uma fênix... Ciente de seu engano, o imperador mandou destruir a própria estátua e oficializou como único o “*Deus de Mezaque*”.

- *Mesaqui é aquele que é como deus. É a origem hebraica de meu nome!*

Tomando pela homofonia esse nome, Mezaque, o analista efetua uma pontuação sobre um traço distintivo entre Misael e o outro: “MesAQUI”! Acompanhando a escansão, Misael se utiliza de sua disposição particular para abordar a palavra:

- *Mesaqui. MÊS-AQUI. Passam as horas, o mês aqui, meses aqui, meu aqui. Vem vamos embora... ai esqueci, como é mesmo: Ah, vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora e não espera acontecer.*

O trabalho com o nome produz as mais diversas reverberações, incluindo o tratamento medicamentoso. Se antes Misael consentia com a prescrição psiquiátrica, tomando a medicação como um regenerador que desacopla seu cérebro e o faz sentir-se bem (um preparador para a sua missão grandiosa), agora já não faz mais efeito e atrapalha seu raciocínio. O remédio do qual precisa agora é o “gruiu”, o ruído que mexe dentro de sua cabeça para “melhorar AQUI”.

A dimensão temporal está articulada ao rótulo patológico empregado pela equipe médica: em consulta com o psiquiatra, Misael recebe o diagnóstico de que é esquizofrênico. Em seu caso, a esquizofrenia se refere às “ESQUISITICES” de suas manias, aquelas das ressuscitações ao atravessar um portal – é nesse renascimento que ocorrem as “divisões” que produzem seus filhos. Sua esquizofrenia é acompanhada pelo o que ele chama de alucinações.

- Eu sei que eu tenho alucinações. Mas elas não são nada demais, é uma ligação com Deus. É um chamado especial, Deus e eu estamos no mesmo lugar, eu vivo Deus em mim, o infinito do universo. É algo que não dá para eu te explicar. Essa é a minha psicose. Viver é melhor do que sonhar, para quem tem uma vida boa.

- Qual seria a diferença entre viver e sonhar, Misael – eu pergunto.

- Porque o sonho não é real, é ficção. A vida é real, porque é material e palpável. A vida é a minha psicose, as coisas que eu vejo, o infinito que me sustenta e o meu laço com Deus. Por isso, por conversar sozinho, desde criança, as pessoas me chamam de doido – afirma ele. No entanto, Misael não considera sua esquizofrenia uma doença ou uma loucura e, ao questionar os ditos psiquiátricos, compartilha sua dúvida com o analista: “O importante é se aceitar, e eu me aceito, mas eu gostaria de perguntar para você, que é meu psicanalista: você acha que eu sou doido? ”. Ao devolver-lhe a questão – “você se acha doido, Misael? ”-, recebo a seguinte constatação: “É, eu não me acho doido, eu tenho o meu passado, o meu futuro e o meu presente, porque é eterno... Eu e meus filhos estamos esperando a MELHORA, melhora da MELHOR HORA. Doido é quem me chama de doido”.

Melhora da melhor hora de se *desculpabilizar* de passar a perna. Passar a perna, “*provérbio baiano*”, provérbio de traição – Misael sente-se traído pelo irmão. A perna remete ao tiro que o atingiu e ao procedimento através do qual seu irmão lhe tirou um

OSSO DE BURRO da perna. Ele retoma novamente a cena trágica, agora para contar a “versão verdadeira” dos fatos:

- É, eu tava na casa dele, que eu fui conversar com ele, eu tava com um FUSÍVEL... e ele pensou que era dele... que era de brincadeira... eu tava lá em cima, no banheiro de cima, aí depois eu descí, no banheiro debaixo que tinha gente lá... ele atirou em mim e chamaram a ambulância que chegou e perguntou para mim a mulher de farda, ah é aqui que você levou o tiro, é, ah então tó, e ela foi lá e me deu um outro tiro. E eu fui no hospital e fizeram um monte de coisa comigo.

Misael reconstrói a cena trágica pelos afetos despertados: o desmantelamento de seu corpo, a emancipação de seus órgãos. Para ele, os procedimentos cirúrgicos são difíceis, invasivos, porque, através deles, “eles” arrancam pedaços de seu corpo. A cirurgia da bala tomada como o parto dos filhos é uma espécie de bipartição, na qual o “osso de burro” tirado pelo irmão gêmeo produz esses outros de Misael que compõem seu exército de guerra galáctica – os próprios filhos e os chamados “ciborgues” (seres meio humano, meio simbólico).

Ao abordar esse sintoma, o despedaçamento corporal – o qual a estabilização pela escrita não dará conta de tratar, a ponto de evitar sua morte algum tempo depois – Misael se autoriza a dar o parecer de sua desinternação:

- Agora venceu a minha medida, terminou o prazo da minha medida!

“Qual é a medida de Misael”, pergunta-lhe o analista, após uma pausa de silêncio, retomando logo em seguida a letra que pela língua de Misael ganhou uma musicalidade singular. Misael, o comandante, começa a rir, levanta-se e rumo à porta, começa a cantar:

- É, vem, vamos embora esperar não é saber. Quem sabe faz a hora e não espera acontecer... Eu estou fazendo a minha hora, minha vez!

Um artista

O parecer de Misael é acolhido não apenas pela equipe técnica de saúde, quanto por Ismael, o qual retorna ao hospital decidido a retomar os laços com o irmão. A partir de então, Misael dá início às visitas domiciliares. Primeiro, um final de semana, depois quinze dias, até a desinternação definitiva. Embora tenha recebido a oferta de dar

continuidade aos atendimentos em meu consultório particular durante as visitas domiciliares, ou de me contatar por telefone se fosse preciso, ele nunca se utilizou de tais recursos.

Podemos reconhecer um esforço de Misael em suportar a elaboração da relação transferencial, tal como aconteceu quando de sua desinternação definitiva, a qual coincidiu com a finalização do possível que foi aquele tratamento. No entanto, como observamos, isso não quer dizer que a retomada do contato com a família, que aceitou reatar as relações após um esforço articulado entre analista e os técnicos de saúde, assim como a reinserção na pólis, tenham sido fáceis – as duas primeiras visitas foram angustiantes, mas Misael se permitia desenlaçar somente a partir do momento em que cruzava os portões do manicômio, de fora para dentro.

Durante a desinternação progressiva, as fronteiras pouco nítidas entre dentro e fora, o dentro lá de fora, o fora de dentro, apontaram para uma nova perspectiva, pela redefinição da função do tratamento analítico: é um lugar de ponto e, ao mesmo tempo, o dentro do desabafo.

- Quando eu desabafo, eu me curo, eu reconstruo a minha história. Aqui, eu revejo as dores do passado, eu DESTRAQUEUMATIZO. Eu me sinto melhor desabafando com um doutor, que apesar de não ter muito conhecimento sobre mim, produz algo, mesmo sem falar muito, um doutor em medicina.

A destraqueumatização foi um processo de *desculpabilização* e *responsabilização*, no qual Misael pode falar sobre a certeza que lhe fez “*AS-SUMIR um crime que não cometeu*”: a certeza de que não estava bem e de que aquela instituição poderia lhe oferecer “o melhor tratamento”. No entanto, a institucionalização fora uma travessia do inferno, posto que dia após dia o que se produzia eram a dilaceração, a fragmentação e o esquartejamento. Paradoxalmente, nesse equívoco, algo aconteceu, a partir da aposta de um analista e da equipe de saúde, ao decidirem não recuar diante da verdade de Misael.

Próximo à liberdade condicional, ciente do relatório favorável da equipe de saúde, uma dissolução se impõe a Misael, o qual passa a se debruçar sobre um enigma. Enquanto que a sentença da transferência, no instante da entrada em análise, era “*diga-me tudo, não me esconda nada!*”, da passagem da necessidade de indicação para a demanda de pergunta, ao final do tratamento, o analista fez-se incógnita a ser resolvida: o que é um analista?

- *Você fala muito pouco, mas é um silêncio que causa muito, que tem efeito.... Eu vim aqui, foi importante para desabafar, para fazer UMA psicanálise, continuar a andar com as próprias pernas, mas também ter um lugar de escuta. Eu nunca tinha feito uma psicanálise assim.*

Misael precisa saber quem é o analista para saber quem ele é: quem és tu? Tal inquietação poderia tornar o laço transferencial espesso demais, mas o silêncio do analista vem a fornecer borda, como a própria *linha do céu*, não apenas entre o infindável do universo e o plano terrestre, mas entre o dentro do fora e o fora para dentro, limites que sustentam uma relação eu/outro para além da perseguição e da erotomania.

- *Quem sou eu para saber quem és tu psicanalista* – indaga Misael.

A posição do analista se sustenta por essa figura anônima do escriba que, nesse trabalho de bordado sobre as letras de Misael, evita a consistência holofraseada da significação e, concomitantemente, a possibilidade de se deixar devorar pela proliferação significativa – ela utiliza o sintoma de Misael a seu favor, pela prática de pontuação em sua dimensão ortográfica.

Quem sou eu, para saber quem és tu psicanalista.

Quem sou eu para saber quem és tu, psicanalista?

Quem sou eu para saber, quem és tu psicanalista?

Para Misael, o analista é uma incógnita a ser decifrada, uma verdade: “... *aqui a verdade me trouxe, a verdade traz infinitas resoluções, infinitas para a verdade... A verdade é UMA verdade... é uma possibilidade...*”. Ele entrou nesse tratamento como se fosse uma partida de cartas, não como jogador, mas enquanto Kruppiê, o próprio AS de copas:

- *O As de copas é aquela carta de coração. Alguns dizem que é a segunda carta depois do rei de copas, mas, se melhor podemos dizer, é a primeira carta do jogo. Depois, vem todas as outras. Eu vou pegar essa carta, eu vou jogar todas as outras e vou reorganizar todo o jogo. Eu vim primeiro, antes de tudo o que existe e vou recriar uma nova coisa, até chegar ao inefável.*

Enquanto *As*, esse que *as-ssina e as-sume*, Misael se coloca no princípio da cadeia, assumindo essa tarefa dispendiosa de realizar o impossível de se fazer, porque ninguém pode fazer aquilo que ele faz e somente ele: apostar. A vida é um jogo de apostas, no qual já acertou, outras vezes não, mas agora gostaria de acertar mais. Por isso, Misael se nomeia: “*eu sou um artista*”.

Para sustentar seu trabalho, Misael precisa sair mundo afora e mostrar o tipo de artista que é: como ele esclarece, não se trata do tipo que pinta, canta o ou que escreve, mas daquele que, no cotidiano, a cada passo, realiza a “*arte de tirar de letra*”.

- *O poeta não morreu, foi ao inferno e voltou, conheceu os jardins do Éden, o poeta está vivo e vai mudar o mundo com seus moinhos de vento.*

Como diz o artista Misael, de infinito em infinito, é preciso cautela, cuidado e dedicação. O trabalho com a palavra é coisa séria!

CAPÍTULO II

Primeira lição: a função do caso clínico

“A hora e vez de Augusto Matraga” é o último conto de *Sagarana* (1946), livro que marca a estreia literária do escritor modernista brasileiro Guimarães Rosa. Narrado em terceira pessoa, repleto de neologismos a partir de derivações sufixais e prefixais, além de abreviações e composições, o conto é protagonizado por Augusto Matraga, mais conhecido por Nhô Augusto, filho do poderoso coronel Afonso Esteves.

Nhô Augusto perdeu a mãe quando ainda criança. Com pai “problemático”, foi criado pela avó, a qual, muito religiosa, desejava que o neto se tornasse um “homem de Deus”, ou seja, que seguisse o sacerdócio. Ao começo do conto, é um senhor de terras no sertão de Minas Gerais, casado com Dona Dionorá, com a qual tem uma filha, Mimita. Homem cruel e violento, por onde passa Augusto Matraga espalha medo e, aos poucos, tomado pela propensão ao jogo e casos extraconjugais, delapida a própria fortuna. Dona Dionorá, cansada das traições e da agressividade do marido, abandona-o e foge com outro homem, levando consigo a filha.

Ao perceberem a derrocada do patrão, seus capangas decidem armar uma emboscada junto de seu inimigo, o major Consilva Quim Recadeiro. Augusto Matraga é atacado violentamente: espancado e marcado com ferro quente, como um boi de gado, é atirado em um barranco e deixado à própria sorte. Por um milagre, sobrevive ao atentado ao ser encontrado por um casal, Mãe Quitéria e pai Serapião, que cuidam de seus machucados e o acolhem, até que se restabeleça.

Durante a reabilitação, Nhô Augusto recebe a visita de um padre, que lhe profere as palavras que dão nome ao conto: “*cada um tem a sua hora e a sua vez: você há de ter a sua*”. A partir de então, ele parte para tomar posse do pequeno pedaço de terra que ainda restava, em um vilarejo entre Pindaíbas e Sacoda-Embira, onde assume nova identidade e cai no gosto da vizinhança, “*porque era meio doido e meio santo*”. Tentando dedicar sua vida ao bem, é tomado por um conflito interno, algum tempo depois, ao se deparar com o jagunço Joãozinho Bem-Bem e seu bando, na ocasião em que decidem executar a família de um assassino foragido do vilarejo.

Nesse momento, Nhô Augusto decide intervir, utilizando de sua crueldade, dessa vez para fazer justiça, quando é reconhecido por alguns habitantes ao eliminar Bem-Bem e seus capangas. O conto termina com a redenção de Augusto Matraga que, após o confronto, morre como herói, depois de uma transformação a partir da experiência de quase morte.

Marcada por um trabalho de criação com a linguagem, a saga aborda a fronteira entre a invenção e a realidade, posto que o narrador não nega o caráter ficcional dos fatos, mas também não deixa de afirmar: eles são um acontecimento – *“se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho desse jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada”*.

É desse contexto que extraímos o sobrenome de Misael, Matraga. Essa nomeação aponta que a transmissão dos resultados da pesquisa de um analista, através da construção e da formalização de caso, não acontece sem a passagem à ficção clínica.

I. Um debate controverso

É certo que Freud fez do relato clínico de caso a via elementar, em termos metodológicos, para inaugurar a psicanálise e fundamentá-la como terapêutica e, também, como uma ciência. Ele próprio viu-se às voltas com inúmeros impasses que hoje preenchem o debate constante nas comunidades analíticas em torno da publicação ou não de casos clínicos – modalidade essa distinta do que se popularizou por *vinheta clínica*.

Dentre tais impasses trazidos pela transmissão da clínica analítica, está aquele que se refere à passagem da dimensão privada do tratamento para a dimensão do que o torna público, sem que se reforcem antigas dicotomias, como a individual/coletivo. Observa-se a preocupação de Freud, em sua escrita, em manter constante uma contradição, a de incluir a psicanálise no campo científico de sua época e, ao mesmo tempo, subverter a concepção comum do método científico desde o deslocamento radical promovido pela descoberta do inconsciente.

Em *“Fragmentos da análise de um caso de histeria”*, o caso Dora, já em 1905, Freud nos oferece uma lição valiosa sobre a tessitura de um relato clínico, enfatizando o compromisso do analista com a transmissão da verdade:

Passo agora a comunicar o modo como superei as dificuldades técnicas da elaboração do relatório desse caso clínico. Essas dificuldades são muito consideráveis para o médico que tem de realizar cotidianamente seis ou oito desses tratamentos psicoterapêuticos e não pode tomar notas durante a própria sessão com o paciente, pois isso despertaria a desconfiança dele e perturbaria a apreensão do material a ser recebido por parte do médico. Além disso, ainda é para mim um problema não resolvido o modo como devo registrar para a publicação a história de um texto mais prolongado. No presente caso, duas circunstâncias vieram em meu auxílio: primeiro, a duração do tratamento não ultrapassou três meses, e segundo, os esclarecimentos do caso se agruparam em torno de dois sonhos (um relatado no meio do tratamento e outro no fim) cujo enunciado foi registrado imediatamente após a sessão, assim proporcionando um ponto de apoio seguro para a teia de interpretações e lembranças deles decorrente. Quanto à própria história clínica, só redigi de memória após terminado o tratamento, enquanto minha lembrança do caso ainda estava fresca e aguçada por meu interesse em sua publicação. Por isso o registro não é absolutamente – fonograficamente – fiel, mas pode-se atribuir-lhe alto grau de fidedignidade. Nada de essencial foi alterado nele, embora em vários trechos, para maior coerência expositiva, a sequência das explicações tenha sido modificada. (p.21-22)

Mas de que verdade se trata? Freud estava interessado nessa relação intrínseca entre ficção e a divisão do sujeito, ou, entre outros termos, na disjunção entre verdade e exatidão. Se a análise é uma experiência de fala, alicerçada na antecipação, no corte e a posteriori, o analista jamais poderia basear a transmissão de sua prática em uma escrita compromissada com um tempo linear e cronológico.

Lacan, leitor implicado de Freud, debruçou-se exaustivamente sobre a questão da verdade, especialmente quando recorreu à lógica e à topologia como ferramentas de formalização. Neste salto, Lacan propôs uma outra escrita, avançando para além daquela que faz de seu suporte o significante, a fim de colocar em relevo o desdobramento das consequências do ato analítico, incluindo uma lógica capaz de ultrapassar a clássica contraposição entre teoria e práxis, a qual produz o efeito nocivo de reduzir a clínica a um laboratório de aplicação e confirmação conceitual. De alguma maneira, essa “nova escrita” foi interpretada, por alguns lacanianos, como uma recusa de Lacan ao relato clínico.

De fato, a advertência dos colegas que se demonstram reticentes à publicação de casos não deve ser descartada, pois ela denuncia o escrever personalista que exalta os sucessos daquele que procura autenticar pela audiência do Outro o que é da ordem do discurso analítico. Em contrapartida, ao mesmo tempo, o que se desenvolveu por outro lado foi um certo tipo de formalização que, nos últimos anos, privilegiou a forma e o estilo,

obscurecendo a surpresa que a clínica permite aos analistas, quanto aos operadores fundamentais da prática – o inconsciente, a transferência, a repetição e a pulsão.

Entre as reticências e algumas das respostas por elas produzidas, o que podemos recolher pela literatura psicanalítica atual é a multiplicação de vinhetas clínicas que procuram conciliar uma falsa discrição ética e as lições do “ultimíssimo” Lacan, ou ainda, aquilo que restou dos excessos e do recuo diante dos adventos do real, a saber, a autorização dos analistas como poetas.

Para nos limitarmos à nossa questão efetiva, a afirmação de Freud de que “não temos o direito de fazer poesia com nossas análises” constitui uma espécie de advertência aos analistas – que ainda hoje existem – tentados a se tornar escritores de casos. Freud não se considerava assim. Ao contrário, do modo como ele compreende a posição do artista, sua intenção não é justamente a de dissimular o inconsciente, a partir do momento em que foi reconhecido. Há uma diferença entre revelar o inconsciente velado e velar o que foi assim reconhecido. Os dois podem coexistir, mas a inflexão não será a mesma. (PORGE, 2009, p. 41)

De fato, em seu último seminário, “*O momento de concluir*” (1977), Lacan articula a participação do analista na escrita de uma análise, através de sua incidência pelo corte. Mas afinal, quem é que escreve quando um analista dá provas de sua prática?

II. Construção analítica

Em “*Construções em análise*” (1937), Freud diz que o trabalho de uma análise consiste em duas partes diversas, sendo que cada uma delas é conduzida ao fim por pessoas distintas, a partir de funções igualmente particulares. De um lado, o analisando deve rememorar, causado pelo analista, aquilo que sofre efeito do recalque a tal ponto que, a partir dos aspectos mais dinâmicos da relação transferencial, o trabalho do analista assume uma função coadjuvante. Interessado na função do analista, Freud lhe atribui uma função semelhante à de um secretário: “*completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada... constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise*” (p. 24).

Essa construção, daquilo que escapa pelo recalque, Freud (1937) assemelha ao trabalho do arqueólogo:

Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo – e talvez por outra razão também. Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. Ambos, ademais, estão sujeitos a muitas das mesmas dificuldades e fontes de erro. (p. 276)

A outra razão à qual Freud se refere, no que diferencia a tarefa do analista e do arqueólogo, diz respeito à essa vantagem, a repetição: o material do qual dispõe o analista é vasto, dada a rememoração que se opera através da transferência e que lhe permite um acesso ao conteúdo deteriorado, ao contrário do arqueólogo nas escavações. Além disso, a construção não é preliminar na tarefa analítica tal como é em outras de suas modalidades – em uma casa, por exemplo, erguem-se primeiro as paredes, para então efetuar os acertos dos detalhes internos.

Todo analista sabe que as coisas acontecem de modo diferente no tratamento analítico e que aí ambos os tipos de trabalho são executados lado a lado, um deles sempre um pouco à frente e o outro a segui-lo. O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim. (FREUD, 1937, p. 279)

Freud coloca a tarefa de construção no cerne da relação analítica, fazendo uma ressalva inclusive à questão da interpretação: embora se use o termo interpretação para nomear aquilo que é da construção, a primeira consiste por sua vez em algo mais pontual, quando se toma isoladamente determinado elemento daquilo que compõe o material da análise, a partir de uma associação, por exemplo.

Há ainda outra peculiaridade na tarefa de construção em análise, que é a distância entre a experiência originalmente vivida e a experiência rememorada, isso pois, ao associar livremente, o analisando não retoma o vivido como uma mera reprodução. Segundo Nogueira (1997), ao considerarmos que a construção em análise se dá através da linguagem, devemos incluir o impossível imposto pela sua própria estrutura, o que, no entanto, a cada vez, permite-nos uma apreensão de algo do inconsciente.

É por essa via que Lacan atribuiu um outro estatuto para a repetição: não se trata mais do mesmo. Ele busca, a partir do seminário “*A identificação*” (1961-62), referências no campo da lógica e da matemática para evidenciar a repetição como efeito genuinamente significante, pois se trata do diferente, disso que se dá *de novo*, uma vez única, a cada vez. Por exemplo, ao escrevermos $\{\emptyset\}$, ou seja, o conjunto cujo único elemento é o conjunto vazio, não estamos mais tratando do nada. Nomeia-se isso de *um* como uma suposição e a partir daí é possível contar.

$$\{\emptyset\} = 1$$

$$\{\emptyset, \{\emptyset\}\} = 2$$

$$\{\emptyset, \{\emptyset\}, \{\emptyset, \{\emptyset\}\}\} = 3$$

O zero é uma tentativa de localizar no interior da estrutura aquilo cuja escrita não é possível. Mas como conceber o *um* a partir desse primeiro objeto que é o número zero? Ao contarmos o zero como um, colocamos esse número, que é a marca da ausência e lugar do objeto faltante, como o suporte geral da série. (FORMIGONI e LOPES, 2018)

A construção analítica obedece a esse paradoxo estrutural, algo que se transmite pelo caso clínico, considerando que o analista, ao colocar à prova seu ato, inclui a impossibilidade de reproduzir a dinâmica transferencial, posto que ele participa, desde sua função, dessa mesma construção.

Haveria nesses termos, quanto à essa tarefa de construção, alguma diferença entre a clínica das neuroses e das psicoses?

III. A construção do delírio

Prosseguindo na definição da função do analista na tarefa de construção analítica, Freud (1919) afirma que, no caso da neurose, o que se constrói em uma análise é a fantasia.

Em um primeiro momento, um conjunto de recordações de eventos testemunhados pelo sujeito, ou de desejos recalcados então despertados em determinada situação, reduzem-se à escrita de uma sentença simples, “*o meu pai está batendo na criança*”. Essa formalização produz uma série de reverberações, quando, em seguida, o sujeito toma a posição da criança espancada, como se o autor do texto fantasmático assumisse um dos personagens do enredo criado por ele mesmo. Freud (1919) considera que essa segunda escrita, “*eu estou sendo espancada pelo meu pai*”, torna-se talvez o momento mais importante do processo, pois essa experiência de gozo não é nada mais do que uma ficção – o sujeito nunca a viveu, já que ela nunca será lembrada, ou jamais passará à consciência.

No entanto, não é tão a construção em si que ganha importância na tarefa analítica, mas sim o que o analisando pode fazer com o material produzido. Isso quer dizer que, do lado do analista, há uma função de auxiliar uma construção pela qual o produto, a ficção fantasmática, possa assumir um valor de verdade para o sujeito, a ponto de ser tomada *como se fosse* uma recordação. A questão, como nos indica Freud, é saber em que condições ocorre essa escrita e de que maneira esse fragmento da estrutura do sujeito pode produzir todavia “*um resultado completo*”. Assim, observa-se que a preocupação de Freud não é se o enredo criado pelo sujeito está adequado ou não à realidade, mas à medida que a fantasia é por ele tomada enquanto verdadeira.

Não por acaso, em um texto anterior à “*Uma criança é espancada*” (1919) – estamos falando de “*História de uma neurose infantil*” (1918) -, Freud diz que muitas recordações trazidas de maneira espontânea pelo paciente, durante a análise, são “distorções da verdade”, “elementos imaginários”, distintas do que ele chama de lembranças encobridoras. Esse tipo de recordação assume, muitas vezes, um significado primordial na direção do tratamento e, apesar de não serem revividas como lembranças, devem ser tomadas como material da construção: uma tessitura que demanda tempo e atenção aos detalhes. O processo de incorporação de tais lembranças ocorre de maneira similar às alucinações, as quais consistem em rastros de “... algo que foi experimentado na infância

e depois esquecido... algo que a criança viu ou ouviu numa época em que ainda mal podia falar e que agora força o seu caminho à consciência” (FREUD, 1937, p. 285).

Se o delírio tem a função de reconstituir a realidade psíquica do sujeito, ele é uma construção, mas a partir de rastros alucinatórios e que, pela direção do tratamento, torna-se verdadeira. Não é essa a queixa de Misael Matraga, de que as pessoas recuam diante da verdade que ele traz? Para quem ele pode explicar o infinito? De certo modo, Misael atualiza os impasses da verdade em termos matemáticos, debate que tomamos aqui a partir de um pequeno recorte.

A questão da verdade na Matemática pode ser abordada a partir de duas direções, não desarticuladas: a que toma o rumo da lógica e a que a inscreve, na história da ciência, como ciência exata. Quanto à segunda perspectiva, Auguste Comte, em sua classificação positivista de ciência, reserva à Matemática o posto de ponto de partida para o que chama de seis ciências fundamentais: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia. Nesses termos, boa parte dos conceitos matemáticos seriam definidos a partir de fatos observáveis, empíricos, e que, por essa razão, teriam larga aplicação na vida cotidiana.

Se a Matemática é uma pura abstração, ou se ela descreve um conjunto de fenômenos empíricos enquanto representação da realidade, temos aí elementos para outra discussão. O que nos interessa desse ponto é o comprometimento matemático com a demonstração do que se denomina por real e o que desse real pode se articular com o inconsciente. Estamos falando da questão da verdade no que se refere a, em dado momento da história das matemáticas, produzir um corpus radicalmente seguro e sistemático que funcione como realidade. Como vimos, nas construções em análise, tanto a fantasia quanto o delírio podem assumir essa função de teorema...

Tarski afirma, em “Prova e Realidade” (1969), que a busca pela verdade não é exclusiva da matemática, mas essência de toda atividade científica. A concepção de verdade apresentada por Tarski é clássica, centrada no conceito de correspondência: *“uma sentença só pode ser classificada por verdadeira se ela reflete o real, se retrata o objeto tal como ele é”*.

Se aqui verdade equivale à fidedignidade, no entanto, Tarski também afirma que a definição de verdade não é suficiente para classificar se uma sentença é verdadeira ou falsa, pois se a essência da atividade científica é alcançar a verdade, a prova é o caminho

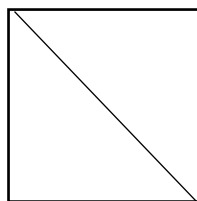
enquanto procedimento. Nesse sentido, podemos depreender que não é a verdade que determina o caminho, mas a verificação – que, na Matemática clássica, faz-se pelo método axiomático.

O que é um axioma? É uma verdade evidente e incontestável, a qual podemos chamar por máxima, composta por um conjunto de sentenças relacionadas entre si por método dedutivo, cujo objetivo é formalizar um teorema. O que é um teorema? Proposição que compreende algo passível de demonstração, produzindo como efeito valor de verdadeiro ou falso.

Segundo Da Costa (1992), a primeira crise da Matemática como ciência se refere exatamente à noção de demonstração e continuidade. Até o século V a.C., as grandezas, que apresentavam caráter geométrico, eram expressas por *números inteiros*. Euclides desenvolveu uma *álgebra geométrica*, na qual a relação entre número e grandeza se estabelece a partir de operações aritméticas para o cálculo de grandezas geométricas. Portanto, a geometria era métrica e todas as operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) eram imagéticas e expressas por números inteiros, ou seja, o número expressava uma relação direta entre o concreto e o abstrato.

Foi o conceito de reta real que inseriu um impasse na solução algébrica para problemas geométricos, de modo que os matemáticos conduziram suas pesquisas a partir de duas direções: pela aproximação das relações de grandeza e pela concepção de grandezas incomensuráveis. É nesse contexto que surgem os números irracionais, pela escola de Pitágoras, a partir do seguinte problema:

Como encontrar uma relação entre os lados de um quadrado unitário e sua diagonal?



Temos pelo teorema de Pitágoras:

$$a^2 + b^2 = c^2$$

$$d^2 = 1^2 + 1^2$$

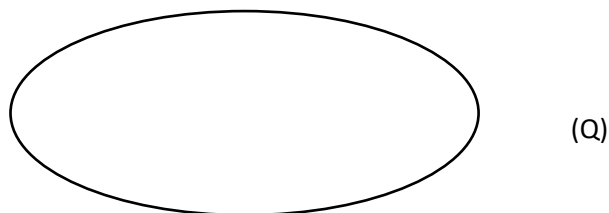
$$d^2 = 2$$

$$d = \sqrt{2}$$

Como tal número pode existir?

Observemos que a busca pela completude da reta trouxe para a matemática a problemática dos números irracionais, revelando que *a reta não representa uma continuidade*, mas que, na verdade, ao longo de toda sua extensão, é possível identificar uma série de buracos. Como nos aponta Da Costa (1992), ao longo de quase vinte séculos, a compreensão dessa nova categoria de número, o irracional, ficou em aberto até que, somente no século XIX, o matemático alemão Richard Dedekind conseguiu explicitar a natureza do número irracional e, conseqüentemente, do que se chama por número real, com a introdução da noção de *corte na reta*.

Pensemos numa reta qualquer denominada X. Essa reta possui uma infinita quantidade de pontos que estão dispostos de maneira ordenada. Podemos associar cada número do conjunto dos racionais (Q) com um ponto correspondente da reta X. No entanto, a relação inversa não pode ser realizada – é impossível associar cada ponto da reta com um número correspondente do conjunto (Q), posto que a reta está marcada por buracos.



A quantidade de buracos na reta é infinitamente maior que a quantidade de pontos correspondentes à (Q) e a noção de corte considera a existência desses vazios ao longo da reta. Ao pegar um ponto qualquer “P” da reta “R”, efetua-se um corte de modo que nenhum ponto escapa dessa divisão: todo ponto de uma classe A está à esquerda de todo ponto da classe B.



O corte possibilita 4 modos de compreensão:

- a) de que há um máximo para a classe A e um mínimo para a classe B. Representamos aqui o conjunto dos números naturais (N) e o conjunto dos números inteiros (I) ;
- b) de que há um máximo para a classe A e de que não existe um mínimo para a classe B;
- c) de que não existe um máximo para a classe A e de que não existe um mínimo para a classe B;

[os modos b e c representam o conjunto dos números racionais (Q)]

- d) a ausência tanto de um mínimo quanto de um máximo para ambas as classes. Representamos o conjunto dos irracionais.

Retomando o problema do quadrado unitário, poderíamos tentar localizar $\sqrt{2}$:



Há um vazio na reta dos Q quanto à representação da $\sqrt{2}$, sendo que a possibilidade de sua realização só se torna possível a partir de aproximação, que dentro da matemática moderna se opõe à perspectiva dos pitagóricos de que todos os fenômenos do universo

poderiam ser representados pelos números inteiros positivos e por relações de razão entre os mesmos.

A geometria euclidiana não se preocupava apenas com a formalização dos objetos, mas sobretudo em garantir que tais objetos tivessem uma correspondência direta com a realidade ligada à experiência. Segundo Da Costa (1992), ao longo dos séculos, os matemáticos se sustentaram mais pelo método dedutivo, por uma auto-evidência, do que por uma axiomática consistente; mesmo que Descartes e Newton, por exemplo, tenham contribuído para o desenvolvimento da matemática tal como a conhecemos atualmente, a consideração do irrepresentável, do incalculável, foi fundamental para sua solidificação.

O século XVIII foi marcado por uma Matemática alicerçada no apriorismo de Kant: principalmente a geometria, baseava-se em proposições que tratavam de imperativos universais que independiam da experiência e que se fundamentavam em uma razão que não admitia exceções. Somente ao final do século XIX, com o surgimento de uma geometria não-euclidiana, é que o caráter material cedeu lugar ao formalismo.

O filósofo David Hilbert levou a matemática à formalização radical, ao desenvolver uma teoria da demonstração capaz de estabelecer consistência em qualquer sistema matemático, desde a geometria até a álgebra linear. Ele procurou consolidar uma matemática consistente, a partir de um número finito de teoremas, capazes de darem conta de qualquer teoria, sem a possibilidade de auto-contradição – o irrepresentável estaria excluído desse campo, já que não permite demonstração. (DA COSTA, 1992)

É no século XX, na década de 30, que os trabalhos de Kurt Gödel, partindo do postulado V de Euclides, colocam em xeque os estudos de Hilbert. Gödel se debruçou sobre a segunda parte do postulado – duas retas paralelas “nunca” se encontrariam – para se opor à ideia de não-contradição de Hilbert. Nesses termos, Gödel aponta que o conhecimento matemático deve ir além dos limites impostos pelos sistemas axiomáticos – ele apontou contradições inclusive na teoria dos conjuntos de Cantor.

Mas o que define um sistema axiomático? Primeiro, deve ter consistência, ou seja, seus postulados não podem se contradizer. Segundo, deve ser um sistema completo: todas as suas proposições devem ser suficientes para provas verdadeiras ou falsas. Terceiro, cada postulado deve manter uma independência em relação aos demais. Para Gödel, não pode haver uma matemática complexa o suficiente capaz de lidar com infinitos sem a presença de paradoxos.

Munido de tais referências, Lacan procurou evidenciar os paradoxos da estrutura de linguagem, na primeira lição do seminário de 1971, “*De um discurso que não fosse semblante*”:

Um dia eu me diverti fazendo a verdade falar. Que pode haver de mais verdadeiro do que a enunciação *eu minto*? Pergunto onde existe um paradoxo. A clássica polêmica enunciada com o termo *paradoxo* só ganha corpo quando esse *eu minto* é posto no papel, a título de escrito. Todo mundo percebe que, de vez em quando, não há nada mais verdadeiro que se possa dizer do que *eu minto*. Aliás, com toda a certeza é a única verdade que não é destruída, em certas ocasiões. Quem não sabe que, ao dizer *eu não minto*, de modo algum nos resguardamos de dizer uma coisa mentirosa? Que significa isso? A verdade de que, aquela que afirmei que diz Eu, aquela que se enuncia como oráculo, quando ela fala, quem é que fala? Esse semblante é o significante em si. (Lacan, 1971, p. 14).

Algumas lições adiante, no mesmo seminário, Lacan afirma que *tais paradoxos só podem se sustentar a partir da escrita*.

Está absolutamente claro que dizer *eu minto* é algo que não cria nenhum obstáculo, dado que é só isso que fazemos, logo, por que não o diríamos? O que significa isso? Que é somente ao ser escrito que, aí sim, passa a haver um paradoxo, porque dizemos muito bem: *você está mentindo nisso, ou está dizendo a verdade?* (p.67)

Em seu amor pelas letras, Misael Matraga mostra-nos o significante como semblante, quando em seus neologismos joga com a questão da verdade. Ao dizer que há uma Outra cena em relação à ao episódio do tiro, ele apresenta um teorema.

Primeiro postulado, *eu só gosto da verdade*. Segundo postulado, *existe mentira e existe verdade*. Terceiro postulado, *a verdade dos homens é mentirosa*. Quarto postulado, *o infinito é uma verdade*. Quinto postulado, *eu venho te dizer uma verdade*. O que quer dizer que a sua versão dos fatos não está comprometida com A realidade, mas com *uma* realidade, a sua. Em outras palavras, a verdade dos homens é mentirosa, mas a sua verdade é verdadeira. A questão é que essa ficção é um terrorema, uma história de terror.

Se a construção fantasmática passa por compor um texto a partir dos traços esquecidos e que são rememorados sob o efeito do recalque, no caso do delírio o material rechaçado retorna, não no simbólico, mas no real. Isso permite concluir que uma construção que

reverbera em sua escrita os efeitos da forclusão produzirá, ao final, um texto cuja forma será certamente diversa daquela da fantasia.

Considerando a direção do tratamento na esquizofrenia, a construção em análise passa pela paranoização: o advento de um significante-mestre capaz de produzir uma *fixação* que possa conter a dispersão significativa e a ruptura própria da explosão do semblante. Nesses termos, a medida que oferece limite à equivocidade é a própria característica diferencial do significante, ou seja, o par $S_1 \rightarrow S_2$, a qual possibilita ao sujeito inúmeras tentativas de se re-incluir no laço social. O teorema de Misael é um *terrorema*: esse significante retém as múltiplas cenas trágicas, agora então enlaçadas metonimicamente – a separação dos pais, a morte da mãe e da avó, o casamento da *gemeatura*, a cena do tiro e a cirurgia de extração da bala – em um texto que atualiza a inquietação traumática da origem, reparando o ponto onde não se operou uma afirmação primordial.

Nesse sentido, *Terrorema* não ocupa a mesma função que uma metáfora delirante, tal como observamos em Schreber, mas guarda os mesmos termos formais que a fantasia neurótica.

Segundo Prates Pacheco (2014), essa perspectiva da fantasia em Lacan, sem ignorar as pistas deixadas por Freud, aponta para a necessidade de uma formalização da realidade enquanto efeito da estrutura de linguagem pela qual se sustenta o sujeito – isso converge com o projeto lacaniano de matematização que atravessa a transmissão da clínica psicanalítica, cujo objetivo central é fazer passar algo do real.

Quando aborda a função da fantasia no seminário de 1966-67, Lacan afirma que há um deslocamento do que chamamos de realidade para uma estrutura de verdade, em uma escrita que, se por um lado tampona o real através de seu enredo novelesco, por outro toca algo disso que é impossível escrever.

Se trata assim de indagar a relação da verdade com o significante pela via da fantasia enquanto escrita do impossível – tal como nos paradoxos lógicos -, e seu valor de verdade para o sujeito. A fantasia é uma produção do sujeito que, em um só tempo, vela o real como impossível e aponta para ele, escrevendo essa mesma impossibilidade em uma fórmula que possui valor de verdade para o sujeito. (PRATES PACHECO, 2014, p.57)

Alcançamos um ponto crucial na transmissão da clínica psicanalítica. Lacan (1966-67) afirma que podemos supor, por tal lógica, a da fantasia, que não há outra maneira de entrada no real para o sujeito – ou seja, não há transmissão do real sem construção, seja da fantasia ou do delírio. No entanto, o que se pode recolher de uma cura conduzida até o seu fim é a possibilidade de uma escrita inédita capaz de abordar o real, para além da ficção fantasmática, ou da saga delirante.

Segundo Dunker (2011), a escrita do caso acompanha tal travessia, a mesma pela qual é possível extrair, a partir de uma montagem estrutural, operadores que formalizem a passagem do singular ao coletivo e anônimo – há, nesses termos, uma homologia entre a construção em análise e aquela do caso clínico. Foi dessa maneira que Lacan ultrapassou a questão diagnóstica, sem prescindir dela, para recolher nas psicoses uma via de acesso ao funcionamento do inconsciente, muito peculiar do que quando evocamos a referência neurótica.

O que permite distinguir a tarefa analítica de construção daquela da formalização, embora estejam articuladas. Ao fazer uso da lógica matemática, Lacan propõe uma nova modalidade de tessitura do caso, com o esvaziamento imaginário que a escrita matematizada permite, possibilitando a crítica assídua necessária dos efeitos do ato analítico. Se não há formalização sem construção, é porque, como diz Ramos (2017), a construção que Freud coloca como tarefa do analista é também um trabalho de formalização, ou seja, de ordenação lógica dos ditos do analisando – a formalização faz parte então da direção da cura.

IV. A questão da formalização

Freud (1923) define a psicanálise como um método de investigação muito particular, com um objeto específico que é o inconsciente, e ao mesmo tempo, um método de tratamento. A articulação entre clínica e pesquisa constitui a psicanálise também como um método científico, o que impõe ao analista a inquietação sobre como ele passa ao público as descobertas que são recolhidas na relação analítica.

Incluir a psicanálise no campo da ciência supõe que um analista, ao se lançar na experiência, possui à sua disposição uma teoria composta por operadores clínicos enquanto norteadores de sua pesquisa. No entanto, segundo Nogueira (1997), Lacan

observou que as leis da linguagem não são suficientes naquilo que se refere à direção do tratamento, nem na transmissão dessa práxis, já que eram necessários novos operadores, capazes de incluir o real em sua formalização, o que nos coloca inevitavelmente diante de uma modalidade de escrita, a saber, a matemática.

A formalização matemática é o nosso objetivo, nosso ideal, porque só ela é `matema`, ou seja, é capaz de transmitir integralmente. A formalização matemática é `escrito`, e é nisso que vou tentar avançar hoje.

Ora, ela só subsiste, essa formalização matemática, se eu empregar, ao apresentá-la, a língua que eu uso. É aí que está a objeção: nenhuma formalização da língua é transmissível sem o uso da própria língua. É pelo meu dizer que essa formalização, ideal metalinguagem, eu a faço `ex-sistir`. (LACAN, 1972-73, p. 241)

Isso não quer dizer que devemos, literalmente, reduzir a tragédia da ex-sistência daqueles que procuram uma análise à uma equação do segundo grau. Mas o que está em jogo nessa “nova escrita”?

No caso da geometria euclidiana, por exemplo, não há figura mais paradigmática dessa escrita do que um triângulo: uma intuição do espaço que, no que toca a aparência, poderia ser um traçado puro. Mas o que define um triângulo retângulo? Uma relação matemática a partir da manipulação de letras de diferentes línguas, desde as gregas até quais pudermos supor – ($a^2 = b^2 + c^2$). Para Lacan, essa substituição, do que se chama linguagem natural por uma linguagem artificial, envolve o uso de uma “escrita furada”, pela qual se põe no lugar “*o cúmulo do escrito, isto é, uma letra pura e simples*” (1971, p. 76).

O ponto crucial nessa transmissão é a passagem do particular da fala ao universal da escrita. Esse foi o esforço de Lacan, qual seja, encontrar um modo de transmissão da psicanálise a partir da ciência que incluísse o impossível. É justamente por colocar a dimensão do impossível na direção da análise que se estabelece a orientação da experiência psicanalítica. Uma orientação que nos remete ao fato de que o simbólico, por estrutura, é furado e que, justamente este furo é o que a análise procura fazer aparecer. (OLIVEIRA, 2017, p. 19)

Essa passagem do particular ao universal através da formalização do caso retoma o distanciamento entre a experiência propriamente dita e o que dela se transmite, já que, na tarefa analítica, o outro não é tomado como objeto de estudo, e sim como sujeito. Nessa

travessia, o caso clínico acontece a partir do esquecimento e da separação em relação ao vivido no tratamento, inserindo a psicanálise no campo científico a partir de uma certa exterioridade, tal como nos aponta Dunker (2017):

Se o esquecimento de alguns elementos e sua reconstrução por meio de procedimentos auxiliares não fosse uma condição integrável do método, casos clínicos em psicanálise não se difeririam do uso que eles encontram na medicina, na qual a acumulação indutiva de regularidades entre os casos, por meio, por exemplo, da análise de protocolos, eleição de padrão ouro ou grupo controle são procedimentos ajustados aos seus critérios de cientificidade. (2017, p.9)

Ou seja, a via da matematização permite tocar um real – definido por Lacan em 1972-73 como o mistério do corpo falante, ou seja, do inconsciente – que se distingue de tudo aquilo já tratado pelo discurso da ciência universitária. Implicar na construção e formalização do caso o real em jogo da experiência analítica aponta para a dificuldade de sua transmissão, pois não há um protocolo sobre quando e como deve acontecer a escrita de um caso. Como extrair operadores do discurso analítico sem a objetificação do sujeito à patologia presente na ciência tradicional? Como transmitir a pesquisa particular do analista sem encerrar sua prática em prisões conceituais?

Em sua *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (1967), Lacan articula a intensão, a própria experiência analítica, e a extensão, a pesquisa do analista e a transmissão de seus resultados. Nesse ponto de junção, a extensão da intensão, localiza-se o caso clínico como um acontecimento da formação do analista, isso que ele é capaz de extrair de sua prática para reinventar a psicanálise, enquanto tratamento e ciência. Mas, se não há uma fórmula para passar ao público os resultados de sua investigação, qual pode ser o ponto de referência espontâneo para um analista? Segundo Oliveira (2017), a articulação entre extensão e intensão se dá pela via de um estilo, ou seja, um corte:

O que me parece então que vai além da condição necessária de leitura e estudo teóricos é a posição a partir da qual se ensina. Se ensinar é pôr uma marca distintiva, assinalar através de uma lâmina cortante, então temos que suportar a angústia de nos depararmos com o Outro barrado, o que fura a via da identificação. É interessante considerarmos que a construção do caso clínico, bem como sua formalização, implica que o analista se disponha a dar testemunho de sua clínica e a direção do tratamento, o que põe à prova

justamente o que há de intransmissível em relação ao desejo do analista e seu ato. (p.21)

Que o analista se disponha a dar testemunho de sua clínica é outra maneira de dizer que um analista se autoriza de si mesmo, que um analista só pode reinventar a psicanálise a partir do que ele pode construir e formalizar de sua própria análise. Poderíamos dizer que, se há uma “oficina de escrita de caso” pela qual o analista pode *apreender* o real em causa da estrutura de linguagem, essa oficina é sua análise pessoal.

Essa orientação converge com os dizeres de Lacan sobre a tarefa analítica nas psicoses e que podemos ampliar para a investigação clínica do analista: enquanto secretário, ele deve tomar ao pé da letra o que o paciente testemunha. Não é o analista quem testemunha na escrita de caso, mas cabe a ele fazer passar ao público um testemunho, desde que ele tenha dado o seu próprio testemunho.

No prefácio à edição inglesa do seminário 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, em 1976, Lacan diz que a função analista não é poeta, mas poema, e que isso é da ordem de uma *historização* de si mesmo, assim findada uma análise: fazer-se caso clínico.

Portanto, existe o analista a ser levado em conta no tratamento. Ele não contaria socialmente, imagino, se não tivesse havido Freud para lhe abrir o caminho. Freud, digo para nomeá-lo. Porque nomear alguém como analista é algo que ninguém pode fazer, e Freud não nomeou nenhum. Dar anéis aos iniciados não é nomear. Donde minha proposição de que o analista só se historiza (*hystorise*) por si mesmo... (p.568).

Entre a história (*histoire*) e a hysteria (*histeria*), a *hystorização* é o nome da criação a partir da esquizo fundamental do inconsciente: a destituição que se opera ao final de uma análise é o saber fazer, saber fazer com nada mais do que a cisão pela qual o parlêtre se faz advento. Trata-se de uma outra relação com a linguagem, para além do significante, pela qual aquele que, ao findar sua análise, pode vir a público, não para falar de si, mas a partir de si. Esse é o efeito do que Lacan nomeou por *Lituraterra*: a literatura fora de cronologia, mas que inaugura uma linha de tempo original, algo antecipado e especificado, segundo Lacan (1976), por James Joyce, através da escrita insistente “*do que se fura no papel higiênico em que as letras se destacam*” (p. 566).

Lituraterra é uma perplexidade, um estilo, como diz Fingermann (2016) sobre a formação do psicanalista: em outras palavras, a desformatação que acontece ao se ter passado pela experiência de uma análise e a prova de outro destino pulsional que deixe escapar uma extravagância. Quer dizer, um destino pulsional que não seja o da alfabetização e que, naquilo que se escreveu, possa se ler o *litter* que perfura: essa letra é o objeto *a*, o marco do que se pode chamar, em psicanálise, de “*stylo*”.

Nesses termos, ao propor o passe como base da Escola, Lacan também coloca o caso clínico como a via fundamental da formação, da pesquisa e da transmissão do analista. O passe implica que, ao se dirigir à Escola pela publicação, o passante (esse que terminou sua análise), ao construir e formalizar a experiência de sua própria análise, possa falar de ocorrências universais a partir de acontecimentos singulares. Agora, se no dispositivo do passe é o passante que testemunha, encontramos uma similaridade da função anônima do secretário com a função passador, esse que *passa* aos outros, o Cartel do Passe, o testemunho do passante. Ao escrever um caso clínico um analista não testemunha, ele passa a dor.

Bem, antes de prosseguirmos e encerrarmos essa lição, vale uma ressalva. O passe é um dispositivo de Escola, mas também é uma experiência, o que nos limita a recolher alguns elementos pela literatura clínica, a fim de evitar abordagens selvagens: cabe somente aqueles que fazem função no dispositivo – passantes, passadores, A.M.E (Analista Membro de Escola), cartel do passe – dar seu testemunho, desde a tarefa vivida. Mas o que podemos pinçar disso, e que nos interessa, é: o que está em jogo no passe são os mesmos termos do caso clínico – primeiro a construção, depois a formalização, e o efeito desse processo, a transmissão.

O passador, dobradiça fundamental no passe, desde sua responsabilidade, atualiza a singularidade da pesquisa em psicanálise. Fingermann (2016) diz que, embora muitos passadores, de maneira muito dedicada, possam se empenhar a explicar a neurose e o que dela pode se construir em análise, e com isso proporcionar ao Cartel do Passe uma excelente aula de psicanálise, isso não traz garantias, não basta para transmitir o que foi possível recolher do testemunho dos passantes. O mesmo vale para os passantes, ao testemunhar a análise pessoal, do começo ao fim.

Esse cuidado é necessário, mas não suficiente, ser fiel aos fatos e dizer a verdade, toda a verdade, não alcança o real em jogo. Com efeito, não deixar escapar nada, tentar passar despercebido, neutro, transparente, produz uma coisa muito *redondinha*, mas o trabalho do cartel, a sua produção, cuida de desestabilizá-la para que a demonstração não encubra e nem obture a mostração. (p. 96)

Essa referência do caso clínico ao passe evoca que a pesquisa do analista possui uma orientação política, quando, ao manter permanentemente aberta essa inquietação, o que é um analista, ao mesmo tempo, coloca em constante exercício o que se entende por construção e formalização. Além disso, ao articular o final de análise e a emergência do desejo do analista através do passe, Lacan não apenas convocou os analistas para a responsabilidade do ato analítico, mas pôs à prova a eficácia da psicanálise enquanto cura, o que produziu consequências irreversíveis para aqueles que decidem sustentar sua práxis em instituições. Se por um lado o passe, enquanto dispositivo de Escola, diz respeito à psicanálise dos analistas, por outro, como aponta Prates Pacheco (2017), nem sempre, feliz e evidentemente, um final de análise corresponde ao advento do desejo do analista. Daí extraímos a dimensão ética do passe: os tratamentos têm o seu fim, e fim é um *acontecimento* singular, uma questão preliminar a todo tratamento possível.

Como veremos no caso de Misael, o mesmo podemos dizer, que fim de tratamento não é equivalente à fins de análise.

CAPÍTULO III

Segunda lição: a função diagnóstica

Ismael é um personagem da mitologia judaico-cristã, mencionado pela primeira vez em Gênesis, primeiro dos cinco livros que compõem o Pentateuco da Bíblia Hebraico-cristã e que narra a criação do mundo, desde a genealogia do patriarcado até o chamado de Abraão e a fixação no Egito. Sara, esposa de Abraão, ao tomar ciência que não poderia lhe dar filhos, sugere a ele que tome a escrava Agar como mulher – Ismael é fruto dessa relação.

No entanto, em conversa com Abraão, Deus alerta-lhe que o filho legítimo, com o qual seria feita uma aliança divina, era Isaac, que por um milagre viria ao mundo através de Sara. Com o nascimento de Isaac, cria-se um conflito permanente entre Sara e Ismael, o qual se vê perseguido e submetido aos mais diversos castigos pelo irmão e pela madrasta. Preocupado com a segurança de seu primogênito e de Agar, Abraão decide consultar Deus, que lhe diz “*Ismael fundará uma nação*”, e ordena-lhe que os envie para a região árida de Beca. Dessa separação fraterna fundam-se dois povos: do lado de Isaac, os hebreus, e partindo dos ismaelitas, os árabes.

MISAEL carrega na origem hebraica de seu nome, MESAQUI, a homofonia de ISAAC, o enviado de Deus. ISMAEL, aliteração de seu nome, é sua *gmeatura*, co-protagonista da história de terror, nomeada então por Misael durante o tratamento por TERROREMA. Os irmãos dividem a escritura de uma terra, herança materna, e Ismael, juridicamente, é o *representante legal* de Misael, o qual sente-se traído pelo irmão e pela cunhada, funcionários de segurança privada: “*o exército fardado me colocou aqui como um paciente. Paciência, chegará o tempo de mostrar a minha escritura*”.

- O que é uma farda, Misael? – eu o interpelo.

- *A farda da segurança, é onde meu irmão trabalha, é um símbolo de segurança e da ordem moral da sociedade. Representa meu irmão, ele cresceu comigo desde pequeno, veio comigo desde sempre.*

Ismael, farda, exército e segurança compõem uma seriação metonímica que, como uma tentativa de estabilização, procura instituir oposições significantes capazes de suprir a

inscrição de um significante primeiro foracluído, o Nome-do-Pai, como uma forma de defesa contra a dispersão pelas palavras. Afinal, o que é um pai se não um representante?

I. O mito da origem

Em *Totem e Tabu* (1913), Freud se utiliza do mito da horda primitiva para tratar da instauração das relações sociais entre os homens: a cultura é efeito de um assassinato primordial, fato que destaca a violência estrutural presente no assoalho da humanidade. Esse assassinato instaura uma lei: morto o pai castrador, a fraternidade cria uma lei dupla capaz de ordenar – “não matarás” e “não tomarás sua mãe como mulher”.

O pai do mito da horda primitiva é tirânico (autoritário, agente castrador) e também admirado (pela posição de gozador que ocupa) por seus filhos. Certo dia, a afim de deter os abusos do pai, os filhos o assassinam e o devoram em um banquete. No entanto, o assassinato do pai não garante que um de seus filhos possa ocupar seu lugar e cria-se sobre esse vazio a figura do pai morto, através da sombra de um totem.

Esse mito é retomado por Lacan, ao começo de seu ensino, a partir de uma releitura conduzida pelo conceito de estrutura, forjado por Lévi-Strauss em *As estruturas elementares do parentesco* (1948), segundo o qual as relações entre os homens se efetuam a partir de trocas simbólicas, ou seja, são mediadas pela linguagem, de modo que a passagem da natureza à cultura se dá a partir de uma lei fundante: a interdição do incesto. Sobre a incidência dessa lei, é o momento em que a natureza ultrapassa a si mesma, já que não pertence apenas à ordem natural e tampouco é puramente da ordem da cultura – é o processo fundamental através do qual se realiza essa passagem, guardando, portanto, algo do universal (da natureza) e do particular (a cultura).

Na passagem da natureza para a cultura, o laço sanguíneo se ressignifica como aliança, sendo que, nesse novo domínio, é o próprio homem quem conquista e reconhece o outro. Saindo da posição de macho que detém o poder sobre as fêmeas ao seu redor (a mãe, a filha, a irmã) assume o posto de um dentre tantos homens que têm acesso às outras mulheres. No posto deixado, reconhece-se o papel de outro homem, o pai, o qual assumiu, por conseguinte, o posto de outro pai.

Se as relações de aliança não dizem respeito aos laços sanguíneos, é porque remetem ao campo do significante, à uma estrutura linguística onde as relações se estabelecem por

metonímias e metáforas, produzindo como efeito uma nova significação. Nesses termos, a incidência significativa sobre o sujeito é uma dupla operação: primeiro de torsão, do mundo universal da natureza, o campo da necessidade, para o registro da singularidade, o campo da cultura, do desejo; segundo, de cisão, onde se estabelece uma falta, cujo representante, na dialética edípica, é o significante fálico.

Poderíamos dizer que topar com o significante é uma história original a todo sujeito falante. Ao escrever uma história qualquer, um autor não poderia descrever que lugar, de fato, cada personagem ocupa dentro de seu enredo. Enquanto autor, ele está na posição de todos os seus personagens. No caso de um ator, este poderá nos dizer sobre seu personagem, mas pouco saberá sobre os demais e o mesmo poderá falar sobre o efeito de sua interpretação. Se pensarmos em um mesmo personagem, atores diferentes o interpretarão e, ao final das contas, personagens diferentes darão corpo à história.

A história da origem, por isso original, é apenas a do autor: cada vez que for interpretada, teremos uma nova versão. Aos poucos se tece um saber, saber esse inconsciente, a respeito da origem, a cada ensaio (em francês, oportunamente, *répétition*). A dialética edípica é uma versão do mito de origem apresentado por Freud, sobre a qual Lacan irá tecer suas considerações.

[...] trata-se sempre de apreender aquilo que, intervindo no exterior em cada etapa, remaneja retroativamente o que foi iniciado na etapa anterior. Isso, pela simples razão de que a criança não está só. Não apenas ela não está só devido a seu meio biológico, mas existe ainda uma esfera muito mais importante, a saber, a esfera legal, a ordem simbólica. São as particularidades da ordem simbólica, frisei de passagem, que dão, por exemplo, sua prevalência a este elemento imaginário que se chama o falo. (LACAN, 1956, p. 204)

Sendo o falo como significante que baliza a dialética edípica, via ser/não ser e ter/não ter, significante da falta, é no jogo das posições identificatórias em relação a esses significantes (pai, mãe, criança, falo) que o sujeito responde à castração. Que quer dizer isso?

A criança já nasce em um conjunto de significações discursivas. Desde os primeiros meses de vida incidem sobre ela (a criança) representações das expectativas inconscientes do casal parental, através da escolha do nome, na preferência por um dos sexos, pela decoração do quarto do bebê, etc. O que sugere que a criança nasce com um corpo que

não é necessariamente dela, mas que se refere a uma produção conjunta dos inconscientes de seus pais, de modo que a conquista de um corpo próprio, com a formação de um eu primário, dar-se-á através das enunciações de um Outro primeiro, a mãe, por exemplo.

O Outro primordial investe libidinalmente o bebê, traduzindo-lhe o mundo – o investimento é um banho de significantes. A cada manifestação corporal (choro, grito, incômodo) da criança, haverá em seu corpo uma descarga motora que se segue a uma grande excitação interna. Todas essas manifestações serão significadas pelo Outro como algo além de um mero corpo – sempre que a criança chorar, a mãe toma esse choro como endereçado a ela, em uma posição de suposto saber (como se ela soubesse da verdade da criança). Ao se prontificar a esse papel, essa mãe adjetiva seu filho: se come demais é guloso, se chora demais é chato, se não quer dormir é teimoso; a cada apelo a mãe coloca um sentido ou uma palavra que ainda não existem. Sempre que o Outro entrar com comida, o ninar ou um carinho, ele promoverá uma situação de apaziguamento de gozo.

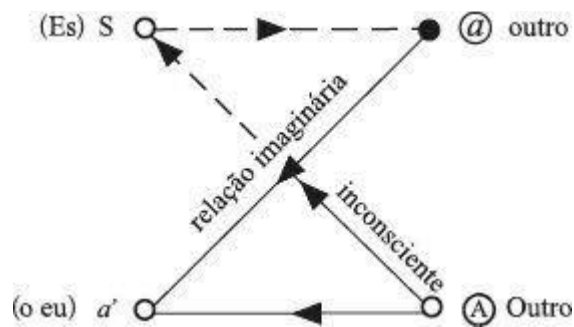
[...] quando uma criança grita, existe uma situação total que compreende a mãe, o grito, a criança. Por conseguinte, estamos aí em plena teoria da comunicação: a criança chora e a mãe recebe o seu choro como um sinal, um sinal da necessidade. [...] Como mostra o que Freud valoriza na manifestação da criança, o grito de que se trata não é considerado como sinal. Trata-se do choro na medida em que ele convoca sua resposta, que faz apelo, se posso dizê-lo, sobre um fundo de resposta. O grito se produz num estado de coisas onde não apenas a linguagem já está instituída para a criança, mas esta já está imersa num meio de linguagem e é a título de par de alternância que ela compreende e articula seus primeiros balbucios. (LACAN, 1956, p. 192)

Nessa relação, a mãe não satisfaz apenas as necessidades do bebê, mas incide sobre ele seu desejo e tudo o que ela significa para a criança é feito de acordo com sua própria história desejante. Pela criança, o desejo materno é traduzido através dos olhares, do jeito de pegar, da entonação da voz, por todos aqueles traços em que ela poderá reconhecer um lugar e uma imagem referentes a si, o que se constituirá na matriz do eu-primordial.

Em *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud trata a experiência de satisfação primordial do sujeito como uma vivência de gozo pleno, associando-a à primeira mamada, para exemplificar um momento no qual a criança nada demandou e que o Outro lhe investiu, libidinizou, usou seu corpo, dando-lhe um “a mais” que se escreveu como traço mnêmico.

O ser pulsional emerge por conta dessa torsão no campo da necessidade instintual, de uma satisfação imediata via um objeto fixo – a pulsão pertence ao campo do “a mais”, marcado pelas satisfações parciais (a variabilidade de objeto e de finalidade). Como ser pulsional, o bebê não busca mais apenas o alimento ou um objeto de sucção, e sim ser aquele objeto que produz alterações no gozo materno – dá a barriga, dá o pé para a mãe morder, a qual se enche de risadas e caretas.

Lacan chama de “Estádio do Espelho” essa experiência de identificação primordial, pela qual a criança se apropria da própria imagem corporal a partir do que o Outro enuncia. O sujeito se vê refletido em uma imagem unificada no olhar do Outro, o qual lhe endereça um lugar. No entanto, a imagem especular, ao mesmo tempo em que se refere ao sujeito, ela não o é: o outro é apreendido tanto como cópia, quanto como alguém que com ele rivaliza. Segundo Quinet (2009b), isso atribui um caráter paranoico à constituição do eu: esse eu é paranoico pois está sempre acompanhado pelo outro ($a-a'$), tal como podemos observar no esquema L:



Esquema L, de linguagem, que é também um esquema de constituição do eu – e Lacan não nos deixa sem a razão disso. Na experiência especular, o sujeito vive uma relação de dependência de outra ordem, não para nutrir ou confortar, mas para dizer quem ele é – na ausência do Outro, seu corpo se esfacela. Nesse sentido, o sujeito já nasce alienado, imerso na imagem do Outro: “pois bem, digo que a criança se esboça como *assujeito*. Trata-se de um assujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado” (LACAN, 1957, p. 195).

Lacan nos diz, em outras palavras, que há a questão do Outro, mas que ela não está desvinculada da matéria do significante. Para isso, ele nos aponta no capítulo XX do seminário de 1955-1956 um desdobramento do esquema L, a respeito da distinção outro e Outro:

O primeiro, o outro com um *a* minúsculo, é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma de nosso semelhante. O segundo, o Outro absoluto, é aquele ao qual nos dirigimos para além desse semelhante, aquele que fomos forçados a admitir para além da relação da miragem, aquele que aceita ou que se recusa na nossa presença, aquele que na ocasião nos engana, do qual não podemos jamais saber se ele não nos engana, aquele ao qual sempre nos endereçamos. Sua existência é tal qual o fato de se endereçar a ele, de ter com ele como que uma linguagem, é mais importante que tudo o que pode ser uma aposta entre ele e nós. (p. 286-287)

O significante cinde o sujeito, ao mesmo tempo que o inscreve numa rede de relações que ordenam a sustentação imaginária do eu diante do real, caracterizando a realidade humana como simbólica. No entanto, para que tal realidade seja estruturada via simbólico, é preciso que algo caia a partir da inclusão do significante do Nome-do-pai no Outro. A negação do Outro como barrado consiste na forclusão, resposta específica da psicose diante da castração. Sem o velamento fálico que se processa em uma substituição significante, o polo paranoico do eu está público.

II. Édipo: a versão neurótica da origem

Lacan retoma a novela edípica a partir de um mistério fundamental: o que é um pai?

Essa pergunta é uma maneira de abordar o problema de significante do pai, mas não nos esqueçamos de que também está em jogo que os sujeitos, ao fim das contas, se tornam pais. Formular a questão “*o que é um pai?*” é algo divertido de ser-se um pai, aceder à posição paterna. Vamos examinar isso de perto. Se é fato que, para cada homem, o acesso à posição paterna é busca, não é indispensável dizer que, finalmente, ninguém jamais o foi por completo. (LACAN, 1956, p. 209)

O pai é um operador clínico, a partir de três dimensões – real, simbólico e imaginário – que definem a adoção por Lacan da proposição “do” no lugar “de”: Nome-do-Pai se

situa no inter cruzamento da realidade simbólica, imaginária e real da sexuação. (PORGE, 1997)

No entanto, Nome-do-Pai não é um nome próprio, como possa sugerir o termo, embora se refira a esse personagem, o pai. Temos então uma outra questão, a nomeação. No seminário “*A relação de objeto*” (1958), Lacan introduz, de maneira concomitante, a incidência paterna a partir de duas vias: uma que demarca a sua opacidade, e outra que articula a tríade real, simbólico e imaginário.

O que importa é a função na qual intervém, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo a fala articulada do pai, e terceiro a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no que anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo. (LACAN, 1957, p. 197)

Nesse momento, o Nome-do-Pai guarda referência às operações de falta – castração, frustração e privação – as quais congregam as quatro funções da ficção edípica.

AGENTE	FALTA	OBJETO
Pai Real	Castração Simbólica	Falo Imaginário
Mãe Simbólica	Frustração Imaginária	Seio Real
Pai Imaginário	Privação Real	Falo Simbólico

Pode-se observar que, no esquema acima, o Pai Simbólico encontra-se excluído, na medida que se reporta à construção mítica do pai morto, mas que se conserva no processo de substituição significativa, entre a lei e a significação fálica. Esse processo de simbolização se dá pela metaforização da experiência imediata vivida pela criança – *pela relação significativa, a criança nomeia o desejo da mãe*. Em outras palavras, a função sujeito se inaugura pela designação simbólica do objeto que se perdeu... A palavra é a morte da coisa: Mãe!

O significante do desejo da mãe (S_1) é recalcado, em um processo metafórico que introduz um novo significante (S_2), o que faz com que o significante anterior seja atravessado pela barra da significação. Dessa separação, algo decai, o que cinco anos mais tarde Lacan nomeará por objeto *a*.

$$\frac{(S_2) \text{ Nome-do-Pai}}{(S_1) \text{ Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{significado do sujeito}} \rightarrow \text{NP} \left[\frac{A}{\text{Falo}} \right]$$

Na metáfora paterna, o desconhecido significado do sujeito (X) se produz pelo significante fálico (falo). NP [A/falo] aponta para a relação arbitrária entre significante e significado – o significante representa o sujeito para um outro significante e a significação atinge o sujeito, vinda do Outro, como uma mensagem invertida.

Lacan introduz o Nome-do-Pai como uma normatividade, em uma conversa clara com as contribuições de Georges Canguilhem. Para Canguilhem (1943), o normal não se refere ao todo, mas remonta à dimensão do particular, pois diz respeito às possibilidades do sujeito instituir novas normatividades diante de novos acontecimentos. Nesses termos, o Nome-do-Pai remete à uma norma capaz de quebrar o que já está instituído, para então criar uma nova versão – *père-version* – em relação à normatividade do desejo materno.

Essa ficção, o Édipo, é uma resolução possível, uma dentre outras, em cujo núcleo opera a inscrição do Nome-do-Pai enquanto um significante estruturante. Mas, e no caso da psicose? Sob a não inscrição do Nome-do-Pai, a relação do sujeito com o significante inverte-se de maneira desarticulada, quando o sujeito é operado pela fala e não o contrário.

A forclusão do Nome-do-Pai no Outro, colocando todo o conjunto de significantes do sujeito em causa, tem como efeito os distúrbios de linguagem que caracterizam a psicose, em que significante e significado aparecem radicalmente separados. O Outro na psicose não é o lugar da lei simbólica mas se desvela em sua estrutura de linguagem como o lugar do significante. (QUINET, 2009b, p. 31)

Para tratar do mecanismo específico de negação frente à inclusão do significante do Nome-do-Pai no Outro, Lacan articulará o termo foraclusão tanto à *Verwerfung* apresentada por Freud no texto de 1925, *A negativa*, quanto ao seu equivalente no direito, a preclusão.

Segundo Rabinovitch (2001), se em Freud o termo *Verwerfung*, pela origem etimológica no alemão arcaico, designava o ato de expulsar algo ou alguém para além dos limites de uma comunidade, de um reino, ou mesmo de um país, em Lacan o termo foraclusão não guarda apenas essa referência, mas remete ao campo jurídico, no qual denomina aquilo que ultrapassa os limites da lei que a demarcam.

No Código de Processo Penal Francês, foraclusão indica o que, em determinado momento, tornar-se-á obsoleto de acordo com o dispositivo legal que o concerne. Comumente, o termo foi traduzido equiparando-o ao que seria seu equivalente no Código Penal Brasileiro, a prescrição, o que parece um equívoco.

Se a regra jurídica da prescrição dá, *a posteriori*, um limite para a condenação de um crime já cometido, limite além do qual o crime não será mais condenado, a foraclusão impõe, *antecipadamente*, um limite de tempo para aquilo que se trata de dizer ou contradizer. A prescrição submete-se à uniformidade de uma continuidade temporal cronológica, mas o “antecipadamente” ditado pela foraclusão indica uma posterioridade lógica daquilo que sobreveio em primeiro lugar. (RABINOVITCH, 2001, p. 18)

Na verdade, a foraclusão no Direito Penal Francês equivaleria, em termos jurídicos brasileiros, à preclusão, a qual não se refere ao campo penal, mas aquele do Direito Civil. A prescrição, no campo penal, refere-se à extinção da eficácia de pretensão de uma ação, em virtude do decurso de um certo período de tempo, e que pode ser suspensa ou interrompida, de acordo com condições previstas pelo Código – por exemplo, o tempo limite para que uma ação seja criminalizada. Além disso, o Código Penal prevê exceções ao efeito da prescrição, a partir de uma ordem especial, como no caso em que, depois de consumada, o autor da ação prescrita renuncia-lhe.

No caso da preclusão, ela consiste na perda de direitos processuais civis, tal como preconizado pelo art. 183 do Código de Processo Civil.

Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

Desse modo, podemos entender a preclusão como a *extinção do direito processual em razão do decurso do prazo*, ou seja, passado o tempo limite, o sujeito perde o direito de entrar com uma ação civil. Como nos aponta Rabinovitch (2001), a preclusão pode ainda ser comparada, no campo gramatical, ao tempo verbal futuro do pretérito, onde o passado toma o lugar de futuro pela antecipação de um limite foracluído, *para além do qual jamais será possível retornar*.

O futuro do pretérito é tanto o tempo condicional, como a modalidade utilizada para descrever eventos que poderiam ter acontecido no passado, mas que não ocorreram. Ao nível da fala, a foraclusão é uma ação de nomeação que suprime o limite temporal, ao destruir, ao mesmo tempo, o futuro e o passado.

No plano estrutural, o “futuro do pretérito” não admite condição, o que está expresso na tentativa de responsabilização de Misael: “*eu assinei por um crime que eu não cometi*”, à qual se subordina, de maneira imperativa “*eu não estava bem*”. Aqui, não se admite a condição, tampouco a negativa, pois como Misael não estava bem, não havia outra condição de resposta naquele momento – ele teria *assinado* de qualquer maneira. Ele não sabe o que aconteceu, desde o que a cena do tiro evoca; *ele não sabe*, porque retorna, no real, uma afirmação de origem que não se realizou.

III. *Bejahung*: a afirmação primordial

Em “A Negativa” (1925), Freud tratará das operações de *Bejahung/Ausstossung* como etapa lógica primeira da constituição do aparelho psíquico: o que se inscreve pela afirmação, *Bejahung*, constitui o dentro, e o que se elimina pela expulsão, *Ausstossung*, constitui o fora. Posteriormente, pode-se operar uma negação, a *Verneinung*.

Uma leitura cuidadosa desse texto, que não é das mais agradáveis, permite-nos concluir que *Bejahung/Ausstossung* estariam em um nível estruturante, enquanto que a *Verneinung*, ao nível do discurso, pertenceria ao que Freud denomina por mecanismos de defesa. Essa distinção é evidenciada por Jean Hyppolite, em seus comentários ao texto de

Freud, os quais Lacan retoma para conceituar de maneira mais rigorosa o que chamará por forclusão.

Precisamente, o texto da *Verneinung* que o sr. Hyppolite comentou para nós, permitiu-nos articular com precisão que há um momento que é, se assim se pode dizer, a origem da simbolização. Entendam bem – essa origem não é um ponto do desenvolvimento, mas corresponde a esta exigência, a de que é preciso um começo para a simbolização. Ora, a qualquer momento do desenvolvimento, pode se produzir alguma coisa que é o contrário da *Bejahung* – uma *Verneinung* de algum modo primitiva, da qual a *Verneinung* em suas consequências clínicas é uma continuação. A distinção dos dois mecanismos, *Verneinung* e *Bejahung*, é absolutamente essencial. (LACAN, 1955-56, p. 58)

É somente a partir desse movimento, de afirmação-expulsão, que se pode produzir negação, ou seja, para que algo possa ser negado, é preciso que antes tenha sido afirmado, internalizado pelo aparelho psíquico.

Freud situará a *Verdrängung*, o recalque, como uma etapa lógica entre a inscrição/expulsão e a *Verneinung*. Aquilo que está no inconsciente pelo recalque é material desconhecido do sujeito, a ponto de poder ser verbalizado por um ato falho ou um lapso que envolvam uma negação – o retorno do recalcado. (SCHEJTMAN, 2012)

No entanto, para que um conteúdo seja recalcado é preciso que o material tenha sido inscrito em termos simbólicos no aparelho. Nesses termos, a *Bejahung* seria uma operação primordial de inscrição de significantes, e a *Ausstossung*, de expulsão – operações concomitantes, de sentidos opostos, mas que dizem respeito ao Simbólico.

Operação	
<i>Behajung</i>	
Bejahung (admissão simbólica)	Ausstossung (expulsão simbólica)
Verdrängung (recalque)	
Verneinung (negação)	

A partir disso, podemos efetuar um outro desdobramento. Os termos expulsão e eliminação sugerem que o objeto da ação, por algum momento, circulou por dentro do aparelho: só podemos expulsar algo que estava dentro, ou eliminar o que já fora

internalizado. O que sugere que a distinção entre *Ausstossung* e *Verneinung* não é, digamos, muito clara em Freud.

Lacan efetuará um outro tipo de distinção. No seminário de 1955-56, ele afirma que as psicoses “mostram” que há uma etapa desse processo de simbolização que não foi finalizada – e ele é preciso -, o que não implica uma “falta de *Bejahung*”, mas que apenas uma parte da inscrição simbólica não se efetuou. “Afirmar”, desculpem o trocadilho, que não houve *Bejahung*, que todo o processo de simbolização fracassou, conduziria os psicanalistas a um terreno outro, que não o do *falasser*.

Então, é um significante determinado que não é admitido no simbólico, no caso da psicose. É o Nome-do-Pai, um significante primordial a esta altura no ensino de Lacan, aquele que não toma a rota da *Bejahung* e não é inscrito no simbólico. Quer dizer, podemos afirmar que na psicose não há *Bejahung*... do Nome-do-Pai. Mas a *Bejahung* como tal, como operação de simbolização, ou afirmação primordial, a supomos em todo ser falante³. (SCHEJTMAN, 2012, p. 23)

Posto isso, Lacan retoma “*A negativa*” por uma outra via: fará uma articulação entre *Bejahung* e *Verwerfung*, considerando essa última, em lugar à *Ausstossung*, como oposta à afirmação primordial.

Lacan efetua a tradução de *Verwerfung* como forclusão, para denominar um processo operatório entre o real e o simbólico – fato inédito, já que até então o termo era traduzido por rejeição. Pela *Verwerfung*, o destino do que é expulso é diferente daquilo que é inscrito, mas essa expulsão não se efetua *no* simbólico; o aparelho psíquico do sujeito está constituído, mas o significante expulso pela *Verwerfung* retorna *no* real, o que, à primeira vista, resolve o impasse dos termos expulsão/rejeição. Desse modo, ao momento do seminário de 1955-56, aquilo que toma a rota da *Verwerfung* constitui o real, enquanto o que resiste à simbolização, permanecendo de fora do que, uma vez inscrito, pode constituir a realidade simbólica do sujeito.

Bejahung e *Verwerfung* fazem parte da mesma operação constitutiva, sendo a *Verwerfung* uma operação de dois tempos – no que diz respeito à constituição do aparelho

³ Tradução do original em espanhol: “Entonces, es un significante determinado el que no es admitido en lo simbólico en la psicosis. Es el Nombre-del-padre, un significante primordial a esta altura de la enseñanza de Lacan, el que no toma ruta de la *Bejahung*... del Nombre-del-padre. Pero la *Bejahung* como tal, como operación de simbolización, o afirmación primordial, la suponemos en todo ser hablante”.

simbólico, ela não é exclusiva da psicose. Nesse sentido, Lacan é categórico na lição de 7 de dezembro de 1955: na origem há *Bejahung* ou *Verwerfung*, ou seja, um significante não pode ser, ao mesmo tempo, inscrito ou expulso.

O significante do Nome-do-Pai se inscreve *ou* não no simbólico, mas não ambas as coisas. Não se pode ser neurótico e psicótico. Podemos então dizer que Lacan trata de duas vertentes entrelaçadas do aparelho psíquico.

Behajung – Verwerfung		
Behajung (NP)		Verwerfung (NP)
Verdrängung (Recalcque) Neuroses	Verleugnung (Denegação) Perversão	Psicoses

Se ele não trata da *Ausstossung* no seminário das psicoses, ele o faz, tal como entendemos, para discriminar o que se refere ao significante (*Verwerfung*) e isso que diz respeito ao efeito do atravessamento do parlêtre pela linguagem, a “*assassinatura da coisa*”. Ou seja, se a *Verwerfung* é oposta à *Behajung*, ao nível fundante, a *Ausstossung* é uma consequência, seja na neurose ou na psicose – afinal, habitar a linguagem implica uma perda.

Agora bem, para articular ambas operações de rechaço, a do significante e a do objeto – é preciso agregar que na neurose, onde o Nome-do-Pai se inscreve e não é rechaçado – o foracluído, como acaba por propor, Lacan -, essa perda inicial de objeto... terá uma inscrição simbólica. O Nome-do-Pai, por sua operação metafórica, redobra na neurose essa perda fundamental do objeto: redobramento que inscreve essa perda em termos fálicos, o que permite que o desejo neurótico encontre sua razão no falo e se normalize⁴. (SCHEJTMAN, 2012, p.30)

Nesses termos, trata-se de uma operação de dupla entrada que possui sua matriz no Outro: uma, a do objeto *a*, e outra, a que se refere ao *um do significante*. Quase vinte anos

⁴ Tradução do original em espanhol: “Ahora bien, para articular ambas operaciones de rechazo – la del significante y da la del objeto – es preciso agregar que en la neurosis, donde el Nombre-del-padre se inscribe y no es rechazado – el foracluído, como termina por proponer Lacan – esa pérdida inicial de objeto... va a tener una inscripción simbólica. El Nombre-del-padre, por su operación metafórica, redobra en la neurosis esa pérdida fundamental del objeto: redoblamiento que inscribe esa pérdida en términos fálicos, lo que permite que el deseo neurótico encuentre su razón en el falo y se normalice”.

mais tarde, em *RSI* (1974-75), Lacan reconhecerá que a relação entre essas duas inscrições não é racionalmente determinável, justamente pelo o que se escreve a partir disso: não há relação sexual.

O número de ouro, vocês se recordam, é 1 sobre $a=1$ mais a ($1/a+1+a$); daí resulta que jamais nenhuma proporção é captável entre o 1 e o a , que a diferença do 1 para o a será sempre um a ao quadrado, e assim por diante, indefinidamente, uma potência de a , quer dizer que não há jamais qualquer razão para que o recobrimento de um por outro se termine, que a diferença será tão pequena quanto se a puder figurar, que há até um limite mas que no interior desse limite, não haverá nunca conjunção, copulação qualquer do 1 para o a . (p. 22)

Quanto às psicoses, com a foraclusão desse significante específico, o Nome-do-Pai, o inconsciente está público e a condição humana revelada: o assujeitamento ao significante, a tortura da linguagem, o impossível de tudo de inscrever...

IV. Os efeitos da foraclusão do Nome-do-Pai

A última parte do seminário de 1955-56, *As psicoses*, é nomeada por “As imediações do buraco”. O que está fora de mediação, nos aponta Lacan, é a inscrição na partilha dos sexos, quando, pela queda de determinado objeto, o sujeito se depara com a desproporção sexual – não há relação (proporção) sexual.

As duas vertentes, macho e fêmea, da sexualidade, não são nada que possamos deduzir de uma experiência. Como poderia o indivíduo se achar nisso aí, se ele já não tivesse o significante, na medida em que ele instaura o espaço que lhe permite ver como um objeto enigmático, à distância, o que é a coisa menos fácil de se aproximar, a saber, sua própria morte? (pg. 283)

A localização do objeto a no campo do Outro depende fundamentalmente, nos diz Lacan, da inclusão de um significante no Outro, operação essa que, como vimos, caduca na relação do psicótico com a realidade: “Trata-se, com efeito, de uma realidade estruturada pela presença de um certo significante que é herdado, tradicional, transmitido – e como? É claro, pelo fato de que, em torno do sujeito, fala-se” (pg. 283).

Pela afirmação primordial, é a questão da sexuação que está em pauta, como no caso de Misael, a partir da construção do delírio. Se para a neurose a inscrição no conjunto dos sexos se apresenta por uma alternância, em outras palavras, *eu sou homem ou eu sou mulher*, algo de mais fundamental se impõe no terreno das psicoses: “*o que eu sou?*”. Recolhemos na clínica que é comum que o sujeito, diante dessa encruzilhada, encontre como resposta, provisória devemos dizer, a feminização, tal como aconteceu com Schreber. Esse não é o caso de Misael, o que não quer dizer que aí não se encontre a resposta do *empuxo-à-mulher*, comum à todas as psicoses.

Qual seria então a diferença entre a feminização e o empuxo-à-mulher? A questão da inscrição sexual não é algo exclusivo das psicoses, mas enquanto consequência da castração do Outro, ela se impõe a todo sujeito falante, apesar de não ser possível generalizarmos para todos os psicóticos a solução de Schreber. Em sua metáfora delirante, a estabilização se reduz à questão especular, pois, se não há nenhum homem que possa lhe dizer o que é um homem, então cabe a ele se colocar como uma mulher, não qualquer uma: a mulher de Deus. (SOLER, 2016)

As inquietações fundamentais de Misael se referem à sua existência e à partilha sexual, as quais não estão desarticuladas: dizer-se *um* passa pela localização de gozo, homem/mulher. No entanto, o que encontramos em seu TERROREMA, a paranoização que lhe estabiliza, é que Misael não se coloca como homem, nem como mulher, pois ele é o próprio agente que causa a criação, ou em outras palavras, é o *As* que inicia e termina o jogo significativo.

[...] É curioso que o momento em que Lacan afirma que “A mulher não existe” é o mesmo em que fala do *empuxo-à-mulher*. O empuxo-a-algo que não existe é um pouco paradoxal.

[...] o *empuxo-à-mulher* designa exatamente a não transmissão da castração. Por essa transmissão estar condicionada pelo dizer paterno, condiciona-se, então, a posição homem. Poderíamos, sem forçar muito, dizer que o *empuxo-à-mulher* equivale à forclusão do homem.... (SOLER, 2016, p. 17; 25)

Convém nos perguntarmos porque Misael não conseguiu produzir um texto delirante que comportasse uma solução via à mulher. Algumas respostas encontraremos mais adiante, no que se refere à entrada particular na linguagem pela esquizofrenia. Por enquanto, podemos afirmar que a *Verwerfung* de um significante específico traz, se assim

podemos resumir, duas consequências claras clinicamente e a primeira delas está ao nível do significante.

Em meu discurso ... falei da linguagem enquanto ela é habitada pelo sujeito, o qual daí toma mais ou menos a fala, e por todo o seu ser, isto é, em parte sem que ele saiba. Como não ver na fenomenologia da psicose que tudo, do início até o fim, se deve a uma certa relação do sujeito com essa linguagem, de uma só vez promovida ao primeiro plano da cena, que fala sozinha, em voz alta, com seu ruído e seu furor, bem como com sua neutralidade? Se o neurótico habita a linguagem, o psicótico é habitado, possuído, pela linguagem. (LACAN, 1955-56, p. 284)

O que isso quer dizer? A psicose revela uma relação específica do sujeito com o significante, em sua materialidade, ou seja, sob o aspecto de significante puro. Poderíamos então dizer que, a falta desse significante específico, o qual possa articular simbólico e imaginário naquilo que se denomina linguagem, expõe um simbólico não estruturado como linguagem?

No seminário de 1955-56, Lacan procura evidenciar essa tese subjacente à de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem - a saber, de que o psicótico ao padecer da linguagem mostra aquilo nunca revelado pela neurose-, extraindo da psiquiatria elementos de partida, principalmente de Clérambault, ao mesmo tempo que procurava circunscrever a especificidade de um diagnóstico estrutural.

O que Clérambault destacou com o nome de fenômenos elementares da psicose, o pensamento repetido, contraditado, comandado, que é senão esse discurso redobrado, retomado em antíteses? Mas, sob pretexto de que há aí uma estruturação, totalmente formal – e Clérambault tem mil vezes razão em insistir nesse ponto – ele deduz disso que nos encontramos diante de simples fenômenos mecânicos. É inteiramente insuficiente. É bem mais fecundo concebê-lo em termos de estrutura interna da linguagem. (pg. 284)

Clérambault adota o termo fenômeno elementar para caracterizar o automatismo mental, enquanto forma primeira na psicose e em oposição ao delírio, o qual se constituiria por uma construção intelectual secundária. O automatismo e o delírio persecutório teriam assim causas distintas: uma mórbida, orgânica, e outra completamente inerente à uma personalidade do doente. Haveriam, portanto, para Clérambault, duas personalidades distintas na psicose alucinatória.

As antecipações de pensamento, os impulsos verbais, os fenômenos psicomotores – que se opõem às alucinações auditivas e motoras –, Clérambault irá associar ao automatismo mental, cuja causalidade psíquica – de caráter mecânico – será caracterizada a partir de três aspectos. (BERCHERIE, 2009)

Primeiro que são fenômenos neutros: não são acompanhados por afetos de hostilidade, mas por um estado eufórico. Segundo, não são sensoriais, o que não quer dizer sensitivo – excluem sensações sinestésicas, ou seja, que a voz que se escuta na alucinação não se refere aos órgãos dos sentidos. Terceiro, são anedécicos: não possuem significado que os explique. Clérambault une em um único termo, o automatismo, uma quantidade enorme de fenômenos diversos, mas que possuem em comum um caráter automático, ou seja, uma origem subconsciente, de causa orgânica.

No caso da interpretação delirante, ela seria secundária ao fenômeno elementar. Para Clérambault, o delírio é uma reação da personalidade que procura se defender ou elaborar fenômenos intrusivos, como por exemplo, a alucinação, e teria a função de organizar a vida psíquica, após fenômenos que seriam disruptivos à personalidade. Nesses termos, o delírio não seria apenas secundário, como também constituído a partir dos processos psíquicos normais.

Sabemos que, para a psicanálise, tais formações assumem outra função. Freud introduz e desenvolve a noção de inconsciente sob um ponto de vista tópico, dinâmico e econômico, o que Lacan desdobrará a partir de uma estrutura de linguagem - nem sempre o que é automático apresenta um caráter orgânico. (MAZZUCA, 2012)

Embora Lacan reconheça o valor clínico das contribuições de Clérambault, ele prescindirá da causa orgânica. Se a psiquiatria clássica entende que os mecanismos constitutivos do delírio não diferem daqueles que compõem o raciocínio normal, Lacan irá insistir que não apenas não se tratam de um mecanismo comum, como também não pertencem a esse raciocínio. Isso porque considera que os fenômenos provocados pela linguagem são diversos entre aqueles que decidem recalcar a verdade da castração e os que decidem foracluí-la.

Para demonstrar sua tese, Lacan se utiliza de um paradigma curioso. Ao observarmos uma folha, podemos constatar que suas nervuras se ligam repetindo uma estrutura que é análoga às demais que compõem a planta. Ao percorrer o caule, indo para a raiz, por toda

a estrutura do organismo, perceberemos uma mesma configuração, dentre os pecíolos, os vasos liberolenhosos e as ramificações da raiz.

Não se trata de uma relação da parte com o todo, tampouco de uma somatória de elementos análogos, mas de um tipo de organização complexa *onde a mesma estrutura se repete*, de diferentes maneiras, em diferentes níveis, em qualquer componente do organismo vivo. (MAZZUCA, 2012)

Nas psicoses, a forclusão do significante do Nome-do-Pai produz efeitos muito particulares a partir do retorno do foracluído no real. Tais efeitos, no campo do gozo e do significante, é que permitem o diagnóstico diferencial. As formações do inconsciente na psicose podem ser muito diferentes (uma alucinação, uma interpretação delirante), mas, não basta que seja uma alucinação ou um delírio – a clínica nos mostra que tais fenômenos podem muito bem acometer sujeitos neuróticos.

Interessa-nos, particularmente, a associação que Lacan fará entre interpretação delirante e os fenômenos de perturbação da percepção, sem diferenciar as alucinações dos fenômenos de automatismo mental. É nesse ponto que ele apresentará suas críticas à Clérambault, a partir de três direções.

Primeiro, Lacan refuta a teoria organicista, na qual a concepção de automatismo mental está diretamente associada à ideia de sintoma psicótico como desordem de origem anatômica. Segundo, se há um valor clínico nos desenvolvimentos de Clérambault, ele reside na clínica fenomenológica, pelo que se enuncia como características do automatismo – ser neutro, anedíco e a-sensorial.

Há a esse respeito uma experiência ao alcance de nossa mão, Clérambault percebeu isso. Ele faz alusão em algum lugar ao que se passa quando somos de repente tomados pela evocação afetiva de um acontecimento de nosso passado difícil de ser suportado. Quando não se trata de comemoração, mas realmente de ressurgimento do afeto, quando, recordando-nos de uma cólera, estamos bem perto de uma cólera, quando recordando-nos de uma humilhação, revivemos a humilhação, quando, recordando-nos de uma ruptura de ilusão, sentimos a necessidade de reorganizar nosso equilíbrio e nosso campo significativo, no sentido em que se fala de campo social – pois bem, é o momento mais favorável, nota Clérambault, para a emergência, a que ele chama emergência puramente automática, de trechos de frase algumas vezes tomados nas experiências mais recentes, e que não tem nenhuma espécie de relação significativa com aquilo de que se trata. (Lacan, 1957, p. 304)

Mazzuca (2012) nos aponta que essa descrição converge com a transmissão de Lacan, das alucinações *verbais* como paradigma da psicose, e por seu valor sensorial, posto que o essencial não é que as vozes sejam auditivas: *a alucinação é um fenômeno significante*, e como tal, é verbal, anedéica e a-semântica, ou seja, um fenômeno de linguagem.

Terceiro, estrutura e fenômeno elementar são equivalentes. Quando o inconsciente está a céu aberto, as leis fundamentais da estrutura significante estão públicas, claramente manifestas no fenômeno elementar. E se o mecanismo de edificação do delírio é a interpretação – *assim Lacan o coloca, como um fenômeno da ordem da interpretação* – então podemos dizer que o delírio também é um fenômeno elementar.

O que está em jogo no delírio não é o que poderia se chamar por realidade comum, pois *essa realidade se faz verbal* através da alucinação e da interpretação, sob os mesmos mecanismos que escrevem o texto latente do sonho, e o sujeito, tal como o sonhador, sabe que essa realidade, por ele vivenciada, pede uma tradução - nas psicoses, *o sujeito tem a certeza* de que o verbo se refere fundamentalmente a ele. Trata-se de uma tentativa de escrita?

V. Os fenômenos significantes nas psicoses

Segundo Arrivé (1986), há uma homonímia entre o significante para Saussure e o significante para Lacan: é evidente que o léxico lacaniano toma emprestado do léxico saussuriano o termo significante. No entanto, uma certa ilusão invadiu inúmeros lacanianos, a de que saber como está estruturada uma linguagem poderia nos trazer um saber sobre como está estruturado o inconsciente. No entanto, a linguagem pela qual o inconsciente se estrutura não pode ser confundida com a linguagem da linguística.

Em Lacan, a teoria do significante é indissociável da teoria do sujeito – *“um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante”* e *“o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que faz o sujeito de um significante”*, são aforismos que evidenciam essa articulação. Não por acaso, é no seminário das psicoses que Lacan se utiliza maciçamente da referência de Saussure. No entanto, oportunamente, quase quinze anos depois dessa formalização, Lacan nos fará um alerta.

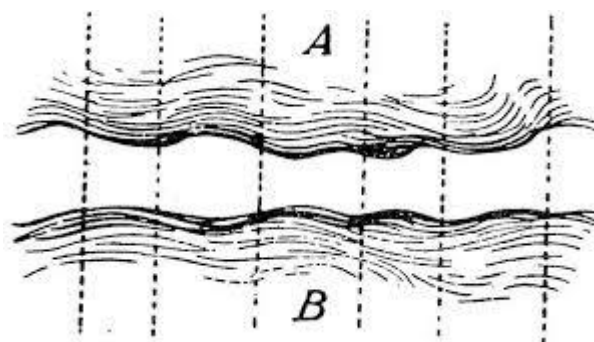
Os linguistas, os linguistas universitários, pretenderiam, em síntese, reservar-se o privilégio de falar da linguagem. O fato de ser em torno do desenvolvimento linguístico que se sustenta o eixo do meu ensino portanto, teria algo de abusivo, que é denunciado segundo diversas formulações. A principal, aquela que, pelo menos ao que me parece, é a mais consistente, enuncia que se faz, e eu cito, *um uso metafórico* da linguística no campo que revela ser aquele em que eu me insiro [...].

Então, Lévi-Strauss e mais alguns outros, Roland Barthes e nós também, nós faríamos da linguística um uso metafórico. (LACAN, 1971, p.39-40)

O uso feito da linguagem é que Lacan questiona. Se ao fazermos psicanálise lidamos com a linguagem, se o inconsciente se estrutura como uma linguagem, de qual linguagem estamos tratando? O fato é que o súbito interesse pela linguística produziu, por parte dos analistas pós-lacanianos, um equívoco em relação ao signo saussuriano. Uma leitura menos rigorosa do seminário de 55-56, que obscureceu o que Lacan já ensaiava dizer: o seu significante é topológico.

Em seu *Curso de Linguística Geral - CLG* (1916), Saussure define o signo linguístico como uma entidade psíquica composta por duas faces. Mas, ali onde Saussure trata da dualidade do significante e do significado, Lacan reforçará o caráter de duplicidade (ARRIVÉ, 1986). Da dualidade à duplicidade, a semelhança se findará no conceito de autonomia do significante.

Dualidade é o paradigma saussuriano da folha de papel, em relação a um corte que se efetua duplamente, o verso e o reverso. A delimitação é dupla, pois onde está o limite do significante aí está o significado, assim como o inverso. Duplicidade e autonomia é o que aborda Lacan, ao retomar as duas massas amorfas apresentadas por Saussure no CLG.



Para Saussure, o corte incide *de uma só vez* na massa A e na massa B. Lacan recusa esse tipo de recorte isomórfico: em seus textos do começo da década de 50, ele não compartilha da definição de significante a partir da relação entre significante e significado, mas “ele substitui o *de uma só vez* de Saussure por um *ao mesmo tempo*, aparentemente sinônimo. Mas a substituição não é inocente, pois ela permite introduzir sub-repticiamente a noção de *pausa*. E se é preciso pausa, é que há deslizamento” (ARRIVÉ, 1986, p. 100).

Há deslizamento, pois há autonomia e então efeito de equivocidade. Ou seja, o equívoco é entre significantes, fato interessante, pois em um momento mais avançado de seu ensino, em *RSI* (1974-75), Lacan define o Simbólico como insistência e equivocidade fundamental. Quase trinta anos antes, em *Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise* (1953), também encontramos algumas pistas disso: a estrutura mais radical da cadeia de significantes é o intervalo que se repete, ou que a significação, efeito de deslocamento, é uma palavra vazia.

A relação do significado e do significante parece sempre fluida, sempre pronta a se desfazer. O analista sabe, mais do que ninguém, o que esta dimensão tem de impegável, e como ele próprio pode hesitar antes de se lançar a ela.

Saussure tenta definir uma correspondência entre essas duas ondas, que as segmentaria. Mas só o fato de que sua solução permaneça aberta, pois que ela deixa a locução problemática, e a frase fica na mesma, mostra bem ao mesmo tempo o sentido do método e seus limites. (LACAN, 1955-1956, p. 296)

Na realidade, isso não está muito distante do campo freudiano, pois se Freud não distingue significante de significado, o faz entre representação de coisa, *Sachvorstellung*, e representação de palavra, *Wortvorstellung*.

Em *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*, seminário de 1964, Lacan é preciso ao retomar o conceito freudiano de *Wahrnehmungszeichen* (signo de percepção), ao dizer que o verdadeiro nome a ser dado a esses signos de percepção não seria outro a não ser significantes. Nesses termos, poderíamos depreender que o que está em jogo no signo é *vorstellung* (articulação) entre três faces do significante: real, simbólica e imaginária? Isso que para a linguística é o significado, para Lacan é a dimensão do significante, desde que Simbólico e Imaginário estejam articulados, ou seja, a produção de sentido pelo que faz cadeia.

Por enquanto, nos interessa a dimensão significativa nas psicoses, pois, deslizar pela cadeia não é o mesmo que o deslocamento. Ao proferir em *O Inconsciente* (1915) que o esquizofrênico trata as palavras por coisas, Freud procurou ressaltar o caráter verbal da alucinação: o que se foraclui DO simbólico e retorna NO real – a voz de significante que atormenta o psicótico, que lhe ex-siste. Mas o que seria essa face real do significante?

Poderíamos dizer que, na estrutura do signo linguístico, o que chamamos por *imagem acústica* pertenceria ao campo do real? Isso que para a linguística é o significado, seria para Lacan o imaginário, o conceito? O imaginário é o que consiste: o campo da imagem que estabelece uma relação entre um nome e isso que foi nomeado, a constituição paranoica do eu em que não há espaço para o intervalo.

Notemos que entre o real e o imaginário há um equívoco fundamental, o simbólico. No esquema saussuriano da massa amorfa, o simbólico então seria o intervalo entre as duas partes, o segmento que as corta longitudinalmente, e na notação clássica do signo (S/s), a barra que separa? Não se trata de uma barra qualquer, mas sim um traço vazado, nessa abertura de ponto de basta que é o Nome-do-Pai.

Com a foraclusão do Nome-do-Pai, deparamo-nos com os efeitos clínicos, como a dispersão significativa e o desaparecimento no abismo do desfiladeiro do simbólico, testemunhando que, na verdade, o significante não quer dizer nada...

O significante *Isso* a que se refere o discurso nesse momento, quando há discurso – e parece que não podemos escapar disso, do que é discurso – esse significante pode muito bem ser o único suporte de alguma coisa. Por sua natureza, ele evoca um referente. Só que não pode ser o certo. É por essa razão que o referente é sempre real, porque é impossível de designar. Mediante o que só resta construí-lo. E nós o construímos, quando podemos. (LACAN, 1971, p. 43)

O significante não significa nada, mas desde que a palavra mata a coisa, e algo se nomeia, há uma fixação de gozo. Para que aconteça essa espécie de *assassinatura*, é preciso um corte, no princípio da simbolização. Freud articula, nesses termos, a inscrição significativa com o circuito pulsional, desde onde a cisão tem um nome, pulsão de morte.

Em *Mais além do princípio de prazer* (1920), Freud define a pulsão de morte como uma força de movimento contínua, inexorável, muda e silenciosa que nos conduz à morte.

É o que se singulariza pela desmontagem, pelo desenlace e que, ao se embrenhar no aparelho, enlaça-se à pulsão de vida. Isso nos interessa pois, segundo Gerbase (2011):

Se fôssemos explicar a violência humana... diríamos que ela é cultural, isto é, depende da linguagem. O que se designa de perversidade, crueldade, para afirmar que são efeitos da pulsão de morte, na medida em que desune palavra e coisa, não é agressividade animal, é efeito da desarticulação entre significante e coisa, assassinato da coisa ou a articulação de significante com significante.

A pulsão de morte, por ser articulação de significante com significante, por ser assassinato da coisa, funda a dimensão simbólica, expulsando o ser humano da sua dimensão natural, animal, e instituindo a dimensão cultural do ser humano. (p. 78-79)

Se a pulsão de morte é o Thânatos que desenlaça, a pulsão de vida é o Eros que une as partes menores para compor uma unidade maior. No seminário de 1964, Lacan dirá que é impossível pensar a morte desarticulada da vida, e dará outro nome ao conflito pulsional: operações de alienação e separação. Podemos supô-las nas psicoses?

São múltiplos os fenômenos pulsionais que reverberam no corpo, especialmente na esquizofrenia. No caso de Misael, comparecem por um corpo que se esfacela diante das intervenções médicas, ou pela emancipação de órgão – os restos de pele tirados pela cirurgia de extração da bala são partes autônomas de si, seus filhos. O provérbio baiano “*passar a perna*” é sentido no real do corpo, como uma traição em que lhe arrancam pedaços; literalmente, passar a perna na faca, na mesa de operação. Somam-se a isso as dores no peito e na coluna que são tomadas por avassalamento existencial, pois são sensações que Misael não consegue descrever, e que, guardadas as proporções, convergem com o diagnóstico diferencial apresentado por Freud, entre a paranoia e a esquizofrenia.

Para Freud, enquanto a paranoia consistiria em uma regressão ou fixação às experiências narcísicas primeiras, o ponto da esquizofrenia se encontra um momento anterior, referente à pura parcialidade pulsional, o auto-erotismo. Segundo Quinet (2009b), na esquizofrenia podemos encontrar o significante ao nível da substância gozante, pois, ao tomar o órgão pela língua, o sujeito procura, como tentativa de cura, engendrar o corpo em certa estrutura discursiva, o que nos permite dizer que aí não há disjunção entre a palavra e a coisa.

Sem o velamento fálico, a esquizofrenia nos mostra que o corpo do ser falante é recortado pelo significante, ao ponto de, em situações extremas, levar o sujeito ao desfalecimento do corpo e ao desaparecimento, como na situação catatônica, na qual se encontrava Misael, de acordo com o irmão e a equipe médica, antes de sua chegada ao manicômio judiciário.

Os fenômenos relativos à dispersão dos órgãos se referem ao despedaçamento do corpo como um avatar do estádio do espelho. Nesse estado nativo de despedaçamento, o corpo é cortado pelas pulsões, sendo através da imagem do outro que esse corpo despedaçado toma uma forma uma, chamada por Lacan de forma ortopédica: uma armadura que lhe dá a ilusão de ter um corpo unificado. Mas a armadura da imagem não é suficiente para constituir o Um do corpo, pois é necessário que ele possa ser tomado pelo corpo simbólico a partir da inscrição do Nome-do-Pai, que introduz o Um do significante responsável pela constituição do conjunto dos outros significantes. (QUINET, 2009b, p. 83)

O que se mostra é que a relação da palavra não implica necessariamente a significação. Nesse sentido, a pulverização pulsional é um efeito significante, que acompanha a criação de uma língua própria, com um vocabulário muito particular, subvertendo as palavras da língua comum ao empregá-las com novo sentido – os neologismos semânticos de Misael. Então, temos aqui uma questão crucial: podemos esperar tais fenômenos da palavra nos casos de paranoia?

Isso é curioso, porque encontramos em Lacan referências bastante pontuais (quatro, pelo que podemos enumerar) em relação à esquizofrenia, o que trouxe alguns impasses para a prática analítica. Por um lado, as formalizações clínicas de Lacan em relação às psicoses dizem respeito, de uma maneira geral, aos paranoicos e às tentativas por eles encontrada para fazer laço, fato que nos força a pensar outros operadores para a direção do tratamento, incluindo os termos transferenciais.

Na paranoia, o desejo materno permanece enquanto um significante ideal, fazendo o Outro emergir como o duplo igual e rival, sendo que, apesar da forclusão do Nome-do-Pai, há uma sustentação via um significante Ideal (I), já que o desejo da mãe não foi metaforizado. Na esquizofrenia, além da carência paterna, o significante do desejo materno também está zerificado e, diante desse vazio, o sujeito se despedaça – sobra a ele a identificação com uma incógnita (X), a partir da qual não pode constituir tampouco uma experiência corporal primária. Se temos maneiras distintas de foracluir, devemos

presumir que as operações constitutivas de *inscrição, escrita e leitura*, que abordaremos no próximo capítulo, tal como Lacan formaliza no seminário da identificação, ocorrem em termos igualmente diversos.

No entanto, ao percorrermos a literatura clínica psicanalítica, como nos aponta Soler (2002), o que recolhemos, desde os primórdios da psicanálise, são múltiplos casos de tratamentos da esquizofrenia, principalmente dentre os psicanalistas de orientação kleiniana. Mas se o esquizofrênico é esse fora-do-discurso, o que podemos recolher de analítico no tratamento de Misael Matraga?

VI. O dito esquizofrênico

A primeira referência de Lacan à esquizofrenia pode ser encontrada nos comentários às observações de Jean Hyppolite ao texto *A negativa* (1925), em 1965, quando Lacan retoma a formalização freudiana de que *o esquizofrênico toma as palavras por coisas*, para então dizer que *na esquizofrenia todo o simbólico é real*.

Aquilo que o sujeito foracluiu no advento de sua existência não retornará em sua história, mas, no entanto, é pelas articulações simbólicas que o sujeito poderá encontrar algo que lhe ancore. É por essa razão que a alucinação é eminentemente simbólica: apesar de seu conteúdo real, que retorna porque não existe propriamente para o sujeito, ela “*existe*” a partir de uma ausência.

Na ordem simbólica, os vazios são tão significativos quanto os cheios; realmente parece, ao ouvir Freud hoje, que é a hiância de um vazio que constitui o primeiro passo de todo o seu movimento dialético.

É justamente isso que explica, ao que parece, a insistência do esquizofrênico em reiterar esse passo. Em vão, já que, para ele, todo simbólico é real. (LACAN, 1966, p. 395)

Não é o que acontece na paranoia, por exemplo, na qual, a contiguidade entre simbólico e imaginário enrijece de tal maneira a significação ao ponto do simbólico, ao invés de equivocar, fracassar na dialetização significativa.

É bem diferente, nisso, do paranoico, de quem mostramos em nossa tese as estruturas imaginárias preponderantes, isto é, a retro-ação para um tempo cíclico, que torna tão difícil a anamnese de seus distúrbios, de fenômenos elementares que são apenas pré-significantes, e que só depois de uma organização discursiva longa e penosa conseguem esclarecer, constituir, esse universo sempre parcial a que se chama um delírio. (LACAN, 1966, p. 395)

Isso esclarece essa afinidade paranoica com o Um e a possibilidade de ancoragem que a identificação com o S_i pode permitir, quando o sujeito encarna em seu ser uma personalidade. É por esse significante holofraseado que o paranoico pode efetuar incursões no discurso do mestre e no discurso universitário.

Ele é o Um da liderança, o único, aquele que sabe o que é bom para os outros. Se identificado à lei e ocupando postos de poder, ele se torna facilmente um tirano, porque se acredita aquilo que ele representa: rei, presidente, chefe de seitas religiosas ou político, como diz Freud. [...] Ele pode também entrar no discurso universitário identificando-se ao saber e tratando a todos como objetos, o que por vezes o faz parecer perverso, um burocrata do saber sobre o gozo. (Quinet, 2006, p. 54)

No entanto, trata-se do Um indiviso, o lugar da exceção, pois a significação fálica está zerificada. A retenção significativa desse UM fixa imagem e sentido, ou seja, imagem corporal atrelada ao Outro exteriorizado e consistente. Porém, à medida que opera a contingência do equívoco, o paranoico se encontra atormentado pelo julgamento, pela opressão – na perseguição, o foracluído retorna como real fraturando a contiguidade entre simbólico e imaginário.

A cara real do significante que deveria estar excluída, se apresenta e (diferente do neurótico que não se reconhece espontaneamente no significante que comanda o sintoma ou a repetição) angustia o sujeito, que o sente ainda que vindo de fora, necessariamente autodirigido. A certeza de concernimento que os mesmos acarretam, uma vez que se fazem presentes [...] mostram o impedimento de separar-se, sendo a angústia a resposta ante a iminência da consistência já perdida ou por se perder. O sujeito, cuja consistência era aparente e se dissolve ante certos eventos que presentificam a ordem da falta, responde mediante este significante do qual não é possível já separar-se, ao que não se pode ex-sistir⁵. (SALINAS, 2015, p. 44)

⁵ Do original em espanhol: “La cara real del significante que debería estar excluida, se presenta y (a diferencia del neurótico que no se reconoce espontáneamente en el significante que comanda el síntoma o la repetición) angustia al sujeto que lo siente aunque viniendo de afuera, necesariamente autodirigido y sin posibilidad de ser equivocado. La certeza de concernimiento que los mismos acarren una vez que se han hecho presentes... muestran el impedimento para separarse, siendo la angustia la respuesta ante la inminencia de la consistencia ya pérdida o por perder. El sujeto,

Em “A querela dos diagnósticos” (2009), Soler retoma o primeiro seminário de Lacan, “Os escritos técnicos de Freud”, no qual assim ele define o real como aquilo que resiste à simbolização, ou seja, tal como nos “mostra” o desencadeamento na paranoia. Isso nos permite concluir que há momentos em que o real e o imaginário encontram-se desatados do simbólico, o que não quer dizer que há uma primazia de um sobre o outro, e sim que, exatamente, o simbólico operando não é suficiente para que o sujeito possa estabelecer laço social.

Agora, no caso de Misael, o que ele nos ensina com seus fenômenos da palavra? Que nessa contiguidade entre real e simbólico, quando o que se desata é o imaginário, o sujeito é *literalmente* falado pelo significante. Misael está lançado aos abismos do equívoco, publicando, paradigmaticamente, algo dessa estrutura de elementos autônomos, que não se articulam em cadeia significante de sentido – são os uns, a cada vez, por vez, desorganizados. Nesses casos, o sujeito fala em sua língua sem o recurso do que da linguagem pode estabelecer ordenação de gozo. No entanto, se uma análise propriamente dita é um trabalho de decomposição, esse fora de sentido do dito esquizofrênico não poderia ser um passo de sentido, um tratamento possível?

Bem, isso nos leva à outra referência em Lacan sobre a esquizofrenia, no resumo do seminário do ato analítico, publicado em seus *Outros Escritos*, quando ele aborda a questão da pulverização significante:

É justamente esse, com efeito, o horizonte traçado pela técnica, mas seu artifício repousa na lógica em que justificadamente se confia, pois ele nunca perde seus direitos. A comprovada impossibilidade do discurso pulverulento é o cavalo de Tróia por onde entra na cidade do discurso o senhor [*mâitre*] que é o psicótico. (1969/2001, p. 375)

Ao contrário do paranoico que foraclui a castração recusando a separação, na esquizofrenia o sujeito procura resistir entrando no jogo da linguagem, mas não como jogador: como *As*, ele se coloca fora de cadeia, fora de sentido. Essa resposta fora de discurso expõe a verdade de quem, ao tentar se libertar do aparelhamento social que ordena gozo e imprime lastro nas palavras através da significação, de certo, como todo sujeito falante, está engendrado, de maneira irreversível, pelo significante. O que nos

cuya consistencia era aparente y se disuelve ante ciertos eventos que le presentifican el orden de la falta, responde mediante este significante del que no le es posible ya separarse, al que no se lo puede existir”.

mostra que a “liberdade” creditada pelos neuróticos aos psicóticos, romanticamente, é apenas aparente, pois o que Misael testemunha é que a linguagem é uma peste irremediável que demarca o corpo do sujeito, e, em seu caso, não de qualquer modo.

A *esquize* aponta para a incompatibilidade entre o discurso pulverizado e o tratamento analítico, pois a condição da análise através do método da associação livre implica que é nessa modalidade de laço que o inconsciente se ordena como discurso, e, se assim podemos dizer, que pode se estabelecer uma relação transferencial. É o que diz Lacan em *O aturdito* (1974), do que depreendemos: se o inconsciente se ordena como se fosse uma linguagem, ou seja, um aparelho de gozo, em análise, as vias da interpretação se estabelecem quando a associação livre encontra seu endereçamento no analista.

Ao engajar-se em um tratamento analítico, o sujeito consente em se submeter aos efeitos de discurso, notadamente aquele que lhe acorrenta pela palavra na cadeia significativa. É nesses termos que Soler (2016) esclarece a menção de Lacan sobre o lugar do psicótico como mestre: ele é mestre *na* cidade, e não *da* cidade:

Então isso, se pensarmos bem, deveria colocar a noção de mestre em um lugar mais justo e opor-se à sua idealização. Se é mestre, o psicótico, não se trata do mestre do discurso do mestre. O mestre do discurso do mestre, ainda por cima, é um escravo do significante mestre, é um assujeitado, não é um homem livre.

A liberdade das psicoses, então, não é um modelo e nos ensina – de maneira negativa, creio eu – a função do discurso como laço social ordenado por meio de um semblante, sem o qual não há coabitação pacífica possível entre os seres humanos. Assim, não se deve idealizar a liberdade no sentido aqui desenvolvido. (p. 32)

Seria essa então a direção do tratamento na esquizofrenia: ao ser tomado como sujeito no discurso analítico, que sua palavra possa se ancorar em um aparelhamento discursivo, ordenado pelo semblante? Se sim, que tipo de discurso? De fato, não há como precisarmos a articulação entre o dito esquizofrênico e o fora-do-discurso sem antes passarmos pela questão do semblante, esse *parecer* como diz Lacan.

Ao abordar o fora-do-discurso da psicose, Lacan já tinha formalizado o semblante como ordenador do laço social, três anos antes, no seminário *De um discurso que não fosse semblante* (1971), quando ele propõe *os discursos como modalidades de escrita da verdade*, em um ponto de *turning point* em seu ensino, então pela distinção entre o significante e o que chama de letra:

Nada do que escrevi, com a ajuda de letras, sobre as formações do inconsciente, para resgatá-las daquilo com que Freud as enuncia mais simplesmente, como fatos de linguagem, nada permite confundir, como se tem feito, a letra com o significante. O que escreve com a ajuda de letras sobre as formações do inconsciente não autoriza a fazer da letra um significante, e a lhe atribuir, ainda por cima, uma primazia em relação ao significante. (p.110)

Logo na primeira lição desse seminário, Lacan diz que o semblante é uma nova maneira de nomear a função agente na escrita dos discursos, incluindo o Nome-do-Pai como mais um dentre outros semblantes.

Não há Nome-do-pai que seja sustentável sem o travão, que todos sabem muito bem que é um sinal, mesmo não sabendo sinal de que. Essa é a própria imagem do semblante.

É nessa medida que não há semblante de discurso. Tudo o que é discurso só pode dar-se como semblante, e nele não se edifica nada que não esteja na base do que é chamado de significante. Sob a luz em que hoje o produzo para vocês. O significante é idêntico ao status como tal do semblante. (LACAN, 1971, p.15)

Encontramos aí um deslocamento na abordagem de Lacan em relação ao Nome-do-Pai, que já não é mais um significante substitutivo (S_2), tal como na formalização da metáfora paterna em meados da década de 50, pois, já desde o seminário sobre a identificação, ao evocar o *einzigster Zug* freudiano, esse significante é tomado como um limite que se impõe logo na entrada e não *a posteriori*.

O traço unário – o *einzigster Zug* de Freud – é concebido como um significante primordial (S_1), não apenas como o significante que o sujeito toma de empréstimo do Outro, mas como a *inscrição na qual pode encontrar o seu suporte*. É somente devido à essa identificação primeira que algo pode ser lido como uma escrita.

[...] Lacan isolou a identificação com o traço unário como operação inaugural da relação entre sujeito e significante, entre sujeito e Outro. Nesta operação, o sujeito se constitui ao se fazer representar por um significante do Outro e, ao mesmo tempo, identifica-se com aquilo que o significante não recobre, com um vazio que aponta para a falta, para o apagamento da relação com a Coisa. Esta operação designa, portanto, a constituição de um sujeito como ponto radical e arcaico, além das identificações egóicas, ponto onde Lacan localiza a própria constituição do inconsciente. Podemos situar assim o traço unário: aquilo que identifica o sujeito e o determina sem que ele o saiba. Essa marca

identificatória nos permite vislumbrar o ponto de ancoragem do sujeito do inconsciente”. (BEZERRIL, 2004, p. 119)

Nesse sentido, Lacan situa o inconsciente no princípio do semblante, já que o significante é semblante, o que está muito bem escrito do discurso do mestre. Essa escrita de discurso, se por um lado diz respeito ao inconsciente aparelhado como se fosse uma linguagem, por outro, ao mesmo tempo, formaliza o laço civilizatório que Lévi-Strauss se debruçava ao final da década de 40, enquanto efeito da passagem da natureza à cultura.

Se algo chamado inconsciente pode ser sentido como estrutura linguageira, é para que finalmente se nos apareça o relevo do efeito de discurso que até então nos parecia impossível, ou seja, o mais-de-gozar. Será que isso significa, segundo uma de minhas formulações que, *na medida em que era impossível, ele funcionava como real?* Abro a questão porque, na verdade, nada implica a irrupção do discurso do inconsciente, por mais balbuciante que continue a ser, implique seja o que for, naquilo que a precedia, que estivesse submetido na estrutura. *O discurso do inconsciente é uma emergência, é a emergência de uma certa função do significante.* O fato de ele haver existido até então como insígnia é justamente a razão de eu o haver situado para vocês no princípio do semblante. (LACAN, 1971, p.21)

Há uma cena que articula muito bem essa emergência, do significante como semblante, apresentada por Lacan, precisamente na lição de 12 de maio de 1971, a qual ele chama de *Lituraterra*. Trata-se de um momento em seu ensino, em que a questão da escrita encontra-se articulada com uma concepção de letra, diversa daquela apresentada pela tese do inconsciente estruturado como uma linguagem, na década de 50, quando a diferença entre letra e significante ainda não era explícita.

Em *Lituraterra*, Lacan narra uma parte de sua viagem feita ao Oriente. Da primeira vez em que esteve no Japão, Lacan viu-se privado de sobrevoar a planície siberiana, dado os efeitos da Guerra Fria. Da segunda vez, em seu retorno à França, o que é que ele vê entre as nuvens? Trata-se de um mar branco, uma planície arrasada de vegetação, com uma emergência: o escoamento das águas criando o relevo. A marca da terra é a borda do rio, o qual, do avião, não existe de fato, pois as águas não são nada mais do que o reflexo da luz do sol. Com o Sol, desenha-se o rio e apaga-se o que não reluz, sendo que o escoamento das águas traça o relevo.

O escoamento, como diz Lacan, é como se fosse um buquê, que é um sinônimo para delta do rio. O delta designa um conjunto de pequenos rios e, ao mesmo tempo, o processo que os separa de um ponto de partida, a saber, o rio que os alimenta. Podemos utilizar como ilustração disso o Amazonas: ele nasce nas Cordilheiras dos Andes, desenha o corpo sul-americano, traça a terra, deposita e cria, dividindo-se entre o Pará e o Amapá. Quando desaparece em seu delta, aí sim é possível dizer: Amazonas!

Litura, lituraterra. Rasura de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra. *Litura pura* é o literal. Produzir essa rasura é reproduzir a metade com que o sujeito subsiste [...] Produzir a rasura sozinha, definitiva, essa é a façanha da caligrafia.

Entre centro e ausência, entre saber e gozo, há litoral, que só vira literal quando, essa virada, vocês podem tomá-la, a mesma, a todo instante. É somente a partir daí que podem tomar-se pelo agente que a sustenta. (LACAN, 1971, p. 113)

O litoral evoca a questão da letra, a qual como litoral é distinta de uma fronteira. A fronteira divide dois territórios que, na verdade, compõem uma mesma coisa, ou seja, possuem um elemento comum; já o litoral, trata-se de uma estrangeiridade. Essa equivocidade com a qual Lacan opera, ele atribui à Joyce, que soube fazer algo com a *letter*, mostrando a propriedade de letra como lixo (*litter*). No entanto, para que a letra seja esse literal que se cria no litoral, enfatiza Lacan, isso não tem nada a ver com a fronteira.

Com a questão do litoral Lacan desdobra uma problemática, presente desde o primeiro momento de seu ensino, no que concerne a admissão do significante no simbólico (*Bejahung*), pois não se trata mais de simbólico ou real, já que, embora Lacan (1971) diga que “a letra está no real e o significante está no simbólico” (p. 114), o que se reafirma com o lixo da terra é outra coisa. Maya (2012) ressalta essa sutileza nos dizeres de Lacan:

Quero sublinhar o *em* e suas implicações: uma, talvez, que a letra ocupa o lugar do real e o significante o lugar do simbólico, não que uma *seja* real e o outro simbólico. Se levarmos isso em conta, podemos nos permitir aceitar que a letra é algo que faz limite. (p. 155)

Notemos que a inquietação de Lacan nesse seminário é se, do litoral, é possível constituir um discurso que não esteja ordenado pelo semblante. Um ano atrás, em que formaliza os quatro discursos, ao abordar a especificidade do discurso do analista, ele

articula o objeto *a*, enquanto efeito de rechaço do discurso, ao dizer que “o próprio analista tem que representar aqui, de algum modo, o efeito de rechaço de discurso, ou seja, o objeto *a*” (1969-70, p. 41).

Não é por acaso que Joyce desperta o interesse de Lacan, porque o psicanalista lê na literatura do escritor uma antecipação em relação ao trabalho analítico. Trata-se de uma literatura de vanguarda pois denuncia o semblante social, através do esburacamento da sintaxe, de operar com a plasticidade e a sonoridade das palavras, alterando o ritmo e a melodia comumente compartilhada pela linguagem. No entanto, Lacan ressalta que esse tipo de ruptura só pode ser produzido a partir de uma modalidade discursiva, o discurso analítico, o qual se constitui uma exceção dentre os demais discursos.

O discurso analítico é o único por estrutura um ato, ou seja, *a escrita de um acontecimento*, uma ruptura de laço, no laço, para que aí se invente um outro tipo de enlace. O discurso analítico é um fora do/no discurso, dada as consequências daquilo que aí está na posição de semblante, o objeto *a*. Segundo Prates Pacheco (2014) a originalidade da resposta do analista na cidade aponta para o resgate de uma dimensão da palavra, através do esvaziamento de seu sentido, o que possibilita atingir, ao mesmo tempo, aquilo que se constitui como uma “não-palavra”.

Isso quer dizer que, no discurso analítico, o efeito que se produz, tal como antecipam alguns escritores criativos, é aquele de uma escrita especializada, já que a palavra nesse discurso se encontra ordenada não por um semblante qualquer, mas o objeto *a*. Além disso o discurso analítico não escreve apenas a posição discursiva do analista, mas também do analisando ($\$$) em fins de análise, cujo efeito é essa escrita original (S_1) que se decanta do texto construído através da tarefa analítica. Lembremos do que diz Lacan em relação à ruptura do sentido, em *Lituraterra* (1971), que ela deixa um rastro, ou seja, a nuvem da linguagem, em uma expressão metafórica, faz escrita.

Em outras palavras, é impossível isolar fala e escrita. O escoamento das águas só é visível para Lacan à medida que as nuvens permitem, pois apenas a rasura é legível. Em sua metáfora sobre o clipe das águas, a questão não é quem veio antes, rio, chuva ou nuvem, já que a nuvem é água em suspensão, o próprio rio evaporado e, por conseguinte, temos na chuva uma precipitação. O rio é um depósito ao passo do desenho e só temos a caligrafia quando chove. Ou seja, a escrita é um efeito onde se lê um efeito de linguagem, efeito de aparelhamento discursivo de gozo.

Segundo Soler (2016), poderíamos deduzir da tese de Lacan que a escrita, nos termos pelos quais a abordamos, está ausente na esquizofrenia, tal como o discurso pulverulento aponta através da zerificação do Um unário que suporta o sujeito:

Assim, se a escrita é um efeito do discurso deve, necessariamente, ser afetada em um sujeito fora de discurso.

A tese de Lacan é que falando, no discurso analítico, algo se escreve. Para definir a escrita que se produz no discurso analítico, utiliza palavras diversas, mas que vão todas na mesma direção. Fala de *ravinement*⁶... a via reproduz o *ravinement* na paisagem. A palavra está no texto e a retoma em outros. As montanhas, com a chuvas, ficam *ravine*... quer dizer que a chuva produz linhas, faz marcas.

Lacan diz que, no discurso analítico, algo se escreve no nível do significado. A escrita, então, não é no nível dos significantes... sobre a linha dos significantes, mas é um traço no nível do significado, daquilo que foi dito, repetido, ordenado em uma análise. (p.41)

Isso já nos permite dizer que, se o fora-do-discurso da psicose aponta para uma ausência de escrita, qual seria então a articulação do investimento de palavras de Misael com o saber-fazer dos escritores criativos?

VII. O fora-do-discurso da esquizofrenia

Há um único momento no ensino de Lacan em que ele fala do *fora-do-discurso da psicose*. Trata-se do texto *O Aturdido*, de 1972:

O dizer da análise, na medida em que é eficaz, realiza o apofântico, que por sua simples ex-sistência, distingue-se da proposição. Assim é que coloca em seu lugar a função proposicional, posto que, como penso haver mostrado, ela nos dá o único apoio que supre o ab-senso da relação sexual. Esse dizer renomeia-se aí pelo embaraço que deixam transparecer [trahissent] campos tão dispersos [*éparpillés*] quanto o oráculo e o fora-do-discurso da psicose através do empréstimo que lhes faz do termo interpretação. (p.491-462)

⁶ Ravinamento: escoamento das águas

Algumas páginas anteriores, ele articula o dito esquizofrênico, que não se encontra aparelhado em nenhuma modalidade discursiva estabelecida, aos fenômenos de emancipação de órgão:

[...] que *não há relação sexual*, pelo fato que um animal, d'estabitat [*stabitat*] que é a linguagem, por habitá-lo [*labiter*] que para seu corpo cria órgão – órgão que, por assim lhe ex-sistir, determina-o por sua função, desde antes que ele a descubra. É justamente por isso que ele fica reduzido a descobrir que seu corpo não é sem outros órgãos, e que a função de cada um deles lhe cria problemas... (p. 475)

Vejam que nessa passagem Lacan estabelece uma relação entre a questão da interpretação com o fora-do-discurso, ao dizer que a interpretação analítica é tomada de campos tão diversos, como o oráculo e o *fora-do-discurso da psicose*, para então renomear aquilo que se refere ao dizer de uma análise e que, esse dizer, o analítico, quando atinge sua eficácia, realiza – passa ao real – o que se chama de apofântico.

Lacan retira o termo apofântico da lógica aristotélica, na qual é utilizado para designar aquilo que “é”, verdadeiro ou falso, e o articula com a ordem da certeza, para então inserir uma oposição em relação às proposições modais, as quais estariam no campo da possibilidade: “pode ser”, mas sem a garantia de uma certeza. Enquanto uma proposição, a interpretação, apesar de emergir como dito, extravasa o sentido, em direção à radicalidade de seu esvaziamento. Nesse sentido, ela se aproxima tanto do que está fora de discurso, quanto da dimensão oracular.

Quanto ao discurso, a partir do Seminário XVI, *De um Outro ao outro (1968-1969)*, o que Lacan nos apresenta, pouco a pouco, é que a estrutura do discurso evidencia a posição de um sujeito em sua relação com o outro, o saber e a sua verdade. Cada discurso trata de uma ordenação de um certo tipo de saber fundado sobre a linguagem – mas, saber sobre o quê? Quatro anos depois Lacan nos dirá: cada discurso escreve um saber sobre não há relação sexual.

Vemos então que a inquietação dos analistas em relação ao fora-do-discurso de Lacan não é naive, porque sabemos que, nas psicoses, a foracclusão do Nome-do-Pai produz efeitos não só sobre a ordenação de gozo, mas sobre a possibilidade do sujeito sustentar o lugar de agente de discurso, ou seja, esse lugar que a partir do Seminário XVIII, *De um discurso que não fosse semblante (1971)*, será nomeado por semblante.

Podemos, a partir disso, tecer alguns pontos desde o caminho que percorremos até aqui. Primeiro, se o psicótico é fora-do-discurso, o que é isso que acontece nas análises de psicóticos? Que tipo de ordenação de gozo é essa, e, mais especificamente, no caso de Misael? Ler dessa maneira o aforismo de Lacan, que *todos os psicóticos são fora-do-discurso*, não seria ratificar tantos equívocos já alardeados, de que psicóticos não estabelecem transferência, de que não possuem simbólico, de que não podem trabalhar, ou que não podem foder?

Na passagem do *Aturdito*, Lacan estabelece, além disso, uma relação entre psicose e interpretação, o que não é novo em seu ensino. Já abordava isso no Seminário de 1955-56, *As psicoses*, quando nomeia as experiências de insights e de iluminação por *interpretação elementar*. O termo elementar, como já abordamos, caracteriza esse componente de significação que se repete, e, mesmo após uma razoável elaboração, insiste em repetir, como uma incógnita impossível de se decifrar em uma resposta coerente ao sujeito. Quanto à parte da interpretação, evoca o que Lacan chama por uma intuição: *a ruptura na cadeia significativa do sujeito que marca a sua assinatura na construção delirante*.

Em outras palavras, o fenômeno elementar emerge no campo do sentido, mas representa sua própria ruptura, e, embora seja da ordem do incompreensível, o sujeito que o vive busca, de alguma maneira, inscrevê-lo. De que maneira então a interpretação analítica evoca a estrutura da interpretação delirante? A interpretação é um rompimento de sentido, sendo esse tipo de desenlace da palavra a própria via, através da fala, para fazer emergir, entre os ditos, um dizer.

Isso converge com o que dizia Lacan, já nos primeiros anos de seu ensino, de que a finalidade da interpretação, ao romper com o semblante, só pode ser a de dar lugar à fala. Nessa mesma época, encontramos as ressalvas de Lacan em relação às tentativas de compreensão do fenômeno psicótico, ao tentar reduzi-lo à uma rede de inteligibilidade que desconsidere uma lógica que resiste a qualquer estrutura de sentido possível.

Podemos afirmar que se a pergunta de Lacan era sobre as psicoses, era porque essa estrutura de fora-do-discurso lhe permitiu se acercar do que, sobretudo a partir da década de 70, chamará de *inconsciente real*, esse que não está aparelhado como se fosse uma linguagem, mas que, fora de cadeia, diz respeito à *moterialité* da palavra: *as letras de*

Misael. Ao propor a *moterialité*, Lacan articula a materialidade (*materialité*⁷) e palavra (*mot*⁸), evocando o que não está na ordem da comunicação, mas que fornece a matéria do significante: *alíngua*. Isso “foi o que a experiência do inconsciente nos mostrou, na medida em que ele é feito de `alíngua`, que eu escrevo, como vocês sabem, numa só palavra, para designar o que nos interessa, a cada um de nós... ao que para, nós, é a língua dita materna...” (LACAN, 1972-73, p. 266). Mas de onde vem a língua de cada sujeito? Segundo Soler (2009), a língua materna é composta pelos restos dos primeiros outros que se impregnam no corpo da criança, marcando-o, como se, por sua fluidez, pudesse constituir, como nos diz Lacan, a “água da linguagem”.

Nesses termos, nada melhor do que o dito esquizofrênico para evidenciar esses elementos que estão no campo do gozo e que não provêm da linguagem, e, portanto, não fazem cadeia ou se ordenam como corpo em um discurso. Poderíamos inclusive nos perguntar se o corpo despedaçado na esquizofrenia seria na verdade não um efeito um efeito da linguagem como parasita, mas do recurso de Misael a isso que está fora da linguagem, a letra. Vemos que o que chamamos por simbolização, ou seja, uma passagem do real ao simbólico, envolve, como diz Lacan, uma elucubração de saber empreendida pela linguagem, em relação à língua de cada sujeito. De certo modo, Lacan já vislumbrava essa distinção, a partir do seminário *De um Outro ao outro* (1968-69), com a introdução do par ordenado e a referência à teoria dos conjuntos de Cantor, ao questionar o conceito de representação que se depreende do inconsciente como cadeia significante.

$$\{\{S_1\}; \{S_1; S_2\}\}$$

Aqui, a letra é o que fica de fora (S_1) do inconsciente, o qual se escreve como saber (S_2), um saber como a ficção pela qual o sujeito se amarra, partindo de um significante (S_1), traço recolhido do Outro para apagar os rastros de uma identidade. (BERTA, 2014) O S_1 enquanto traço unário, isso que se toma do Outro através da identificação, se escreve como tal nessa articulação entre simbólico e imaginário, que constitui o sentido da cadeia

⁷ Língua francesa.

⁸ Ibid.

significante (S_1 - S_2). A língua materna, por sua vez, está composta pelos restos encarnados (S_1) da língua morta, de modo que, em desenlace, o que aparece é esse furo irremediável do simbólico, que ex-siste à linguagem, *simbólico todo real*: o desintrincamento entre palavra e coisa, a dispersão dos *uns* que não fazem série...

Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é exatamente porque a linguagem, de início, não existe. A linguagem é o que se tenta saber com relação à função de *alíngua*. É bem assim que o discurso científico o aborda, só que o difícil, para ele, é realizar isso plenamente, pois o inconsciente é o testemunho, o testemunho de um saber, enquanto ele escapa, em grande parte, ao ser, que dá a ocasião de perceber até onde vão os efeitos de *alíngua* [...] A linguagem, sem dúvida, é feita de *alíngua*. Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com *alíngua*.

O que se sabe fazer com *alíngua* ultrapassa, em outros termos, e muito, aquilo de que se pode dar conta a título da linguagem, mas suscita a mesma questão que é suscitada pelo termo linguagem, está na mesma via. (LACAN, 1972-73, 267)

É por esse saber-fazer com *alíngua* que Lacan se interessa por Joyce. Na lição de 9 de março de 1976, Lacan aborda o sintoma de Joyce, mas, em nenhum momento, afirma uma posição diagnóstica. Se Lacan se pergunta ao longo de todo esse seminário se Joyce era louco, é porque ele tem a certeza, desde os primeiros anos de seu ensino, que os doentes são didáticos, como podem ser, aos analistas, os testemunhos de uma análise findada.

É justamente por isso que o que chamamos de doente vai algumas vezes mais longe do que o que designamos como um homem saudável. A questão é antes saber por que um homem dito normal não percebe que a fala é um parasita, que a fala é uma excrescência, que a fala é a forma de câncer pela qual o ser humano é afligido. Como pode haver quem chegue inclusive a senti-lo? É certo que Joyce nos dá uma pequena suspeita disso. (LACAN, 1975-76, p. 92)

Nesse momento, Lacan ainda prosseguia com as apresentações de paciente em Sainte-Anne. Ele evoca o célebre caso de uma *psicose lacaniana*, Gérard Primeau: trata-se de um paciente telepata. A telepatia não era a habilidade de adivinhar o que pensam e sentem as pessoas, mas de que as pessoas eram avisadas desde os seus pensamentos até suas reflexões mais íntimas, incluindo aquelas que ele nomeava por *palavras impostas*. Entre

os ditos (*sujo assassinato político*, por exemplo), ele lia outra coisa (*sujo assistanato político*). Nessa passagem enigmática, de Gérard à Joyce, por esse sintoma concernente à palavra, é que Lacan se questiona: haveria uma articulação entre o fora-do-discurso da psicose e a prática da letra do escritor irlandês?

Percorrendo a obra de Joyce, Lacan lê a arte que se mostra a partir das decomposições, os afastamentos, os desmantelamentos que dissolvem a linguagem e, de certa maneira, evocam uma relação com a fala cada vez mais imposta. A edição que Joyce impõe à linguagem, a partir de um esvaziamento suficiente da identidade fonatória, é, ao final, um efeito, um acontecimento: a escrita.

Sem dúvida, há aí uma reflexão no nível da escrita. É por intermédio da escrita que a fala se decompõe ao se impor como tal, a saber, em uma deformação acerca da qual permanece ambíguo saber se é caso de se livrar do parasita falador de que lhes falei há pouco ou, ao contrário, de se deixar invadir por propriedades de ordem essencialmente fonêmica da fala, pela polifonia da fala. (LACAN, 1975-76, p.93)

Procurando esclarecer a exceção de Joyce, Lacan formaliza a *função escritor*. Mas o que quer dizer isso? Que, para Joyce, a escrita é essencial para seu eu, e, portanto, mostra um papel bastante diverso daquele que o *eu* ocupa de forma mais simples para outros sujeitos.

Lacan parte de uma lembrança de infância, revelada por Joyce em “*Um retrato do artista quando jovem*” (1904). Em sua confidência, Joyce se recorda quando alguns colegas lhe amarram à uma cerca de arame farpado e lhe dão uma surra – ele se questiona, a posteriori, sobre o que fez com que ele não guardasse raiva. O corpo simplesmente se esvaiu e assim Joyce metaforiza: “*caiu como se fosse uma casca*”.

Joyce deixa cair a relação com o próprio corpo, o que poderia evocar, exatamente, o inconsciente freudiano. No entanto, de acordo com Lacan, Joyce testemunha outra coisa e essa relação com seu corpo tem um nome, eu. Nesse caso, o eu possui uma função particular, função escritor, que se refere a uma espécie de correção em relação à um ponto específico da articulação do imaginário com o real e o simbólico.

A consequência dessa falha, desse equívoco, diz Lacan, é que algo da imagem despenca, como se a relação imaginária não acontecesse. Se logo depois da surra que

levava quando criança Joyce não se afeta, há algo que se reconstrói através do *testemunho* da lembrança infantil, corrigindo o equívoco. Para Lacan, essa correção trata-se, em outras palavras, de fazer uma versão do pai (*père-version*).

Isso quer dizer que Joyce era “louco”? A perspectiva da carência paterna, muito marcante no seminário de 1975-76, precipitou, para muitos leitores de Lacan a conclusão de Joyce psicótico, apesar de o próprio Lacan ter se absterido de pronunciar esse termo em todos os textos e referências a respeito do escritor irlandês. (SOLER, 2015) No entanto, a questão de Lacan é que sobre esse tipo de estabilização, a suplência, Joyce o fez sem passar pela experiência de uma análise, ou, em outros termos, essa *função escritor* poderia ser o que de melhor se pode esperar em uma análise.

Há assim uma dimensão ética ao considerarmos a questão da escrita em análise. Como observa Lacan (1975-76), muitas pessoas se utilizam desse recurso, de escrever restos de sua infância, o que produz inúmeros efeitos: pelas construções em análise, acontece uma passagem de um tipo de escrita para outra modalidade a propósito do que significa escrever. No entanto, isso não significa que com uma análise se conseguirá escrever, assim como não nos autoriza a afirmar que a psicanálise tenha de antemão uma afinidade com uma clínica da escrita.

Não é surpresa, portanto, que depois de passar abordando a questão da escrita de maneira sistemática desde 1971, Lacan possa afirmar, depois de ter formalizado a função escritor a partir de Joyce, que é necessária uma investigação a respeito do que significa escrever aos analistas, posto que a psicanálise é outra coisa.

Dessa forma, pode-se dizer que, na análise, no discurso analítico, algo cessa de não se escrever... o que quer dizer que algo se escreve. E se escreve com a pena do escritor, se escreve em razão do dizer do analisante. Lacan nos diz, assim, que a escrita não consiste em produzir texto.

Quando um sujeito está assujeitado a um discurso, qualquer que seja o discurso - falamos aqui do analítico -, quando sua palavra está ordenada pelo semblante desse discurso, nesse caso, longe de ser difluente ou cortada, sua palavra faz disco. E, com seu dizer, algo se escreve... o que implica que se fixa também.

Podemos então retomar o que Lacan fala no *Aturdito*, sobre o fora-do-discurso. A interpretação analítica, a qual compõe os muitos dizeres de uma análise, alcança sua eficácia por uma *realização* que inclui aquilo do apofântico, tanto quanto sua ocorrência no fora-do-discurso da psicose. Essa eficácia se encontra, em outros termos, na função

que este dizer possui em esvaziar a suposição de que seria possível suplantando que não há relação sexual. Nesses termos, é claro que há uma relação entre o investimento das palavras que ocorre na esquizofrenia e o saber-fazer com a língua de escritores como Joyce, que procuram se utilizar da palavra como matéria e não como via de sentido: a paixão pelas letras mostra de maneira exemplar a materialidade que oferece suporte à linguagem.

Porém, a desordem significante da linguagem não é sinônimo de saber-fazer com a língua. O que a escrita resolve em relação à pergunta de Lacan, entre James Joyce e Gérard Primeau, é que o deixar-se invadir pela polifonia da fala é razoavelmente distinto do que a tentativa de cura que o significante no real oferece em relação à linguagem parasita. E claro, essa reflexão que ocorre ao nível da escrita possui uma afinidade com a estrutura específica do discurso analítico, inclusive pelo que um ou outro pode possibilitar em termos de laço social.

Na lição de 9 de março de 1976, Lacan diz que Joyce era um “homem de saber-fazer”, ou em outras palavras, um artista. Sua escrita especializada se torna paradigmática para Lacan, pois não se refere à uma solução específica - da neurose, psicose ou perversão - e sim ao que do discurso analítico se formaliza em termos de final de análise: é possível versar sobre a origem sem necessariamente recorrer ao pai, o significante-mestre da dialética edípica.

Joyce, assim como também cada inconsciente, criou *sua* linguagem, especialmente com *alínglês*... e com outras *alínguas* também. Mas, ele fez muito mais, pelo seu saber-fazer artesanal, ele restituiu... a lugar do dizer de exceção que ex-siste às linguagens faladas, e que condiciona a estrutura de todo discurso [...] Em Joyce, a arte-dizer corrigiu o que poderia ter sido um fora de discurso [...] Na árvore genealógica, ele se coloca, portanto ao começo, ele disse, tal como o próprio Deus, homólogo ao zero que é preciso para iniciar a série dos números inteiros⁹. (SOLER, 2015, p. 200)

Teria também Misael inventado outra língua, com sua língua, não sem o recurso da língua? Misael também se diz um artista, e explica seu ofício: trata-se de tirar de letra. No

⁹ Do original em francês: « Joyce a fait aussi bien que chaque inconscient, il a créé *son* langage, spécialement avec *lalanglaise*... et d'autres *lalangues* aussi. Mais il a fait plus, par son art, son savoir-faire, il a restitué... la place du dire d'exception que ex-siste aux langages parlés, et qui conditionne la structure de tout discours [...] Chez Joyce, l'art-dire a corrigé ce qui aurait pu être un hors discours [...] Dans l'arbre généalogique il se place donc au commencement, je l'ai dit, tel Dieu lui-même, homologue au zéro qu'il faut pour initier la série des nombres entier ».

entanto, isso não é suficiente para fazer laço, embora se constitua uma tentativa de cura em relação ao padecimento que alíngua lhe inflige. Esse recurso à materialidade da palavra produz efeitos muito específicos que não são da mesma ordem da literatura de vanguarda de Joyce. Em seu caso, o que recolhemos através de uma espécie de *esquizografia*, são os neologismos, enquanto fenômenos de palavra e não da linguagem como discurso.

O neologismo é uma criação segmentar de palavras, como uma frase interrompida à qual carece o corte pontual necessário capaz de produzir retroativamente o sentido. Desse modo, o leitor fica desprovido de uma chave de leitura que permita rastrear o radical linguístico comum, a partir do qual se operou a modificação – *destraqueumatização, discognóstico, terrorema, ossoburro*.

Se Lacan nos faz a ressalva de que não devemos compreender os fenômenos na psicose, em contrapartida, ele também nos diz que cabe ao analista, em transferência e a partir da linguagem, tomar ao pé da letra o que se pode ler desde o testemunho que o psicótico nos oferece. Partindo de sua experiência subjetiva, Misael efetua um artesanato da palavra no qual inclui o analista, para assim efetuar novas composições capazes de abrir caminho para uma modalidade de laço – a escanção de seu nome de origem hebraica, Mesaqui, por exemplo, como uma escrita à quatro mãos.

Isso nos aproxima da formalização apresentada por Lacan, em relação aos termos da transferência nas psicoses, ao situar a tarefa analítica partindo da referência freudiana do trabalho com os sonhos – ler o texto produzido ao pé da letra. Nesses termos, essa função nomeada por Lacan, de secretário, implica uma operação que não busca necessariamente a revelação de um sentido, escondido em certas profundezas, mas que diz respeito muito mais a algo que acontece na superfície: através dos desdobramentos que o corte analítico promove, trata-se de reorganizar os ditos sem sentido, para rearticular o texto e fazer emergir um efeito de sentido.

Pela inclusão da foraclusão que o discurso analítico permite, o fora-do-discurso da esquizofrenia pode se constituir uma via de tratamento, sem que o analista seja tomado tanto como um fantasma que assola e angustia o sujeito, quanto pela erotomania e a perseguição que a paranoização traficam em seu processo. Porém, desde que tomado em análise, o neologismo passa à simbolização, através da *ortografia* da palavra.

É assim que TERROREMA (S_1) oferece á Misael um ponto de ancoragem que lhe possibilita fazer laço: um inconsciente estruturado como se fosse uma linguagem.

$$\frac{S1 \rightarrow S2}{S // a}$$

CAPÍTULO IV

Terceira lição: a função secretário

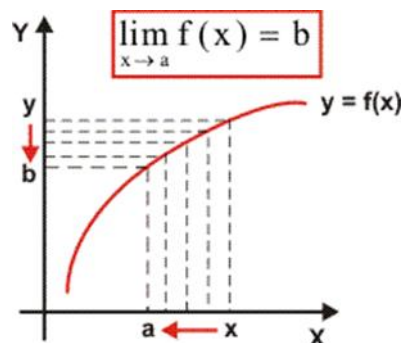
Misael tem uma relação com o infinito, assim ele diz:

- *O infinito é uma matemática. Eu sempre gostei, mas não terminei os meus estudos. Eu tenho essa vontade ainda, por isso eu quero sair daqui, e voltar a apostar. Você acreditou, você apostou em mim. Decidiu jogar comigo, porque eu sou um jogador. Minha vida é uma mega-sena, um dia, eu acertarei sozinho.*

- Quais são os números dessa mega-sena – pergunto-lhe. Em sua resposta, Misael evoca “Introdução à Matemática para Curso de Mecânica Geral”, livro que tinha em sua cabeceira, quando trabalhava de mecânico em uma oficina de carros. Algo restou desse ofício, pois foi o primeiro com carteira assinada e o último antes do desenlace diante do casamento do irmão – desde então, fazem série as tentativas de cura fora-da-lei que o conduziram ao sistema penitenciário e ao estado quase catatônico.

Pelo historial, extraímos a articulação entre trabalho e estabilização: cada ofício é concomitante à produção delirante entre um ponto de desenlace e outro, momento de abertura de um portal e de conexão com o infinito. Como afirma Misael, é esse laço com o sobrenatural que o sustenta, apesar da equipe médica da instituição achar que se trata de um devaneio patológico a ser removido – a cada vez em consulta com a psiquiatra, quando menciona a conexão com Deus, a dose da medicação é intensificada.

O infinito exerce a função limite ante a dispersão: há algo que o prende à Terra, sem que desapareça pelos abismos da palavra.



Em termos matemáticos, o limite tem o objetivo de determinar a modulação de uma função, à medida que ela se *aproxima* de alguns valores, sempre relacionando duas variáveis, x e y – os valores de y são determinados desde que x assumam certos valores. Na função acima, x *tende* à a e y *tende* à b , mas y não atinge b , tampouco $x=a$. Misael diz que um portal pode exercer a função de sustentação desde que *“se estabeleça uma ENTIDADE que conduza ao outro lado da vida e possibilite uma CREDITIFICAÇÃO. É assim que eu me faço o zero número, o que não quer dizer que eu sou mais importante do que alguém, mas que só eu posso fazer isso”*.

A entidade é, em outros termos, um representante. Ao se queixar de Ismael, seu representante legal, Misael quer dizer que, após a cena trágica do tiro, a qual funcionara como se fosse uma passagem ao ato, não há mais um representante. Justamente, o trabalho analítico tem seu início pelo estabelecimento da relação transferencial, através de um outro portal, o TOPETE do analista, um significante qualquer. Isso sugere que na construção de seu TERROREMA - o representante (S_1) que organiza sua história despedaçada -, o analista é incluído como elemento integrante – *“... eu aqui de frente para você me coloco a refletir, a pensar minha mania, as coisas aqui na minha cabeça, eu gosto de conversar com você, pois você serve como emplastro para mim”*, afirma Misael.

Emplastro é uma medicação aplicada sobre a pele, a ser absorvida pela circulação, que possui o intuito de aquecer ou flexibilizar os tecidos internos e assim acelerar a cura. É um procedimento muito utilizado em hospitais, principalmente na etapa pós-operatória, para limpeza e/ou alívio de sequelas cirúrgicas, como cicatrizes, por exemplo. Além disso, considerando Misael como um homem cultivado, que não se furta de utilizar referências literárias e musicais, emplastro evoca o personagem de Machado de Assis, Brás Cubas, que possui a ideia obsessiva de alcançar relevância social através de sua invenção, o *Emplastro Brás Cubas*, medicamento que tem a finalidade de solucionar todos os males da alma. A traição do irmão deixou uma cicatriz na perna, mas como curar-se daquilo que não se sabe?

- Eu venho aqui, nós brincamos, como se fosse palavra cruzada. Eu venho aqui para dizer de mim, do que eu estou sentindo e você pode decifrar o que eu te digo, como psicanalista que você é – assim Misael formaliza a minha função.

O analista-emplastro é uma entidade capaz de creditificar a verdade de Misael, para que a escritura da herança materna seja liberada. Notem que ele não fala de escrita, mas

sim de uma espécie de documento, escrito, capaz de lavrar um ato jurídico, e, portanto, público. Para efetuar essa escrita é necessário um secretário, o analista, que auxilie na tradução de sua psicose: a vida *material* e palpável, ou, se assim pudéssemos dizer, a sua arte de *tirar DA letra*.

I. A formalização de Lacan

Não é necessária uma leitura cuidadosa para extrair as inúmeras passagens do seminário de 1955-56, *As psicoses*, nas quais Lacan evoca o texto inaugural da psicanálise, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), já que elas são explícitas. O retorno à via régia de acesso ao inconsciente, o sonho, fundamenta duas posições articuladas: primeiro, que há uma estrutura significante no hieróglifo, e segundo, que há uma estruturação significante diversa entre neurose e psicose. Além disso, já nesse momento de seu ensino, Lacan implica que tal distinção envolve a questão da escrita.

Os sonhos se exprimem primeiramente em imagens e essa representação intervém numa escrita, ou seja, nem todas as figurações que emergem estão ali para serem *lidas*, o que demonstra o estatuto de escrita hieroglífica desse tipo de produção.

“O pronome da primeira pessoa, por exemplo, que se desenha em dois pequenos sinais que têm um valor fonético, e pode ser acompanhado por uma imagem mais ou menos vigorosa, que está ali para dar aos outros sinais o seu sentido. Mas os outros sinais não são menos autográficos do que o boneco, e devem ser lidos num registro fonético”. (LACAN, 1955-56, p. 282)

Tomando a alucinação a partir da orientação do trabalho com os sonhos, Lacan indaga se não seria prudente, ao invés de se deixar tomar pelo impulso da predicação dos fenômenos alucinatorios – se seu caráter é verbal ou sensorial -, ter a disposição para a leitura. Essa operação de leitura implica considerar que, no caso dos sonhos, por exemplo, não há correspondência entre o texto original e um significante. Diante disso, Lacan afirma que alguns fingem ler, enquanto outros chegam com o saber de antemão para a tarefa de tradução, como se já soubessem de cor e salteado o que o texto porta.

Lacan dirige sua crítica não apenas aos psicanalistas, mas também à literatura dita científica e aos psiquiatras – especialmente, sobre o recuo diante dos testemunhos dos pacientes, para então permanecer, intencionalmente, nos limites de tudo que já foi dito

anteriormente pelo arcabouço teórico. Esse tipo de discursividade exclui o insensato, aquilo que se revela no que há de mais original no testemunho. Isso quer dizer que, por mais que o psicótico tenha perturbações em suas articulações com o mundo exterior, ou melhor, com o que é possível nomear de comum, é a partir dos fenômenos de linguagem que ele mostra a singularidade de sua relação com o significante, e não apenas disso, mas também do que há de mais universal em qualquer sujeito falante: que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. (LACAN, 1955-1956)

Para Lacan, é Freud quem inaugura essa nova abordagem das psicoses, ao recorrer às memórias do presidente Schreber como uma modalidade de investigação da verdade dos fenômenos, reconhecendo no material um testemunho de valor incomparável. O relato de Schreber consiste em um trabalho – de cifragem e com a materialidade da palavra – no qual são nomeadas múltiplas experiências, antes impossíveis de se dizer, e que revelam um empenho do presidente enquanto sujeito. Encontramos nas memórias, além da reorganização da imagem corporal, a tentativa de inscrever acontecimentos angustiantes por sua apropriação no texto delirante.

Em uma espécie de introdução à sua produção, Schreber endereça seu texto ao doutor Flechsig, como se fosse uma carta, e, ao que sabemos, o médico se recusa a responder o que lhe fora endereçado. Como em uma relação transferencial, Freud se fez destinatário das letras de Schreber, ao autenticá-las em um testemunho. A partir dessa posição de secretário, ele se autorizou a examinar os escritos do presidente ao pé da letra: uma história clínica repleta de associações livres expressas, por exemplo, pelas notas de rodapé anexadas desde sua publicação. Inclusive, Freud considera que o que torna as memórias um testemunho fora o fato de Schreber tê-las publicado.

Com Freud, atravessado pelos efeitos do encontro com Aimée, Lacan buscará de maneira crítica, no campo da psiquiatria, uma figura capaz de formalizar a posição transferencial do analista nas psicoses:

Vamos aparentemente nos contentar em passar por secretários do alienado. Empregam habitualmente essa expressão para censurar a impotência dos seus alienistas. Pois bem, não só nos passaremos por secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta – o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada. (LACAN, 1955-56, p. 235)

Notem que Lacan se utiliza da expressão ao pé da letra, não ao pé do significante. Que quer dizer isso? Parece-nos pertinente destrinchar tais articulações.

II. O pé da letra do sonho em Freud

Em *A Interpretação dos sonhos* (1900), Freud relata que, dentre tantos assuntos específicos sobre os quais se comprometem a comunica-lo, muitos pacientes lhe narram sonhos, o que lhe sugeria que essa formação do inconsciente poderia ser tratada como outra, o sintoma. Tal como no trabalho com o sintoma, o método da análise do sonho tem sua essência no detalhamento.

Nosso primeiro passo no emprego desse método nos ensina que o que devemos tomar como objeto de nossa atenção não é o sonho como um todo, mas partes separadas de seu conteúdo. Quando digo ao paciente ainda novato: “*Que é que lhe ocorre em relação a esse sonho?*”, seu horizonte mental costuma transformar-se num vazio. No entanto, se colocar diante dele o sonho fracionado, ele me dará uma série de associações para cada fração, que poderiam ser descritas como os *pensamentos de fundo* dessa parte específica do sonho. Assim, o método de interpretação dos sonhos que pratico já difere, nesse primeiro aspecto importante, do popular, histórico e legendário método de interpretação por meio do simbolismo, aproximando-se do segundo método, ou método de *decifração*. Como este, ele emprega a interpretação *em détail* e não *em masse*; como este considera os sonhos, desde o início, como tendo um carácter múltiplo, como sendo conglomerados de formações psíquicas. (FREUD, 1900, p. 138)

Esse fundamento não está apenas na base da interpretação, mas sustenta, da mesma maneira, do lado do analista, a transmissão da clínica – como vimos, o fundamental em um caso não é a acumulação de trechos, de excertos do texto que o paciente diz, mas sim as pequenas singularidades que dizem respeito a um bom corte capaz de demarcar o diagnóstico diferencial.

Segundo Schejtman (2012), um “bom corte” é aquele que revela uma estrutura a partir de detalhes dos mais sutis, que podem passar despercebidos, de modo que uma extensa biografia do paciente é prescindível: a estrutura mesma do sujeito revela-se no corte efetuado, tal como fez Freud com um sonho, no caso da bela açougueira.

Seria então a interpretação do sonho uma operação de extração? Poderíamos dizer que sim, mas não através da resolução de um enigma, ideia à qual Freud parece se opor, ao menos implicitamente. Primeiro, Freud toma o sonho como a realização de um desejo,

conclusão que ele levanta a partir do sonho dito inaugural da psicanálise, o sonho da injeção de Irma – não é um desejo universal, mas aquele da ordem do singular.

[...] Aprendemos que um sonho pode representar um desejo como realizado. Nossa primeira preocupação deve ser indagar se esta é uma característica universal dos sonhos, ou se, por acaso, terá sido meramente o conteúdo do sonho específico (o sonho da injeção de Irma) que foi o primeiro a ser por nós analisado. Pois, mesmo que estejamos dispostos a constatar que todo sonho tem um sentido e um valor psíquico, deve permanecer em aberto a possibilidade de que esse sentido não seja o mesmo em todos os sonhos. (1900, p. 158)

Segundo, ele ressalta os efeitos que a distorção do trabalho do sonho opera na encenação da realização do desejo:

O fato de os fenômenos da censura e da distorção onírica corresponderem uns aos outros nos mínimos detalhes justifica nossa pressuposição de que sejam simultaneamente determinados. Podemos, portanto, supor que os sonhos recebem sua forma em cada ser humano mediante a ação de duas forças psíquicas (ou podemos descrevê-las como correntes ou sistemas) e que uma dessas forças constrói o desejo que é expresso pelo sonho, enquanto a outra exerce uma censura sobre esse desejo onírico e, pelo emprego dessa censura, acarreta forçosamente uma distorção na expressão do desejo. (1900, p. 178)

No entanto, Freud também reconhece que a revelação no sonho – da realização de desejo – acontece, muitas vezes, sem nenhum disfarce. O sonho não é um mistério, mas isso que nomeia, primeiro, o trabalho de construção de duas versões de um mesmo tema - texto manifesto e texto latente – e segundo, a tarefa de tradução que articula o material original e aquele transcrito.

Nesses termos, se por um lado o pensamento do sonho possui uma linguagem própria, por outro, o conteúdo onírico o traduz em uma escrita pictográfica com caracteres e leis de sintaxe muito particulares, cabendo ao analista a tarefa de descobri-los, pois “se tentássemos ler esses caracteres segundo seu valor pictórico, e não de acordo com sua relação simbólica, seríamos claramente induzidos ao erro” (FREUD, 1900, p. 303).

Disso, podemos extrair, sem muito esforço, a concepção do inconsciente como superfície que, pelos pós-freudianos, foi progressivamente substituída pelas predicções do obscuro, do profundo e do enigmático. Lacan, em seu movimento de retorno à Freud,

recusou tais reducionismos e, por uma parodia, como ele mesmo diz, utiliza-se do conto de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*, publicado em 1844.

Trata-se de um drama policial, com quatro personagens: o detetive Auguste Dupin, o oficial de polícia Monsieur G., o ministro D. e a Rainha, a qual, ao começo do conto, é a portadora da carta – carta essa da qual não sabemos o conteúdo. D. percebe o desconcerto da Rainha a respeito da carta, quando ela tenta escondê-la dentre outros papéis que estão sobre a mesa.

De maneira sorrateira, o ministro troca a carta verdadeira por outra similar e, na posse da razão do constrangimento da Rainha, passa a chantageá-la. Acuada, ela procura Monsieur G., o qual, junto aos oficiais de polícia, tenta recuperar a carta a partir de uma metódica busca pelo gabinete do ministro. Sem sucesso, o oficial de polícia recorre ao detetive Dupin, ao qual enfatiza *o caráter científico de sua investigação*”, bem como *tudo o que sabe sobre o caso*.

Ciente de tais informações, Dupin faz uma visita ao ministro e, de maneira intuitiva, conclui que a carta está visível, apesar da tolice do oficial: ela está mascarada em um envelope fora de suspeita – um pouco sujo, um tanto rasgado – alojado em um porta-cartões. Lacan nos aponta que a carta recebida pela Rainha possui uma peculiaridade, pois apesar de nunca sabermos de seu conteúdo, ela não deixa de produzir seu efeito.

É justamente isso o essencial, nunca saberemos o que há dentro dela. E nada contradiz, inclusive, que somente a Rainha o saiba, no fim das contas. De resto, para meter a polícia nisso, vocês entendem, é preciso, de qualquer modo, que ela tenha uma ideia clara de que a carta não possa, de modo algum, dar informações a ninguém. Há só uma coisa: é que é certo que a carta tem um sentido. E como vem de um certo duque de não-sei-quê que se dirigiu a ela, se o Rei, seu bom amo e senhor, puser a mão na carta, mesmo que também não compreenda nada, ele dirá a si mesmo: *Ora, há algo de suspeito aí*. (LACAN, 1971, p. 87)

Nesses termos, o inconsciente está à mostra como a carta no conto de Poe. O próprio Freud parece rejeitar a associação entre inconsciente e ininteligibilidade, e assim nos comunica sua objeção através de uma nota de rodapé adicionada em 1909 à *Die Traumdeutung*, na qual cita um ensaio de James Sully, *O sonho como revelação* (The Dream is a Revelation):

Parece então, afinal, que os sonhos não são o extremo absurdo como os qualificaram autoridades como Chaucer, Shakespeare e Milton. As agregações caóticas de nossa fantasia noturna possuem uma importância e transmitem novos conhecimentos. Como uma *carta cifrada*¹⁰, a *inscrição onírica*¹¹, quando examinada de perto, perde sua primeira impressão de disparate e assume o aspecto de uma mensagem séria e inteligível. Ou, para variar ligeiramente a imagem, podemos dizer que, como um palimpsesto, o sonho revela, sob seus *caracteres superficiais*¹² destituídos de valor, vestígios de uma comunicação antiga e preciosa. (p. 170)

É então que Freud recorrerá ao exemplo do *rébus*, um ideograma usado foneticamente, ou seja, ele não significa o objeto que representa, mas o fonema do nome que corresponde a tal objeto – notemos que, particularmente na língua francesa, também denomina determinada palavra que assume um sentido outro que aquele do convencional. Ele propõe que o sonho deve ser tomado como um rébus: não se trata do que se vê, mas do que se lê, a partir do apagamento da imagem em detrimento daquilo que se escuta.

O sonho é um quebra-cabeças pictográfico, ou seja, composto de figuras que não fazem nenhum sentido: letras soltas do alfabeto, imagens deslocadas de contexto, figuras humanas despedaçadas, desproporção de medidas das imagens, etc. Freud considera que, historicamente, o sonho fora abordado ora pelo todo do conjunto de suas peças, ora pelos seus componentes, o que configurou um tratamento equivocado do rébus. Se o sonho é uma composição pictórica, o valor poético e de significação de seu texto se revela desde que cada elemento isolado desse quebra-cabeças possa ser substituído por uma palavra, através da qual o elemento encontre uma representação.

Nesse sentido, Freud se utiliza do *rébus* para caracterizar esse tipo de metonímia particular que opera na produção onírica, a *representação plástica*, quando uma *expressão verbal* pode ser substituída por outra, no caso, uma expressão pictórica e material. A coisa pictórica não se apresenta apenas através dos mecanismos de deslocamento, mas também pela ação da condensação sobre palavras e nomes, que tal como nos aponta Freud, produz os mais diversos neologismos, por uma particular razão: nos sonhos, *as palavras são tratadas como se fossem coisas*, ou seja, elas se combinam da mesma maneira que as representações de coisa.

¹⁰ Grifo nosso

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

Tomar o sonho como rébus implica considerar o caráter de equívoco de suas palavras, assim como a orientação de que ele não se escreve com a intenção de ser compreendido, pois seu processo de composição é semelhante ao de um poema.

Quando um poema tem de ser escrito em rimas, o segundo verso de um dístico é limitado por duas condições: precisa expressar um significado apropriado e a expressão desse significado deve rimar com o primeiro verso. Sem dúvida, o melhor poema será aquele em que deixarmos de notar a intenção de encontrar uma rima, em que os dois pensamentos, por influência mútua, tiverem escolhido desde o início uma expressão verbal que permita surgir uma rima com apenas um ligeiro ajustamento subsequente. (FREUD, 1900, p.372)

Freud define a representação gráfica do sonho como uma escrita de traços visuais e auditivos – traços hieroglíficos, mesmo mecanismo de outra formação do inconsciente, o chiste. Por isso, é interessante a maneira como Freud apresenta o sonho de uma paciente, no capítulo IV, na seção D, de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), na qual ele tece considerações sobre a representabilidade – a análise do material é sua própria mostração.

Primeiro, temos acesso ao sonho introdutório: “Ela entrou na cozinha, onde estavam suas duas empregadas, e as repreendeu por não terem aprontado sua *COMIDINHA*. Ao mesmo tempo, viu uma grande quantidade de louça emborcada para secar, louça comum de barro amontoada em pilhas” (p. 378). Freud marca também um acréscimo posterior: “as duas empregadas foram buscar água e tiveram de entrar numa espécie de rio que chegava até bem junto da casa, entrando pelo quintal” (p. 378-79).

Em seguida, lemos o sonho principal:

Ela estava descendo de uma elevação sobre umas paliçadas ou cercas de construção estranhas reunidas sob grandes painéis e que consistiam em quadradinhos de pau-a-pique. Não foram feitos para se subir; ela teve dificuldade em encontrar um lugar onde pôr os pés e ficou contente por seu vestido não ter se prendido em lugar nenhum, de modo que ela continuou à medida que prosseguia. Ela segurava *UM GRANDE RAMO* na mão; na realidade era como uma árvore, todo recoberto de *FLORES VERMELHAS* que se ramificavam e espalhavam. Havia uma ideia de que fossem *FLORES* de cerejeira, mas também pareciam *CAMÉLIAS* duplas, embora, é claro, estas não cresçam em árvores. Ao descer, ela estava primeiro com *UMA*, depois, de repente, com *DUAS*, e depois com *UMA* outra vez. Ao chegar lá embaixo, as *FLORES* da parte inferior já estavam bem *DESBOTADAS*. Então, depois que já havia descido, ela viu um criado que sentiu-se inclinada a dizer – estava penteando uma árvore semelhante, ou seja, estava usando um *PEDAÇO DE*

MADEIRA para arrancar umas *MECHAS ESPESSAS DE CABELO* que dela pendiam como musgo. Outros trabalhadores haviam cortado *RAMOS* semelhantes de um *JARDIM* e tinham-nos jogado na *ESTRADA*, onde *FICAVAM CAÍDOS*, de modo que *MUITAS PESSOAS PEGARAM ALGUNS*. Mas ela perguntou-se se isso estava certo – se poderia *PEGAR UM TAMBÉM*. Um *HOMEM* jovem (alguém que ela conhecia, um forasteiro) estava de pé no jardim; dirigiu-se a ele para perguntar de que modo tais *RAMOS* poderiam *SER TRANSPLANTADOS PARA SEU PRÓPRIO JARDIM*. Ele a abraçou, ao que ela se debateu e perguntou o que ele estava pensando, e se achava que podiam abraçá-la daquela maneira. Ele lhe disse que não havia mal nenhum, que era permitido. Em seguida, disse estar disposto a entrar no *OUTRO JARDIM* com ela, para lhe mostrar como era feito o plantio, e acrescentou algo que ela não conseguiu entender bem: “seja como for, preciso de três *JARDAS* (depois ela forneceu esse dado com três jardas quadradas) ou três braças de terra”. Era como se ele lhe estivesse pedindo alguma coisa em troca de sua boa vontade, como se pretendesse *RECOMPENSAR-SE NO JARDIM DELA*, ou como se quisesse *BURLAR* alguma lei, para tirar vantagem disso sem causar mal a ela. Se ele realmente lhe mostrou algo, ela não tinha nenhuma ideia. (p. 379-80)

Freud acrescenta apenas três breves comentários ao sonho relatado pela paciente: a) de que se trata de um sonho biográfico, tipo frequente em uma análise; b) sobre o caráter “florido” do material; e c) da conotação sexual que a interpretação deve receber. E nada mais.... Com isso, ele nos aponta um paradoxo em relação ao método interpretativo dos sonhos.

É através da associação livre, ou seja, da narrativa através da fala que se acessa o sonho. Mas se pela indicação de Freud o sonho deve ser tomado como um rébus, um texto hieroglífico, isso não impõe limites à tarefa analítica? Nas primeiras décadas de seu ensino, Lacan (1957) procura esclarecer a articulação feita por Freud, entre sonho e escrita, a partir da instância da letra no inconsciente:

Freud exemplifica de todas as maneiras que esse valor de significante da imagem nada tem a ver com sua significação, e recorre aos hieróglifos do Egito, onde seria ridículo deduzir da frequência do abutre, que é um *Aleph*, ou do pintinho, que é um *vau* para assinalar uma forma do verbo ser e também os plurais, que o texto concerne minimamente a esses espécimes ornitológicos. Freud encontra meios de se orientar, nessa escrita, por certos empregos do significante que se apagaram na nossa, como o emprego do determinativo, acrescentando o expoente de uma figura categórica à figuração literal de um termo verbal, mas para melhor nos remeter ao fato de que estamos numa escrita em que até o pretense *ideograma* é uma letra. (p.514)

A questão do princípio rébus, nesse sentido, convoca Lacan a recorrer à história da escrita, de maneira maciça no seminário de 1961, *A identificação* – nesse momento, ele utiliza como referência *Histoire de l'écriture* (1948), de James Février.

Ao marcar os diferentes tipos de escrita ao longo da história da humanidade, F evrier aponta que, antes do surgimento da escrita propriamente dita, a comunicação se efetuava por diferentes meios de express  o, como os cordões de n os e as gravações (rasuras) em superfícies de pedra ou madeira - assim como os signos geométricos (ou pictóricos) são elementos duráveis, ou seja, podem permanecer no tempo.

F evrier enumera, dentre os meios de expressão duráveis, diversos signos - geométricos, pictóricos e silábicos -, mas a distin o entre os mesmos, como o próprio autor reconhece, não   clara. O que nos interessa   que, primeiro, o aparecimento do signo foi decisivo para o começo da escrita, e segundo, pelo ponto comum entre tais meios de expressão: são representações gráficas fundamentais a partir de combinações arbitrárias entre traços, linhas e pontos.

As escritas ideogram ticas (hieroglífica, cuneiforme e chinesa) se originaram das escritas geométricas e pictóricas, em um processo de evolu o analítico que, segundo F evrier, permite a *fixa o* e *estabiliza o* de um certo número de signos.

No caso da língua chinesa, por exemplo, a palavra   invariável quanto ao gênero, número e fun o - trata-se de uma unidade irreduzível que pode substantivar, adjetivar ou nomear uma a o. Nesses termos,   uma língua monossil bica e a coordena o ou subordina o de sentido se estabelece pela fun o sint tica da unidade, a partir da posi o que ela ocupa em uma frase. Além disso, cada monoss labo possui um tom, assim como ocorre, por exemplo, com as notas musicais.

Pela escrita chinesa, no ideograma, o fonema funciona de maneira independente de seu significado, podendo produzir outro sentido - uma homofonia onde as palavras podem ser pronunciadas de uma mesma maneira, mas possuem significado diverso. Nesse caso, o fonema   o elemento essencial da palavra, mas, mesmo assim, não há na língua qualquer orienta o sobre como deve ser lido.

Segundo F evrier (1948), a escrita seria um ato que, por si só, produz efeitos:   um artifício disponível aos homens, com a fun o de *ancorar* (*cifrar*) aquilo que foge e equivoca. Assim, ao recorrermos ao texto de F evrier, podemos notar o porquê do interesse de Lacan, pois consiste num rigoroso trabalho que toma a escrita para além de um mero registro de ideias.

O que está em questão é isso, já que tal ideograma quer dizer alguma coisa, para tomar o pequeno caráter cuneiforme que lhes mostrei há pouco, no nível de uma etapa totalmente primitiva da escrita, ele designa o céu. Daí resulta que é articulado *an*. O sujeito que olha este ideograma chama-o *an*, já que ele representa o céu. Mas o que vai resultar daí é que a posição se inverte, pois, a partir de um dado momento, esse ideograma do céu vai servir, numa escrita do tipo silábico, de suporte para a sílaba *an*, que não terá mais nenhuma relação, agora, com o céu. Todas as escritas ideográficas, sem exceção, ou ditas ideográficas, trazem o traço da simultaneidade desse emprego que se chama de ideográfico com o uso que se chama fonético do mesmo material. (LACAN, 1961, p.92)

O que Lacan lê em Freud, como instância da letra no inconsciente é que a letra fornece ao significante a sua estrutura essencial, a saber, um substrato que define a cadeia significante. No entanto, ressalta Lacan, embora os fenícios e os gregos tenham nos deixado como herança essa característica da escrita, o alfabeto, o que sugerem os múltiplos testemunhos históricos é como se, antes, a escrita estivesse à espera de ser fonetizada e, a partir disso, quando vocalizada como outros objetos, algo se apreende e a escrita pode operar como tal. Ou ainda, como se algumas línguas - a chinesa, a japonesa - quase como línguas “primitivas”, pudessem oferecer alguma outra coisa sobre o que Freud já havia nos ensinado com o princípio rébus.

[...]. é que o sonho é um rébus. E Freud trata de estipular que é preciso entendê-lo, como afirmei, ao princípio, ao pé da letra. O que se prende à instância, no sonho, dessa mesma estrutura literante (em outras palavras, fonemática) em que se articula e se analisa o significante no discurso. Como as figuras não naturais do barco sobre o telhado ou do homem de cabeça de vírgula, expressamente evocadas por Freud, as imagens do sonho só devem ser retidas por seu valor de significante, isto é, pelo que permitem soletrar do *provérbio* pelo rébus do sonho. Essa estrutura de linguagem que possibilita a operação de leitura está no princípio da *significância do sonho*, da *Traumdeutung*. (LACAN, 1957, p.514)

Lacan aborda a mesma operação de leitura ao ser tomado por um *ravissement* (arrebato), assim que, ao atravessar a sala Piette do Musée de L’Homme, depara-se com um osso de carneiro com inscrições pictóricas. Ele articula à essa cena tanto os ideogramas chineses quanto a Pedra de Roseta e as marcações rupestres de Mas d’Azil. As inscrições – traços, significantes – aparecem como ideograma no osso de carneiro, mas só podem ser tomados como tal à medida que, a cada vez, em que algo se perde, em que algo se apaga, não pudermos mais reconhecer um caráter de imagem.

No entanto, o apagamento do traço não significa que já estamos no campo da letra ou que possamos dizer que a escrita já cumpra sua função. A letra se define desde que na inscrição gráfica prevaleça o valor sonoro em detrimento da queda do valor de seu referente. Esse ato fundador de cultura, a escrita, é atribuído por muitos estudiosos exatamente ao princípio rébus: por exemplo, o som *a* pode se articular a uma grafia por fixação e identidade – *a=a*. (PRATES PACHECO, 2014) É por isso que a letra oferece suporte material ao significante, mas isso não significa que sejam a mesma coisa: ao contrário do significante que se constitui pelas relações de oposição e deslocamento, a letra é fixa e idêntica a si mesmo.

O que podemos depreender disso? Primeiro, como ressalta Lacan (1971), que a orientação freudiana de que o sonho seja *lido* como rébus não anula a tese do inconsciente estruturado como uma linguagem, mas que:

[...]é uma linguagem à qual apareceu sua escrita. Isso não significa é claro, que se deva dar o menor crédito... a essas imagens que passeiam pelos sonhos. Uma vez que sabemos que elas são representações de palavras, já que se trata de um rébus, isso se traduz, *überträgt*, no que Freud chama de pensamentos, *die Gedanken*, do inconsciente. (p. 83)

Ou seja, os pensamentos que pertencem ao inconsciente operam como escrita... Na lição de 10 de março de 1971, “O escrito e a fala”, Lacan se coloca contrário à maneira pela qual a linguística aborda a história da escrita: só há escrita por conta do inconsciente e a escrita é o que Freud chamou por *Wortvorstellung*, representação de palavras.

Freud efetua uma distinção entre a *Sachevorstellung*, representação de coisa enquanto processo primário, e a *Wortvorstellung*, representação de palavras como processo secundário. Ao colocar a escrita como representação de palavra, Lacan discorda de Freud de que isso se trate de um processo secundário, pois a escrita integra os processos primários. Em outras palavras, todas as línguas fazem uso do que se denomina pictograma e toda língua possui a escrita como suporte, porque “aí está o escrito, portanto, como algo de que é possível falar” (LACAN, 1971, p. 78).

Quando Lacan diz que encontra na sala Piette do Musée de L’Homme a sua descoberta, ele estava se referindo ao objeto *a*. Com essa invenção, o conceito de letra se desloca em relação aquele que a colocava como razão do inconsciente, pois a letra é um efeito de homofonia. A escrita torna-se então um acontecimento à medida que, no momento em

que se lê alguma coisa, é que um traço pode se tornar letra. Lacan opera então uma inversão lógica sobre o advento do sujeito, pois, se é o do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, a saber, sua unicidade.

Essa função de escrita se evidencia pelo nome próprio, que de uma língua à outra conserva sua estrutura sonora, mas que se distingue pela sua afinidade com uma marca, ou seja, o cotejamento efetuado pelo significante em relação ao objeto. Há algo do nome próprio que se relaciona à função sujeito, o qual, ao se utilizar de seu nome como um significante capaz de representá-lo, divide-se. Mas como o nome próprio se articula com a letra? Lacan se refere ao nome da letra. O que é o nome da letra? Não se trata do seu som, mas do nome que a letra, enquanto objeto, recebe.

Isso nos permite depreender que, segundo Berta (2014), embora Lacan parta de Freud e da referência dos sonhos para fundamentar a sua concepção de escrita, ao mesmo tempo, ele não se limita à proposta do Bloco Mágico de Freud – o que recolhemos dos textos pré-psicanalíticos é que o inconsciente se constitui como uma caligrafia de letras e traços.

Em 1961, Lacan retoma a articulação entre sonho e escrita, circunscrevendo-a em um tempo lógico: a repetição que opera a inscrição do traço consiste nos sucessivos apagamentos de um rastro (a letra) a partir da inserção de um limite (S_1) pelo qual a articulação significativa pode se coordenar. Essa inscrição ocorre a partir de uma descontinuidade, quando dentre inúmeras satisfações que marcam o corpo a corpo do sujeito com o outro, sempre idênticas, algo se diferencia – essa descontinuidade, Lacan nomeia de corte. “Efeito significativo, o corte foi primeiro para nós, na análise fonemática da linguagem, essa linha temporal, mais precisamente sucessiva dos significantes que os habituei a chamar até agora de cadeia significativa. Mas, o que vai acontecer, se agora lhes incito a considerar a própria linha como corte original” (LACAN, 1961, p. 348).

O traço é um corte que inscreve uma marca de gozo e atribui ao funcionamento mental uma temporalidade tal qual uma cadeia de significantes. Isso permite diferenciar a memória humana daquilo que chamamos de regulação homeostática, a memória orgânica, pela qual o organismo não reconhece aquilo que, ao se repetir, faz-se diverso. Como nos diz Lacan, a memória humana se inaugura com o traço unário, desde que ela comemora a “vez única” da diferença, à medida que, a cada vez, ao se propor a repetir o mesmo, atualiza o que se inaugurou como distinto.

Essa operação de inscrição Lacan articula ao “*printing*” da imprensa de Gutenberg, invenção única na história da humanidade e que produziu uma verdadeira revolução no ato de *escrita e leitura*. A imprensa foi uma máquina tipográfica inventada por Johann Gutenberg, no século XV, capaz de reproduzir palavras, frases e textos através de caracteres ou o que se chamou de tipos móveis. Até então, a escrita restringia-se a modos de reprodução singularizados - como as escritas cuneiformes dos sumérios, os hieróglifos egípcios e os ideogramas chineses – que envolviam um artesanato da letra, ofício desempenhado pelos *escribas*.



Com a invenção da máquina, não era mais necessário copiar letra por letra, palavra por palavra, pois a partir de um molde, feito com os caracteres móveis, tornou-se possível imprimir quantas cópias fosse desejado. Segundo Chartier (2007), estaríamos cometendo um equívoco ao colocarmos o advento da escrita como uma revolução na história da humanidade, posto que, isso que chamamos de cultura não pode ser desvinculado da

própria história da escrita; no entanto, poderíamos localizar o surgimento da imprensa como um marco na relação do homem com a escrita e a leitura.

Mas de que nos serve essa homologia estrutural entre a história da escrita e a escrita como conceito lacaniano, homologia essa feita pelo próprio Lacan?

Segundo Prates Pacheco (2014), há um consenso entre os historiadores quanto aos critérios capazes de definir “uma escrita completa”: a) possui como objetivo a comunicação; b) deve consistir em marcas gráficas artificiais em superfície durável; c) deve usar marcas que se relacionam *convencionalmente* para articular a fala. Antes de uma escrita dita completa, muitos processos semelhantes à escrita existiam, mas não que seja possível chamá-los de pré-escrita, já que a emergência de uma marca à função de letra é da ordem de um acontecimento.

Essa definição converge com a sofisticação da questão por Lacan, com a formalização do discurso como aparelho de gozo, e nos oferece um esclarecimento quanto ao diagnóstico diferencial, em termos transferenciais, pelas operações de inscrição, escrita e leitura. Nesses termos, a figura do secretário proposta por Lacan remonta aos antigos escribas, não a um período de pré-escrita. Segundo Prates Pacheco (2014), foi necessário que Champolion encontra-se uma chave de decifração para que a Pedra de Roseta cumprisse sua função: no caso, Ptolomeu – o nome próprio, que é intraduzível -, que estava escrito em três escritas distintas, a hieroglífica, a demótica e o grego.

A orientação de tomar ao pé da letra os ditos do paciente contém o alerta de que, nas psicoses, sobretudo na esquizofrenia, a escrita exige uma decifração, tal como os sonhos, cuja chave de leitura não pertence ao mesmo molde que que o inconsciente estruturado como uma linguagem. É essa tarefa de tradução que torna o tratamento possível.

Para além da escrita como processo evolucionário, a escrita é um advento da humanidade. De que maneira? Entre o inconsciente e a história da escrita, a letra é a chave de decifração: o inconsciente é a própria história da escrita.

III. Os escribas e as escrituras sagradas

Em Freud, particularmente, a referência ao Egito ganhará destaque não apenas em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), mas também nesse que será uma releitura de *Totem e Tabu* (1913): *Moisés e o monoteísmo* (1939).

Do alto do *Har Nevo* (hebraico), na Jordânia, pode-se observar um panorama da Terra Santa, e, segundo a mitologia cristã, é nesse monte que Jeremias escondeu a *arca da aliança*, onde foram sepultadas as tábuas dos Dez Mandamentos, ou seja, a aliança entre Deus e o “povo escolhido”. Do Monte Nébo, Moisés ouve a voz de Deus - “*mostro-lhe para a veres com os teus olhos, porém para lá não passarás*” – e versou as leis divinas que deveriam fundamentar os laços da fraternidade

Couberam aos *escribas*, de acordo com o Antigo Testamento, copiar, recopiar, escrever, reescrever, as *letras da lei*. A formidável durabilidade dos traços egípcios na história da humanidade revela as peculiaridades desse ofício: quase sempre eram homens anônimos, responsáveis por calcular as dimensões e remodelar as peças para que sejam encaixadas em seu devido lugar, através de desenhos e inscrições que seguiam rigorosas normas gráficas. Cada imagem deveria ser acompanhada de um texto, caso contrário, perdia sua função; além disso, toda representação deveria implicar permanência, continuidade, sem ambiguidades.

Em sua tarefa, o escriba deveria tomar notas, registrar processos, redigir os livros funerários. Era o responsável não apenas por copiar os manuscritos, mas pelos registros oficiais, além de outras funções que desempenhava, como contador, arquivista e *secretário*. Num mesmo contexto criativo, encontrávamos pintores, desenhistas e artistas plásticos, posto que a pessoa que produzia o texto era a mesma que traçava os desenhos. Essa estreita relação se observa pelo fato de que o mesmo radical verbal era designado para escrever e desenhar: *traçar*. (RAMOS, 2017)

Por isso, o trabalho dos escribas era considerado uma arte: poucos a dominavam, o que restringia aos iniciados, não exatamente por critérios econômicos, mas pelo que se podia transmitir através da experiência – nem todos podiam cuidar dos *hieróglifos* (em grego, escrita sagrada). Segundo Ramos (2017), o escriba dominava o jogo de imagens e os signos gráficos, podendo escrever uma palavra de inúmeras maneiras diferentes: esticando, alargando e cortando as palavras, multiplicando os signos.

Ao longo da história, no entanto, observa-se uma desarticulação progressiva entre o ofício do escriba e a função secretário, ao ponto de se constituírem como personagens de atuações bastante distintas. Enquanto que o escriba foi vinculado a um trabalho quase passivo, como o dos monges copistas, o papel do secretário é reinventado pelas línguas latinas, a partir de sua derivação semântica da palavra secreto.

Em todas as línguas românicas o termo provém do latim *secretus* (é muito explícito), que na realidade é um adjetivo e que significa “separado, apartado, particular, especial, distinto, descartado, solitário... oculto e secreto”. Creio que é evidente nesse campo semântico que, para além dos termos em questão, está muito presente a ideia de que *o secreto sempre é secreto em relação à outra coisa que ele não é*. Quer dizer, supõe uma lógica binária, definindo sua condição em relação a outro termo¹³. (PEUSNER, 2016, p. 55)

No campo psiquiátrico, no entanto, o termo secretário do alienado é cunhado como uma censura em relação à abordagem do doente pelo psiquiatra. De maneira crítica, Lacan toma a concepção estabelecida, para “despsiquiatrizá-lo” e então circunscreve-lo nas referências freudianas do trabalho com o sonho, as quais não ignoram a origem histórica na figura do escriba.

A expressão secretário do alienado é cunhada pela primeira vez por Jean-Pierre Falret, em “*Des maladies mentales et des asiles d’aliénés: leçons cliniques e considerations générales*” (1864), médico psiquiatra da qual Lacan tomou como herança não apenas o termo, mas também um dispositivo clínico que sustentou de maneira consistente ao longo de toda sua atuação analítica, a apresentação de doentes. Ao contrário de Lacan, Falret propôs tal dispositivo contra a figura do secretário, pois acreditava ser necessária uma posição mais ativa na relação médico-paciente.

Segundo Falret (1864), na apresentação do doente, o médico deveria ocupar uma posição contrária ao que ele chama de romancista: quando o observador se deixa conduzir pela literalidade do fenômeno psicótico, reduzindo o material de observação à uma espécie de literatura fantástica. Da mesma maneira, deveria ser evitada a postura de narrador, o qual, a partir de um distanciamento, observa sistematicamente os fatos privilegiando não as manifestações particulares, mas as características comuns que permitem classificar a loucura em tipos e subtipos.

Se a posição de romancista, pouco científica, e de narrador, objetiva demais, devem ser rechaçadas, é porque ambas não permitem perceber os chamados fenômenos negativos da loucura, aqueles que não são facilmente identificáveis como o delírio e a alucinação. Nesse sentido, o psiquiatra, que ocupa o papel de observador na apresentação

¹³ Do original em espanhol: “En todas las lenguas romances el término proviene del latín *secretus* (es bastante transparente), que en realidad es un adjetivo y que significa “separado, aparte, particular, especial, distinto, descartado, solitario... oculto y secreto”. Creio que es patente en este campo semántico que, más allá de los términos en cuestión, está presente la idea de que *lo secreto siempre es secreto respecto de otra cosa que no lo es*. Es decir, supone una lógica binaria, definiendo su condición respecto de otro término”.

do enfermo, não deveria se reduzir à passividade de um estenógrafo de palavras (secretário do alienado), mas sim assumir uma posição ativa de intervenção, a fim de provocar os fenômenos mórbidos, e não aguardar que eles venham à tona espontaneamente. (FALRET, 1864) Observa-se que a apresentação de pacientes nasce, na tradição psiquiátrica, alinhada ao tratamento moral proposto por Pinel, o qual visava reincluir o louco não pela sua singularidade, mas pela domesticação daquilo que excedia ao funcionamento mental considerado normal.

Encontramos ao longo do seminário das psicoses um debate aberto de Lacan com as referências que compõem sua formação psiquiátrica – Kraepelin, Jaspers, Clérambault e o próprio Falret. No entanto, se por um lado ele sabe reconhecer o que pode ser tomado como herança para a clínica psicanalítica, por outro, assinala aquilo que não condiz com uma prática orientada pela política do inconsciente. No caso da apresentação de pacientes, segundo De Battista (2015):

[...] Lacan coloca em primeiro plano o sujeito: sua participação, sua divisão, seu sintoma, sua relação com o significante. O diagnóstico é criado para cernir melhor sua posição, e, de certa forma, nomeá-la e transmiti-la. Era audaz nas apresentações: assumia riscos, não poupava em interpretações, buscava a forma ativa, e ao mesmo tempo persistia em uma submissão estrita às posições subjetivas do paciente. Essa submissão, esse rechaço a reduzir tais posições ao processo mórbido, assinala sua posição em relação à escuta do psicótico e constitui uma enorme contribuição à elucidação da transferência nas psicoses¹⁴. (p. 89)

Nesse sentido, Lacan encontra nesse dispositivo não apenas uma maneira de extrair a lógica do caso, mas toma o secretário a partir de uma posição ativa de participação nas construções do sujeito, a qual inclui desde o trabalho de auxílio de decifração e nomeação, de pacificação de gozo, até o de fazer-se destinatário de um texto de função testemunho. Além disso, ao incluir a função secretário como um operador psicanalítico, parte do trabalho de Freud com as memórias de Schreber como ato inaugural.

¹⁴Do original em espanhol: “... Lacan pone en primer plano al sujeto: su participación, su división, su síntoma, su relación con el lenguaje. El diagnóstico es creado para cernir mejor esta posición, y en cierta forma, para normalarla y transmitirla. Era audaz en las presentaciones: tomaba riesgos, no escatimaba en interpretaciones, buscaba en forma activa, y al mismo tiempo persistía en una sumisión, este rechazo a reducir estas posiciones al proceso mórbido, signa su posición con respecto a la escucha del psicótico y constituye una enorme contribución de la transferencia en las psicosis”.

IV. Freud, o primeiro secretário

Aos poucos, na construção da ciência psicanalítica, Freud identifica semelhanças importantes entre as produções alucinatórias e delirantes das psicoses e o trabalho onírico dos neuróticos. Concomitante às crescentes discussões e divergências entre Freud e Jung a respeito da libido, bem como de sua relação com o eu, a partir de 1909, chega ao conhecimento de Freud a existência da obra de Daniel Paul Schreber, intitulada por *Memórias de um doente de nervos*, publicada no ano de 1903, e que será tomada como caso clínico por Freud.

Em 1884, aos 42 anos de idade, após a candidatura fracassada ao cargo de deputado do Reichstag, o presidente Schreber tem sua primeira crise, em um episódio de depressão e hipocondria. Ele é então internado na clínica do professor Flechsig, em Leipzig, da qual sai após seis meses, com um grande sentimento de gratidão, atribuindo a responsabilidade de sua cura ao Dr. Flechsig

Após quase dez anos estabilizado, em 1893, aos 53 anos, Schreber tem a segunda crise, quando da nomeação para a Presidência da Corte de Apelação de Saxe. A crise se inicia a partir de uma insônia e, sofrendo de um delírio persecutório, Schreber é internado novamente. Após quinze dias sob os cuidados de Flechsig, agora figura persecutória, é transferido para o asilo *Sonnstein*, do Dr. Weber, no qual redige suas memórias, com a intenção de apresentá-las às instâncias competentes e assim produzir sua desinternação. O texto é publicado dois anos depois, mas Schreber é internado novamente, situação que se manterá até a sua morte.

A essência do delírio de Schreber se encontra na emasculação e na transformação em mulher, de maneira imperativa e sob um abuso sexual do qual não poderia fugir. A construção do delírio se faz em dois eixos.

Primeiro, no polo persecutório, tudo perde a consistência e diante das fronteiras esgarçadas entre o dentro e o fora, a inconsistência interna é transposta para o mundo exterior. Flechsig é o primeiro perseguidor: o instigador dos “assassinatos de alma” descritos por Schreber e como mentor de um complô que o transformaria em mulher para ser imperiosamente entregue a todos os homens, tendo após o ato seu corpo abandonado à putrefação. Em um segundo momento, Deus toma o lugar de Flechsig, quando das alucinações e da experiência de deterioração interna, de seus órgãos. No entanto, Freud

(1913) observa que, na verdade, Flechsig nunca deixara a posição de protagonista, mesmo pela passagem à entrada efetiva de Deus.

Segundo, temos a solução, que não é permanente, da transformação em mulher, pelo bem da humanidade. Em uma espécie de redenção, a fantasia de emasculação se associa à ideia do martírio – o projeto divino de se deixar fecundar por raios divinos para então repovoar o mundo. Schreber mantinha, nesses termos, ao mesmo tempo, um sentimento de admiração e raiva em relação a figura de Deus, já que este lhe exigia uma experiência de gozo fenomenal, que apenas uma mulher poderia vivenciar.

A publicação é etapa fundamental de um processo de tomada de consciência, de maneira objetiva, de seu laço particular com Deus, através dos delírios místicos e da transformação em mulher. Lacan (1955-56) reconhece no ato de publicar uma demanda de reconhecimento pela comunidade científica, enquanto um Outro que pudesse autenticar sua palavra e, assim, conferir-lhe um valor de verdade. O texto escrito confere materialidade ao delírio, onde o endereçamento à Flechsig, aquele que orchestra a missão divina, representa o consentimento de Schreber em servir à humanidade.

Embora tivesse restrições em relação ao estabelecimento da transferência nos casos de psicose, Freud deixou como herança orientações em relação à direção do tratamento, ao reconhecer o delírio não apenas como uma tentativa de cura, mas também como uma modalidade de escrita. Desse modo, segundo De Battista (2015), Lacan reconheceu no ato de Freud, ao se deixar conduzir pelo texto do presidente, uma subversão da clássica posição do alienista e, sobretudo, uma convocação aos analistas a respeito da função da escrita na clínica psicanalítica.

Ao mesmo tempo, Lacan considera que Schreber pode ser tomado como escritor, mas não como poeta, pois, em sua escrita, ele não introduz nenhuma novidade do ponto de vista da criação, já que isso a que chamamos de poesia deve permitir um novo tipo de ordenamento simbólico da realidade. Encontramos no texto de Schreber uma produção expressiva, pelo que a caracteriza como um testemunho objetivamente científico: um texto fechado, completo, muito bem acabado. No entanto, isso não oferece nenhum indicativo de que se trata de uma solução capaz de pacificar a experiência angustiante que Schreber nos relata – o quadro que sucede à publicação sugere que a tentativa fracassa, pois é como muitas produções discursivas próprias da paranoia, as quais “desenvolvem-se com toda a força aliás, a maior parte do tempo, em produções literárias, no sentido em

que *literárias* quer dizer simplesmente folhas de papel cobertas com escrita” (LACAN, 1955-56, p. 93).

Segundo De Battista (2015), o ato inaugural de Freud, de tomar ao pé da letra o texto psicótico, referendado por Lacan, levou muitos analistas a retomar a articulação entre vida e obra de muitos escritores, artistas e filósofos, como por exemplo, Rousseau, Artaud, Fernando Pessoa, Van Gogh, dentre outros. No entanto, se os escritores criativos antecedem ao psicanalista, isso não nos autoriza a fazer uma equivalência entre o saber-fazer com alíngua do psicótico e o saber-fazer com alíngua de um artista. Como abordamos no capítulo anterior, se essas modalidades não são a mesma, elas podem se articular, o que nos traz, do ponto de vista da direção do tratamento, a premissa ética em discriminar aquilo de escrita que opera como estabilização.

V. Lacan e a namorada das palavras

Aimée, Marguerite Jeanne Anzieu, francesa que tenta matar uma atriz, a qual encarnava seu ideal de mulher famosa, e, portanto, a representava, é atendida por Lacan ainda em sua atuação como psiquiatra. Caso apresentado em sua tese, é considerado por Lacan, em “*De uma questão preliminar...*” (1957), como a experiência responsável por conduzi-lo à prática psicanalítica. Se percorrermos a tese, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* (1932), poderemos reconhecer uma relação muito próxima e particular de Aimée com a escrita, desde o seu primeiro relacionamento amoroso, com um poeta pouco expressivo, o qual Lacan nomeará de “Don Juan de vilarejo”.

Separados, Aimée lhe endereça inúmeras cartas, durante cerca de três anos, fato que acompanha a construção de um delírio de teor persecutório: ela quer se tornar uma “mulher das letras e das ciências”. Já casada, para concretizar seu ideal, manifesta a vontade de migrar para a América, onde ela se tornará uma romancista famosa – Marguerite Pyrols será seu nome.

Diante do agravamento de seu estado, é internada pelo marido, e então escreve o seu primeiro romance, *O Detrator*, em apenas uma semana. O enredo se passa em um ambiente bucólico e tem sua protagonista em uma jovem que, ao ser seduzida por um casal de intrigueiros, perde seu grande amor e morre de desgosto. A trama encena a relação de Aimée com a irmã mais velha e o cunhado.

Como mulher de letras – é patente a contiguidade que a língua francesa pode oferecer, entre carta (lettre) e letra (lettre) -, ela passa a endereçar cartas ao Príncipe de Gales, com o qual desenvolve uma paixão erotomaníaca, influenciada pela literatura de seu autor preferido, Pierre Benoit, o qual também se tornará integrante da série persecutória.

Cerca de 18 meses antes da tentativa de homicídio que a conduz ao encarceramento, a polícia a detém após perseguir um jornalista, na insistência de que ele *publicasse seus escritos*, pois gostaria de se tornar uma romancista famosa. Um ano depois, envia para uma editora todo o seu material para publicação, o qual é recusado – Aimée recebe a notícia pela empregada e a agride violentamente. Cinco meses depois, começa a entrar em conflito com o marido, até que um dia o agride com um vaso na cabeça e decide se divorciar e ir embora para Paris com o filho.

Em 19 de abril de 1931, às 8 da noite, Aimée se dirige ao teatro Saint-Georges. Lá, interpela a atriz em cartaz com a peça “*Tout va bien*”, inspirada em um romance de Benoit, Huguette ex-Duflos: “você é a senhora Z”? A atriz responde que sim, e, ao se virar, depara-se com Aimée avançando sobre ela com uma faca, da qual se defende com o braço. Huguette é ferida na mão e Aimée, após detida, diz que aquela mulher a perseguia e a ameaçava, em parceria com Benoit. Já em tratamento com Lacan, Aimée reconstrói os momentos anteriores ao ato: estava indo para a casa do ex-marido ver seu filho, mas então, por uma idéia delirante fixa, decide atacar qualquer inimigo com o qual cruzasse primeiro. (ALLOUCH, 1990).

Segundo Lacan (1932), é a intrusão fraterna que promove a derrocada na interpretação delirante e conduz Aimée ao ato. Aos 18 anos de idade, Aimée vai morar por três meses com um tio, que não por acaso era casado com sua irmã mais velha. Ali, ela fica submetida à autoridade da irmã, a qual assumira o lugar de conselheira. Alguns anos depois, quando Aimée já estava casada e era mãe, a irmã se divorcia e vai vier com ela: diante da incapacidade de ter um filho, por conta de uma histerectomia completa, e do agravamento do quadro paranoide de Aimée, ela assume o controle da casa e os cuidados do sobrinho.

Huguette é um dos perseguidores, entre os quais se estabelece uma continuidade metonímica no delírio, e que representam aquilo que Aimée “gostaria de...”, mas considerava incapaz de ser: mulheres intelectuais, muito conhecidas, que dispunham de grande reconhecimento e que gozavam de muita liberdade social, em uma posição dominadora.

A partir do momento em que Aimée se vê impossibilitada de cuidar de seu filho devido a sua enfermidade (quando se produz um novo desencadeamento da psicose), a irmã toma seu lugar, se encarrega de cuidar da criança e a substitui nas tarefas maternas. Lacan destaca a dominação que essa irmã exerce sobre Aimée. Ela representa, para Aimée, a imagem do ser que ela é incapaz de realizar. (TENDLARZ, 2013, p. 91)

Com a passagem ao ato, temos como primeiro efeito a queda da construção delirante, através de uma satisfação de autopunição: aquela atriz representa um ideal, é objeto de amor, mas diante de uma impossibilidade, recebe todo o ódio – sobretudo, é um reflexo da própria Aimée, que se auto-castiga. Aimée esfaqueia a si-mesma, mas é somente com o encarceramento que compreende o que ocorreu e realiza o seu desejo de eliminar um mal irrefreável que a consumia.

Aimée ensina para Lacan não apenas a função simbólica que o direito penal pode exercer em alguns casos de psicose, mas a relação do automatismo mental com a produção delirante, assim como sobre a literalidade consistente da escrita paranoica. Essa escrita pode ou não produzir efeitos literários, e diante dela, não cabe ao analista recuar – ao aceitar participar da construção da ficção de Marguerite através da escrita do caso, “A amada”, Lacan é conduzido ao discurso analítico, o que implica pagar o preço do apagamento dessa modalidade de laço transferencial, anonimato tal como os dos antigos escribas. Isso converge com a escrita do discurso analítico:

$$\frac{a}{S_2} \longrightarrow \frac{\$}{S_1}$$

Em outras palavras, o discurso analítico realoca o saber no outro, quando o toma como sujeito, ou seja, só o sujeito pode testemunhar a especificidade de sua relação com a linguagem, em diferentes ordens.

VI. Destraqueumatização: a ortografia de Misael Matraga

Em *O momento de concluir* (1977), Lacan afirma que, em uma análise, o analisando endereça sua fala ao analista e, como resposta, recebe um ponto, o corte do analista. É dessa maneira, através do corte, que o analista participa das construções do paciente.

O analista corta. O que ele diz é corte, isto é, participa da escrita, na medida que equivoca sobre a *ortografia*. Ele escreve de um modo diferente, de maneira que, *pela graça da ortografia*, soa outra coisa que é o que é dito com a intenção de dizer, isto é, conscientemente, na medida em que a consciência não é evidente. (LACAN, 1977, p. 4)

Se tomamos o conjunto de regras que permitem o uso da língua, a gramática, a ortografia é a sua parte preocupada com a escrita “correta” dos sons, resumindo-se à forma do emprego das letras, a partir do que é comumente sancionado. A ortografia é, nesse sentido, a representação escrita de uma língua, a *traição das homofonias* – apesar de compor o que se refere à gramática normativa, a ortografia opera por forçamentos, aproximações, ou seja, não está livre da ambiguidade.

Poderíamos construir um profícuo dicionário, a partir das palavras endereçadas por Misael através da carta transferencial, da qual me faço ausência pela presença do ponto. TERROREMA, por exemplo, escreve a relação amorosa estabelecida com o escriba: “*Teo – homófona de Léo -, eu te amo*”.

NEOLOGISMO	DERIVAÇÕES
TERROREMA	Teorema, terror, dor, amor, mãe, temer, teu
DISCOGNÓSTICO	Disco, dio, gnóstico
MESAQUI	Meu, aqui, mês
MELHORA	Melhor, hora.
TOPETE	Peter
ASSINATURA	Assassinar, assinar

A questão da ortografia nos permite estabelecer duas formalizações, quanto à posição do analista na relação transferencial, bem como no que de sua disposição com as letras opera em termos analíticos.

Do lado da relação transferencial, que diz respeito à entrada no sujeito em uma modalidade de laço, a posição do analista não é instituída pela posição de suposição de saber, como no discurso histórico, mas sim como um secretário (S_2) a serviço de seu mestre (S_1). Com essa entrada, o secretário imprime uma abordagem imaginarizada de letra, introduzindo uma consistência de sentido ante a contiguidade *simbólico todo real*. Isso devolve à Misael, sob a forma da pergunta precisa, a articulação entre significante e

significado: o que é mês, aqui, discognóstico, melhor, hora? Se a entrada em análise ocorre exatamente pela falta de amarração, a deriva metonímica, que parece se assemelhar a um tipo de associação livre, a direção do tratamento pela paranoização atinge sua eficácia desde que a decifração dos neologismos através do corte propicie a precipitação de sentido.

A função secretário tem por função, tal como formaliza Lacan no discurso do mestre, introduzir um S_2 o qual pode ser lido como limite, pacificação, borda. Isso permite o estabelecimento de um par de oposição significante ($S_1 \rightarrow S_2$), inscrevendo o sujeito em um laço discursivo, onde TERROREMA exerce a função significante de comando (S_1), barrando a proliferação.

Essa emergência dessa simbolização pela abordagem significante da letra, ainda que transitória em muitos casos, ordena o tempo e o espaço do sujeito, e, de alguma maneira, o enlaça com os laços ordenadores do corpo, ao reacomodar os fenômenos inconscientes da palavra em estrutura de linguagem. No entanto, essa operação de ciframento aporta que aquele que está na posição discursiva do amo (S_1) não está dividido ($\$$), já que a verdade do sujeito se encontra rechaçada. (PEUSNER, 2016)

$$\frac{S_1 \rightarrow S_2}{\$ // a}$$

Isso poderia explicar, inclusive, a tentativa de cura encontrada por muitos psicóticos através do direito penal, dado que o discurso das leis converge com o funcionamento inconsciente estruturado como discurso. No entanto, a paixão de Misael pelas letras coloca que todo discurso estabelecido encontra seu agente no semblante, ou seja, trata-se de uma ilusão, apontando exatamente para o desconcerto da divisão do sujeito. Ao contrário da paranoia que responde à impossibilidade de fazer dois pela consistência, a esquizofrenia encontra na destituição o ponto de responsabilidade do sujeito.

Temos, nesses termos, o limite do alcance da função do delírio, assim como das construções delirantes em análise de esquizofrênicos. Como abordamos no capítulo anterior, os operadores que a literatura psicanalítica pode fornecer ao tratamento da esquizofrenia são pontuais, posto que o alicerce das elaborações lacanianas na clínica das psicoses parte do referencial da paranoia. Podemos dizer que a construção

TERROREMA, que não possui a mesma função que a metáfora delirante, por exemplo, cumpre a função de estabilização, mas é na assinatura do nome que Misael inventa o que podemos chamar de desinternação singular.

Ao inventar um nome para sua origem, Mesaqui, ele esvazia qualquer afiliação possível que pudesse conferir algum sentido à sua existência. Em contrapartida, a decomposição desse nome mítico o coloca como o criador de sua própria cronologia e assim inaugura uma escrita nova, diversa daquela que redigiu em TERROREMA uma ancoragem. Nesses termos, ele *tira da letra de seu nome* não apenas a *as-sinatura* de sua arte, mas a originalidade intraduzível, intransponível de seu tratamento: *destraqueumatização*. Assim, ele *as-sume* seu lugar de causa (a) de jogo de linguagem, estabelecendo um fora no discurso – o radical *traque* é uma expressão onomatopaica que designa, estouro, e que no vocabulário médico é utilizado para designar isso que sai pelo ânus. É nesse ponto que se encerra o tratamento de Misael: como *As*, ele se faz o radical que constitui as próprias palavras (S_1), mas não fora do laço.

$$\frac{a}{S_2} \longrightarrow \frac{\$}{S_1}$$

A análise de Misael termina pois, para além da posição de secretário, não podemos nos esquecer de nossa posição discursiva, a saber, a posição de objeto causa, o que assinala que, em dado momento do tratamento, uma concorrência honesta se estabelece. Não por acaso, a partir de sua desinternação definitiva, tomo ciência que Misael inicia uma intensa *atividade ex-crita* que produzirá inúmeros efeitos de enlace -trata-se de uma “Saga”, narrativa mitológica composta de inúmeros incidentes, a partir de uma estrutura de ficção.

Eis que surge Ochin Sassixa que podia mover objetos por telepatia, ler o pensamento das pessoas, falar através dos sonhos e também fazer previsões. Usando seu poder de previsão descobre onde está a Capsula. Através de telepatia traz a Capsula para a Nave Mãe.

Ochin Sassixa, através de seus sonhos influência Hadyja a se tornar uma pessoa do bem. Ambas passam a trabalhar juntas. A primeira ação boa foi criar um prato novo chamado yakisoba. Construíram um atacadista para o universo.

Uniram suas forças para fundir as duas em uma, como se fosse Mercúrio. Foram as

primeiras Amazonas a surgir no planeta. Com a fusão ampliaram seus poderes e replicaram criando multi amazonas. Através de sua multiplicidade formaram várias tribos e foram batalhar o inimigo da galáxia (ganguê do preconceito).

Parte do grupo se desprende e veio para a Terra. Acharam que era uma maravilha. Deparam-se com fanqueiros se decepcionaram com o que viram e resolveram se matar. Segundos antes a multiplicidade mãe, através da telepatia fez com que unissem suas forças e mudassem a rotação da Terra e o que era noite voltou a ser dia, então se pode pensar em um novo amanhecer.

Não se trata de final de análise, tampouco nos permite considera-la uma literatura equivocadora como a de Joyce, muito menos um texto delirante como o de Schreber. Usando da língua comum, Misael passa sua língua através de uma esquizografia: nada sofisticada, não o torna um escritor, mas utilizando-se do sintoma a ser corrigido, ofereceu-nos uma resposta inédita.

No mais, concordamos com De Battista (2015), ao afirmar que há uma distinção entre teorizar a partir de um caso não tratado pelo analista investigador e abordar psicóticos analiticamente, para transmitir o que há de novo em cada tratamento, pois se no primeiro caso é comum tropeçar na demonstração e na ilustração, no segundo, a disposição do analista produz os mais interessantes efeitos. Isso quer dizer que, desde seu nome e sua história, sustentados por seu corpo, o analista encontra as premissas suficientes para operar com tal *dis-posição*, sem prescindir das referências clínicas, e assim formalizar inquietações que possam alargar o que a psicanálise tem a dizer sobre sua eficácia enquanto cura.

CAPÍTULO V

Quarta lição: a função do direito penal

A primeira visita domiciliar foi angustiante para Misael. Dentre os episódios significativos, está a sessão de acolhimento no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) correspondente ao seu território. Junto ao irmão, ele é recebido pela assistente social, diretora da unidade, e pelo psicólogo de referência, ISMAEL. A fala dispersa causa horror à equipe e seu tamanho suscita pavor nos usuários do serviço. Uma das técnicas de saúde, munida de seu prontuário médico-legal, faz uma interpelação: “este é o irmão que você tentou matar, Misael? ”. Ao final do encontro, recebe um diagnóstico vivido como exigência superegóica: “Você não está bem!”.

A resistência produz efeitos primeiro na construção da rede. Diante da distância considerável entre o Caps e sua residência, e das queixas de Misael – dificuldade de andar, dor insuportável na coluna -, Ismael solicita junto à prefeitura o serviço de transporte especializado, direito assegurado por lei e que, no entanto, recebe um parecer desfavorável da equipe de saúde. Isso porque os alertas de Misael são interpretados pela equipe como malemolência e negação em aderir ao tratamento, obrigatório por lei. Sem saber como lidar com a situação, Ismael telefona à direção do hospital, exigindo que o irmão seja reconduzido à internação imediatamente.

Em seu retorno, Misael interroga o porquê da exigência de que, ao longo da liberdade condicional, deva realizar tratamento no Caps por um ano, já que, de acordo com seu parecer, sua medida já venceu.

- Eu não quero mais estar preso ao Estado. Eu não quero mais ficar garrado no Estado, eu acho que quanto mais eu caminho, mais eu fico garrado no Estado, sabe, garrado com as unhas. Nesse ano eu quero estudar, terminar de estudar, conquistar um Ensino Médio para poder trabalhar. Eu acho que eu posso alcançar o meu pleno sozinho. Eu me cuido, eu me trato, acho que eu dou conta do meu pleno. Eu quero a minha liberdade, eu tomo medicação, mas isso é tudo paliativo, eu tenho condições de sair daqui, então, mas por que ter que dar satisfação?

No esforço de dar continuidade ao processo construído, após uma reunião com a equipe técnica de saúde, decidimos por uma visita do analista ao Centro de Atenção

Psicossocial, com uma proposta bem definida: viabilizar a possibilidade da continuidade do tratamento analítico de Misael, na unidade. Ismael, psicólogo, duplo de Ismael, o gêmeo, demonstra-se aberto à construção da rede, disposição que não encontramos junto à direção. Em um primeiro momento, um equívoco parece tornar a conversa mais fluida: sou tomado como o psiquiatra do hospital, esse que poderá assegurar que, pelas palavras de um dos profissionais, *“esse criminoso não poderá oferecer risco para nossa comunidade”*. Desfeito o mal-entendido, sou então tomado como intruso: *“porque é que você tem essa disposição se aqui não receberá nada?”*.

Diante de tal inviabilidade, a equipe do hospital decide persistir na construção da desinternação com o irmão e a família, e, felizmente, Ismael, *a referência*, manifesta o desejo de manter contato comigo, via telefone ou em encontros em meu consultório. Misael, em contrapartida, mantém suas interrogações, não sem recuar em relação à responsabilidade de sua assinatura:

- Eu sei que escolhi vir para cá, mas agora eu já estou aqui há muito tempo. Eu pedi para vir para cá, era muita coisa, turbilhão que não imagina, o metal que caiu em cima de mim, olha aqui – aponta novamente para a cicatriz na perna – aí eu não dava mais conta. E não é engraçado conviver com maluco, não é mesmo. Pô, se eu fosse sair para roubar, matar, como muita gente que tem aqui, mas eu só quero sair para trabalhar...

Ele quer ser *fera* naquilo que sabe fazer melhor, mas, sob o lastro da periculosidade, precisa desfazer esse equívoco quer mostrar *a fera* que é, contra *a fera* pela qual é tomado pelas pessoas. É através do trabalho que Misael efetua essa virada: começa a participar das atividades de economia solidária, mais especificamente das oficinas terapêuticas de mosaico – a partir de suas produções artísticas, técnicos e usuários, como ele diz, passam a dar maior importância para seus desenhos, do que pelas palavras soltas que pronuncia.

Paralelo a isso, Ismael, o gêmeo, parece consentir ao convívio, quando decide trazer as filhas da casa dos avós maternos, então afastadas por “questões de segurança”. Soma-se aos sobrinhos o retorno de outro personagem: debilitado por um câncer pulmonar, o pai é acolhido sob os cuidados de Misael, com o qual passa a morar na edícula: *“você é um gênero psicanalista muito bom, gênero psicanalista, com você eu aprendi que não devo deixar a fala do outro me atravessar e que a liberdade não é algo que se reivindica, a liberdade mora dentro de mim... Agora cuidando de meu pai, ele é cada vez mais um pai morto para mim...”*, ele revela.

Após a desinternação definitiva, tomo ciência por Ismael-*referência* que, desde o encerramento do tratamento analítico, Misael abandonara as atividades de mosaico, passando a se dedicar à atividade de escrita, pela qual angaria o respeito definitivo da unidade: a *coluna* semanal, na qual conta uma Saga.

Na nave mãe Mr. Gandalf é solicitado para instruir seus seguidores.

Graças a Bayer Pondes sacou do bolso um tubo de super bonder que resolveu os problemas da galáxia, colando os caquinhos da Nautiluz que volta a funcionar.

Mr. Gandalf vai até a Nautiluz e viaja ao mundo de Shakespeare que é governado pela princesa Hadyja (que só fazia as coisas por barganhas), este planeta por falar em saxofone tinha um satélite chamado Vivaldi.

No planeta Shakespeare tinha um baú com a Arca perdida que contém segredos espirituais e cuja chave encontra-se em poder de Hadyja.

M.r Gandalf ofereceu o restinho do tubo de super bonder em troca da chave.

Hadyja recusou querendo mais, solicitando a Mr. Gandalf uma parte dos seus conhecimentos relativos ao Cristal da Cura.

Mr. Gandalf aceita fazendo o que ela pede com humildade, impondo uma condição, que ela não seja usada para fins maléficis.

Por sonete de fundo na abertura da arca se tocou cavaleira.

Da Arca saiu milhares de espíritos que tinham sido aprisionados dela por preconceito.

Esses espíritos que tinham muita luz ficaram frente a frente com Mr. Gandalf e descobriram os segredos da Cápsula.

Qual seria o segredo da Cápsula de Tutankamon?

E assim, durante cerca de um ano, religiosamente, Misael publicou sua esquizografia. Sofreu um enfarto fulminante, uma semana antes de tornar-se caso, pela primeira vez, na Rede Clínica do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo.

I. Os antecedentes do indivíduo perigoso

Em “Ética, política e sexualidade” (1984), Foucault descreve a evolução da concepção de indivíduo perigoso: com o surgimento de uma nova epistemologia ao final do século XIX, o homem foi tomado como objeto de estudo em uma nova estrutura discursiva, com

o intuito de produzir saber, e não qualquer saber, mas aquele que pudesse fundamentar políticas de controle dos corpos. Sobre essa ordenação de gozo, Lacan assim a escreveu:

$$\frac{S_2}{S_1} \longrightarrow \frac{a}{\mathcal{S}}$$

É nesse contexto que surge a psiquiatria, não apenas como especialidade médica, mas também como componente do que se denominou por *higiene pública*. Esse giro discursivo também promoveu uma mudança no campo jurídico, o qual, para além das leis e das penas, tomou para si as variáveis da punição, ou seja, por quê e a que a pena deve ser aplicada. (BARROS-BRISSET, 2011)

A invenção de um diagnóstico, a *monomania*, foi a “joia no dedo” para um compromisso entre a medicina e o direito penal, assinala Foucault (1977), tornando a concepção de indivíduo perigoso tão natural aos juristas e aos médicos psiquiatras, em geral.

Nesses termos, a periculosidade é um conceito intrínseco ao homem moderno, tal como nos ensina a história. As tragédias gregas, imortalizadas por Sófocles e Eurípidas, embora já apresentassem a loucura como elemento do conflito inerente ao homem grego, ainda não a predicavam como patologia ou ameaça. O crime, fosse ele praticado por um louco ou não, era concebido como uma resposta de cada sujeito às determinações divinas, ou, como por exemplo, em *Antígona*, uma convocação aos traçados do destino. (BARROS-BRISSET, 2011)

Mesmo Hipócrates, considerado o “pai da medicina”, descrevia o adoecimento mental como um acontecimento episódico capaz de acometer qualquer indivíduo. Além disso, cada doença possuía suas próprias particularidades e, portanto, um tratamento proporcional, capaz de responder às suas singularidades. Isso nos sugere que a responsabilidade grega, então, alicerçava-se sobre outros pressupostos, o que tornava bastante incompreensível uma avaliação da personalidade de um autor em decorrência de sua ação. Mas, digamos que muito aconteceu, o tempo passa...

Primeiro, a partir do século VIII a. C., Atenas sofre considerável expansão territorial, evento que trouxe grandes transformações sociais. Comerciantes e artesãos, que passaram a desfrutar de certa ascensão social, aumentaram a pressão sobre a aristocracia – os

eupátridas, os senhores de terra- para maior participação política. A fim de conter as revoltas populares, os eupátridas nomearam membros notórios da aristocracia, incumbidos da função específica de elaborar leis: os legisladores.

Em 621 a.C. Dracon funda o direito ático, ao introduzir *as primeiras leis escritas*. Até então, as leis eram transmitidas apenas oralmente e tinham por base os costumes. Porém, a severidade draconiana não conseguiu amenizar a insatisfação popular, mesmo que alguns de seus sucessores, como Sólon e Clístenes, tenham ampliado a participação política. As reformas realizadas, na verdade, buscaram assegurar os pressupostos elitistas do direito ático: a participação política de acordo com a renda e a restrição da liberdade como fundamento da pena máxima. A *lei do ostracismo* presumia que todo cidadão que representasse uma ameaça à ordem democrática deveria ser expulso e ter seus direitos políticos suspensos pelo período de dez anos.

Segundo, no caminho da civilização construíram Roma... o Tratado deixado por Hipócrates sofreu uma série de alterações, sobretudo através de Galeno, o qual fora seu único tradutor por mais de quinze séculos. Galeno, médico oficial dos imperadores romanos da dinastia dos Flávios e dos Antoninos, atribuiu à doença mental um caráter de “déficit permanente”. Segundo Barros-Brisset (2011), ao contrário de Hipócrates que retirava suas conclusões a partir das observações fenomenológicas dos sintomas dos pacientes que atendia, Galeno transmitia a medicina através de conferências sobre higiene pública que contemplavam aulas práticas: a dissecação do sistema nervoso de macacos.

Para além das macaquices, a questão é que a medicina grega nos foi traduzida por Galeno a partir de uma chave de leitura organicista: a loucura não é passageira, mas efeito de uma lesão permanente no sistema nervoso central.

A ideia de déficit permanente permanece até os dias de hoje. Ainda que a ideia de lesão do encéfalo não esteja mais presente como sustentáculo das afecções nervosas, o sentido que essa ideia estabeleceu, a saber, que os “lesados” eram portadores de um “déficit permanente”, não mais desapareceu do discurso médico e é um elemento importante na confecção da ficção conceitual da periculosidade... (BARROS-BRISSET, 2011, p. 40)

Em uma passagem de tempo, a partir da Idade Média, a concepção de doença mental cede lugar à ideia do mal moral, com a criação do conceito de livre-arbítrio e a localização da responsabilidade pelo mal nos homens.

Para Santo Agostinho, por exemplo, o mal não possui substância em si, mas consiste num desvio da atitude: o pecado. Esse desvio de caminho deve ser corrigido pelo sacrifício através das penitências e das peregrinações. Com as peregrinações, surgem os primeiros hospícios, antes como hospedagem, depois como lugar de cuidados de doentes, mas ainda assim sem a concepção de indivíduo perigoso. (BARROS-BRISSET, 2011)

Em São Tomás de Aquino, a concepção de pecado sofre um giro radical. Se na perspectiva agostiniana o mal surgiria em uma situação pontual, aqui passa a se encarnar na matéria do mundo: certos humanos podem portá-lo permanentemente.

Importante destacar que mesmo assim não encontraremos a figura de indivíduos perigosos, e sim a de anjos ou indivíduos possuídos. E outra vez os loucos estavam por aí, sem distinção. Desse período, vai restar essa mutação na ideia do mal: este deixou de ser um desvio possível a todos, desde o pecado original, ou seja, na origem do homem também está o mal e o que cada um vai fazer com isso é por conta de sua responsabilidade (livre-arbítrio) – tese agostiniana; e passou a ser concebido como algo que está nas coisas, como uma qualidade imanente em alguns anjos e encarnado em alguns corpos, e estes indivíduos, cujos corpos forem possuídos, não serão responsáveis pelo o que seus corpos fazem enquanto perturbados pelo demônio. (BARROS-BRISSET, 2011, p. 42-43)

Desse período, o Santo Ofício da Inquisição deixará como legado os extensos manuais de seus inquisidores – no futuro, os manuais psicopatológicos. Além disso, persistirão alguns dos mecanismos de perseguição e condenação, mesmo com a recuperação de ideais greco-romanos pelo movimento renascentista. E é exatamente com a “Era da Razão” que se inaugura tanto a diferenciação científica da loucura quanto um dispositivo específico para o seu tratamento, o manicômio.

A loucura torna-se uma questão médica, principalmente com o aparecimento de um protagonista-celebridade, Pinel, que reformulará o conceito de alienação mental: o alienado possui um déficit moral enquanto efeito de uma lesão permanente do sistema nervoso central. Intrínsecas à doença, estão a violência, a crueldade, muitas vezes observáveis apenas nos atos criminosos. O louco não é responsável pelo mal que lhe acomete tampouco é criminoso... ele não sabe o que faz!

[...] foi na obra pineliana que, de fato, se inaugurou a ideia de uma loucura perigosa por si. Isso é possível porque sua teoria refundou o conceito de alienação mental com base na tese do déficit moral. Desde então, veremos

a ideia de uma loucura perigosa, imprevisível, violenta, sem culpa e sem razão. Demente sim, não criminoso. A doença desculpa o crime, atos sem culpa. Por isso, o tratamento passa a ser moral. (BARROS-BRISSET, 2011, p. 45)

Estavam postas as condições para um novo dispositivo de controle social.

II. O louco criminoso no Código Penal Brasileiro

O Código Penal Brasileiro retira sua validade das premissas contidas na Constituição Federal (C.F.) de 1988. Esta é um sistema nacional de proteção e garantia dos direitos humanos fundamentais, positivados pelo código jurídico nacional e assegurados, pelo menos em tese, por convenções internacionais.

Os princípios do controle exercido pelo Estado via Código Penal se sustentam, mais precisamente, no art.5º da C.F. de 1988, e encontram-se atrelados aos ideais de liberdade e igualdade, componentes do *projeto iluminista* disseminado pelas revoluções burguesas do século XVIII.

O esboço do Código Penal Brasileiro se inicia com o descobrimento, em 1500, orientado pelo Direito Lusitano, quando vigoravam em Lisboa as ordenações (afonsinas, manuelinas). No entanto, a colônia pouco se adequava à realidade jurídica portuguesa, em virtude do poder conferido aos donatários, graças às “Cartas de Doação”. Havia, segundo Bitencourt (2011), um regime despótico:

[...] sustentado em um neofeudalismo luso-brasileiro, com pequenos senhores, independentes entre si, e que, distantes do poder da Coroa, possuíam um ilimitado poder de julgar e administrar os seus interesses. De certa forma, essa face colonial brasileira reviveu os períodos mais obscuros, violentos e cruéis da História da Humanidade, vividos em outros continentes. (p. 77)

Em 1603, sob as ordenações filipinas, no reinado de Felipe II, a criminalização era generalizada, passível de perna de morte e outras sanções cruéis baseadas na violência física – a primeira Constituição Brasileira só teria lugar em 1824, pela outorga de D. Pedro I. Em 1830, o imperador sanciona o Código Imperial Criminal que apresentava influências de Bentham, Beccaria e do Código Penal Francês de 1810, dentre outras.

Beccaria (1764) apresentou os pressupostos para um novo dispositivo penal, a pena privativa de liberdade, comprometido com a reforma moral do homem. No entanto, em “*Dos delitos e das penas*” (1795), a loucura ainda não desculpava os crimes graves, fato que só ocorrerá em 1810, com a reforma do Código e a inclusão da perspectiva pineliana no conhecido artigo 64 do Código Penal Francês.

Da concepção de doença mental presente no Código Penal Brasileiro atual, ela escreve um modelo de intervenção penal efeito do diálogo e das tensões entre o campo da psiquiatria e o campo jurídico. Desde o período imperial, o saber psiquiátrico esteve comprometido com um projeto de construção da nação e de manutenção da ordem social, fundamentando-se nas concepções de degenerescência moral de Morel e da antropologia criminal de Lombroso, o que ampliou o lugar da psiquiatria como instância de controle social. (PERES e NERY FLIHO, 2002)

A discussão que tangenciava o campo jurídico e o campo médico era sobre o destino do louco infrator: presídio ou manicômio? Coube à psiquiatria resolver tal impasse, a partir da criação dessa categoria clínica, a monomania homicida.

Esquirol define a monomania como uma mania demencial, cujo quadro sintomatológico torna-se viável apenas no ato criminoso, sendo que a faculdade intelectual do indivíduo permanece intacta antes e depois da ação. Trata-se de um déficit moral inato, preservando a ordem do raciocínio. (BERCHERIE, 2009). Ou seja, caberia à psiquiatria o tratamento desse indivíduo, no manicômio.

No entanto, é outra questão que levará o direito a convocar essa espécie de “namorada”, a psiquiatria, à relação sexual. A partir de 1840, com a crise que assolava a França ao fim do Império Napoleônico, viu-se aumentar exponencialmente os casos de reincidência, colocando em xeque o papel de controle do Estado. Sobre aqueles indivíduos que não reagiam ao tratamento moral do direito penal, Morel propõe um plano de higienização física e moral.

O projeto moreliano consistia em classificar o que chamou de degenerados através de graus de periculosidade, a fim de fornecer um *instrumento eficiente* de prevenção ao Estado. O degenerado, assim como o monomaniaco homicida, era um indivíduo de alto risco para a ordem social e que, independentemente da culpa, deveria ser privado e apartado do convívio. (BERCHERIE, 2009)

As contribuições de Morel compuseram o Positivismo Criminológico, corrente que sucedeu a escola clássica do Direito Penal, e que teve início em 1876, com a publicação de *“L'uomo Delinquente”*, de Cesare Lombroso, que formalizou o pressuposto do *atavismo biológico*: o criminoso teria uma força instintiva ao crime, o que seria facilmente identificável a partir de distúrbios anatômicos, sendo o crime uma consequência da intersecção de múltiplas causas, sociológicas, biológicas, antropológicas e psicológicas.

Para outros teóricos dessa corrente, como Garofalo, por exemplo, a periculosidade deveria ser o fundamento da responsabilidade do criminoso e a função da pena não deveria ser a correção, mas a incapacitação do sujeito delinquente, pela pena de morte ou sua adaptação ao meio social.

Na linha da corrente positiva, defende-se também a pena indeterminada, com fim condicionado à regeneração do condenado. Isso porque, se a pena tem por objetivo a correção do culpado, tal correção não pode ter prazo previamente fixado, consonante a espécie de delito praticado. A pena, nessa concepção, nada mais é do que o remédio destinado a propiciar a adaptação do réu à sociedade, e o delito, por vir de consequência, é a falta dessa adaptação, em virtude de uma anormalidade do criminoso, que pode ou não ser incurável. (DUEK MARQUES, 2008, p. 112)

Especificamente em nosso Código Imperial, a categoria das monomanias remetia aos “loucos de todo gênero”:

Art. 10:... não se julgarão criminosos:

§2. Os loucos de todo gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos e neles cometerem o crime. (Código Imperial Criminal, apud. PERES e NERY FILHO, 2002, p. 337)

Diante desse grupo amplo, mas distinto, “loucos de todo o gênero”, o poder jurídico ainda não carecia de um saber científico para assegurar seu controle, de modo que o juiz era a única figura capaz de avaliar a loucura do criminoso. Também cabia ao juiz decidir o seu destino, orientado por interesses econômicos e pelo art.12 do Código Imperial: *“Os loucos que tiverem cometido crimes serão recolhidos às casas para eles destinadas, ou entregues às suas famílias, como ao juiz parecer mais conveniente”*.

Segundo Peres e Nery Filho (2002), os mais abastados eram destinados à tutela familiar, enquanto que os “loucos pobres” eram lançados à situação de rua, “oferecendo perigo” à sociedade; alguns desses indivíduos eram recolhidos pela polícia às instituições penitenciárias ou de saúde, como a Santa Casa de Misericórdia.

A possibilidade de atuação dos médicos psiquiatras encontrou caminho então em dois momentos. Primeiro, com a criação da instituição asilar em 1852, no Rio de Janeiro, quando os alienistas passaram a se opor ao controle estatal via Direito Penal, na tentativa de ampliar o poder de intervenção médico-social, apresentando como justificativa o poder excessivo do juiz, o qual não estaria totalmente qualificado a avaliar o estado mental do louco criminoso.

Segundo, do lado do campo jurídico, houve uma convocação dos psiquiatras para atuação nos tribunais, no caso dos crimes imotivados. Diante dessa tensão, as condições dessa espécie de matrimônio discursivo foram reescritas – uma série de modificações foram efetuadas no primeiro Código Penal Republicano, com a criação de uma espécie de “estatuto” jurídico do doente mental, bem como seu destino institucional.

Esse “estatuto” é assegurado pelos artigos 1, 7, 27 e 29 do Código Republicano de 1890:

Art.1. Ninguém poderá ser punido por fato que não tenha sido qualificado crime, nem com penas que não estejam previamente estabelecidas.

Art.17. Crime é violação imputável e culposa da lei penal.

Art.27. Não são criminosos:

§3. Os que, por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, foram absolutamente incapazes de imputação;

§4. Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime.

Art.29. Os indivíduos isentos de culpabilidade em resultado de afecção mental serão entregues à sua família, ou recolhidos a hospitais de alienados, se o seu estado mental assim exigir para a segurança do público. (Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, apud. PERES e NERY FILHO, 2002, p. 38)

A questão que passa a se impor ao juiz não é mais em relação ao crime como fato, mas a quem o comete, pois com a intervenção da medicina psiquiátrica nos tribunais, opera-se um deslocamento de objeto no campo jurídico-penal, do crime para o criminoso.

Observamos, no entanto, que o Código de 1890 já apresentava um recorte em relação ao Código Imperial, quanto ao conceito de “loucos de todo o gênero”: tornaram-se irresponsáveis “todos” que não tivessem a possibilidade de, via consciência, agir livremente quando na cena criminoso.

Atribuiu-se ao louco um caráter moral. Os loucos são os mais perigosos, inimputáveis e a imputabilidade penal deveria ser proporcional ao grau de periculosidade. O Código Penal Republicano sofreu algumas alterações, porém a mais significativa só ocorreria em 1940, durante o Estado Novo:

Art.1. Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Art.22. É isento de pena o agente que, por doença mental, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com o entendimento.

O Código Penal vigente no Brasil ainda é o de 1940, e embora tenha sofrido algumas modificações desde então, como por exemplo a Reforma Penal de 1984, além das inúmeras resoluções de política criminal, seus pressupostos e o personagem escrito para o doente mental permanecem inalterados.

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, no momento da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, 2012, p. 240-241)

Segundo Peres e Nery Filho (2002), temos então uma contradição no Código Penal Brasileiro, em que, se por um lado aceita-se o pressuposto do livre-arbítrio, por outro pauta-se em acepções positivistas que compreendem o crime na loucura como determinado por causas biológicas que comprometem a escolha e o entendimento.

III. A responsabilidade jurídica

De acordo com a lei de introdução ao Código Penal Brasileiro (2012), lei n. 3914/41, define-se por crime “... a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou acumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou acumulativamente”.

A lei de introdução se limita a caracterizar o crime distinguindo-o das infrações penais denominadas por contravenção penal, quanto à natureza da pena aplicável; no entanto, a pena não é elemento constitutivo do crime, mesmo que seja uma sanção específica do Direito Penal – essa lei exclui, portanto, os elementos componentes do conceito analítico de crime, a saber: ação típica, antijurídica e culpável. (BITENCOURT, 2011)

Para o Direito Penal, o crime é uma criação normativa e para ser considerado como tal deve atender à determinadas categorias dogmáticas. Primeiro, enquanto um ente jurídico, deve ter o caráter que o caracteriza como uma ação ou conduta. Segundo, essa conduta deve ser um tipo legal, ou seja, deve estar preconizada por um dispositivo de lei. Terceiro, o tipo legal não deve se contrapor a nenhuma outra norma do Código Penal que tenha em relação a ele um caráter permissivo – antijuricidade. Quarto, a ação típica antijurídica deve ser culpável: o sujeito precisa ter conhecimento da ilicitude da ação, deve ser imputável e sua conduta deve ser reprovável.

Segundo Bitencourt (2011), a ação é o elemento básico do crime e possui a função de unir todos os elementos componentes do crime: a tipicidade, a antijuricidade e a culpabilidade. Seu estatuto no Código Penal encontra-se implicado, mas não prescinde de seu caráter naturalista: “*é um comportamento voluntário, consciente e dirigido a um fim*”. Uma ação é composta por uma vontade (um comportamento externo que possui conteúdo psicológico), uma representação mental do estímulo, pela escolha dos meios a se atingir o objetivo e pelo movimento corporal implicado na conduta.

Parte-se, portanto, da consideração de que a conduta é uma condição decisiva, mas não nos interessam as condutas em geral, nem discutir se houve ou não uma conduta, mas nos importa tão somente se a conduta *in concreto* que examinamos foi realizada com as características exigidas na lei penal. Em outros termos, é estéril a discussão sobre um conceito geral de ação válido para todas possíveis formas de ação humana, porque, em realidade, interessa-nos somente se o agente agiu na forma descrita na lei penal. (BITENCOURT, 2011, p. 20)

Além disso, toda ação ou conduta, de acordo com o Código, só pode ser típica, ou seja, só será relevante para o Direito Penal se estiver descrita normativamente, fato do qual podemos extrair dois fundamentos.

Primeiro, o que confere ao sujeito jurídico um caráter paradoxal – orgânico e racionalista. Segundo, a que determina a lei anterior ao crime, pois o ato não preexiste à norma, já que só é relevante se preconizado pelo Código.

Somente se houver a reunião dos elementos exigidos pela norma penal tipificadora teremos o significado jurídico do que denominamos crime de homicídio, roubo, estelionato, etc. Assim, pois, a concepção significativa da ação, que constitui um dos pressupostos fundamentais desta orientação, sustenta que os fatos humanos somente podem ser compreendidos por meio das normas, ou seja, o seu significado existe somente em virtude das normas e não é prévio a elas. (BITENCOURT, 2011, p. 271)

Podemos ler que a concepção racionalista de ato é sustentada pelos móbeis da consciência e da vontade, porém, com um assoalho biológico, ao caracterizá-lo como um movimento corporal organizado pela coordenação voluntária do sistema nervoso. O que se confirma pelo que, de acordo com o Código, descaracterizaria uma ação: coação irresistível, movimentos corporais reflexos e estados inconscientes.

O ato corporal é o movimento determinado por estímulos dirigidos diretamente ao sistema nervoso central, sem a interferência da vontade – é um ato autônomo, independente da faculdade da consciência. Os estados inconscientes, como embriaguez e sonambulismo, ou a particularidade de crises epiléticas, em que o funcionamento das faculdades mentais encontra-se prejudicado, são segundo Correia Junior (2013) um impasse para o Direito Penal, pois como estabelecer com segurança, nesses casos onde períodos de amnésia são frequentes, o *quantum* de comprometimento?

Essa mesma problemática se estende à culpabilidade, a qual, dentre os qualificadores da ação, interessa-nos especialmente por estabelecer uma relação subjetiva entre um autor e um injusto penal (ação típica e antijurídica). Enquanto a tipicidade caracteriza a relevância da ação, condicionando-a ao Código, e a antijuricidade qualifica a ação como uma conduta que necessariamente viola determinada norma jurídica, é a culpabilidade que atribui ao injusto penal o predicativo do crime.

Em seu núcleo, da culpabilidade, encontra-se o autor e não o ato em si, posto que o que está em jogo é a personalidade do sujeito e a sua conduta social.

Nesse sentido, pune-se alguém por ser determinada pessoa, porque apresenta determinadas características de personalidade, e não porque fez algo, em última análise. Essa concepção justificaria, por exemplo, intervenções cada vez mais em desacordo com a proteção de direitos e garantias individuais, podendo chegar, numa fase mais avançada, a um arbítrio mais sutil, modelando, inclusive, a personalidade do indivíduo. (BITENCOURT, 2011, p. 402).

Nesses termos, no campo jurídico, responsabilidade e culpabilidade são conceitos distintos. A culpabilidade, enquanto categoria analítica do crime, refere-se à reprovação que se faz a um autor, enquanto que a responsabilidade se relaciona à aplicação da sanção – medidas de segurança aos inimputáveis e pena quando se verifica a culpabilidade.

No direito arcaico, a responsabilidade era atribuída ao ato e não à intenção: o sujeito se responsabilizava integralmente. Com o advento do direito ático, ela ganha uma conotação subjetiva, sustentada pelos móveis da consciência. O desdobramento dessa nova acepção encontra-se no direito romano, quando se estabelece a distinção entre culpa e dolo, presente no Código Penal até hoje.

Com o direito ático, uma nova ordem política se institui, essa que substitui uma responsabilidade material por outra, essa determinada pela fragilidade do caráter subjetivo de capacidades, como a vontade e a intenção. Esse é um paradoxo da evolução e transformação do direito penal, já que a progressiva subjetivação da responsabilidade eximiu, cada vez mais, o sujeito de responder por suas ações. (VORSATZ, 2013)

A culpabilidade articula, desse modo, categorias psicológicas como a razão, a consciência, o livre-arbítrio, já que o seu exame de verificação dependerá da imputabilidade (a capacidade do sujeito se auto-determinar livremente), do conhecimento da ilicitude do fato e da exigibilidade de conduta diversa.

No caso da insanidade, tal como prescreve o art. 26 do Código, a doença ou deficiência mental deve prejudicar o sujeito quanto às suas faculdades de discernimento e avaliação das ações, de acordo com a norma jurídica. Segundo Ponte (2001), o termo doença mental empregado pelo Código engloba *todas as enfermidades mórbidas de acordo com os*

manuais de psiquiatria, incluindo as psicoses, sejam elas endógenas ou congênitas, orgânicas ou funcionais, além de certas “categorias neuróticas”.

Existem determinadas condições psíquicas, como, por exemplo, certas espécies de neuroses, notadamente neuroses obsessivo-compulsivas, que são consideradas, para o Direito Penal, doença mental. Nessas neuroses o sujeito tem claramente o senso valorativo de sua conduta, mas não consegue evitar sua prática, faltando-lhe a capacidade de autodeterminação, em razão desse distúrbio, dessa enfermidade. Se não tiver essa capacidade, se ela lhe falta inteiramente, no momento da ação, ou seja, no momento da prática do fato, ele é absolutamente incapaz. (BITENCOURT, 2011, p. 417)

O agente que carecer de culpabilidade, de acordo com Queiroz (2010), seja por desenvolvimento mental incompleto ou por doença mental, não poderá ser declarado culpado e, por conta disso, não poderá *responder plenamente* pelo seu ato. No entanto, a doença mental não é suficiente para reconhecimento da inimputabilidade, pois, enquanto elemento caracterizador da incapacidade de culpabilidade, depende do efeito que promove, ou seja, o aspecto psicológico.

Pode-se considerar três critérios determinantes da inimputabilidade. O psicológico, que considera o fator intelectual, a capacidade de avaliar a antijuricidade do ato, e o volitivo, que é a possibilidade de se autodeterminar a partir do fator intelectual. O biológico, que atribui a culpa à “normalidade” do aparelho mental, de modo que se o agente for portador de enfermidade mental ou deficiência mental grave, será declarado irresponsável. E o biopsicológico, caso do Código Penal Brasileiro, em que a enfermidade só é relevante quando produz consequências *no momento do ato*, sobre a consciência e a vontade.

Durante a fase de inquérito, se há dúvidas sobre a sanidade mental do acusado, a autoridade respectiva efetua representação junto ao juiz competente, o qual poderá determinar a realização do exame de perícia psiquiátrica, caso a requisição seja aceita. Anterior ao procedimento, o juiz deverá nomear um curador que represente o indiciado durante as fases processuais. Terminando o inquérito, se a perícia concluir pela “doença mental do agente no tempo da ação”, os autos serão encaminhados ao Ministério Público, ao qual será oferecida a denúncia. (PONTE, 2011)

Caberá então ao juiz avaliar, através da fala do acusado e de laudo pericial, se o conteúdo do material poderá ou não ser considerado elemento de defesa. Constatada a

inimputabilidade, o juiz impronuncia e segue-se a absolvição sumária ou imprópria: será aplicada uma sanção jurídica ao acusado, a medida de segurança, posto que sem culpa não há crime.

Carvalho (2015) indica-nos que na estrutura dogmática que rege a aplicação das penas e das medidas de segurança no direito penal brasileiro, a culpabilidade é o próprio limite da responsabilidade, enquanto elemento analítico que caracteriza um ato como crime (ação típica, antijurídica e culpável) ou injusto penal (ação típica e antijurídica), à medida que determina o tipo de sanção jurídica que o agente deverá cumprir.

Tomado pela psiquiatria como doente mental, proibido de responder pelo que lhe era mais humano, Misael deixou-se escrever em um destino trágico, o mesmo de inúmeros psicóticos em sua intrínseca relação com as leis e os códigos. Concebido como irresponsável no campo jurídico, o psicótico está isento de sofrer pena e o Código Penal Brasileiro (2012) lhe prevê a medida de segurança:

Art. 96. As medidas de segurança são:

I. Internação em hospital de custódia e tratamento ou, à falta, em outro estabelecimento adequado.

II. Sujeição a tratamento ambulatorial.

Art. 97. Se o agente for inimputável, o juiz determinará a sua internação. Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial. (p. 212)

Exceção no campo das penalidades, produto do casamento do discurso médico – e da concepção de loucura intrinsecamente perigosa – com o discurso jurídico, a medida de segurança se constituiu enquanto estratégia particular de tratamento do doente mental, a qual não consiste apenas na abordagem da patologia, mas sobretudo no exame de cessação de periculosidade.

O saber nessa estrutura discursiva se antecipa ao objeto, orientando-se ao poder, mas, por outro lado, sendo orientado por isso que está escamoteado, a norma.

Esse tipo de discurso gerou um saber que precede e orienta o poder, que toma para a função de controle dos corpos, a reforma dos seres humanos que se desviam da norma. Os que se desviam da norma social, a pena, e os que

desviam da normalidade psíquica, o hospício. Tal discurso demandava às ciências jurídicas e psiquiátricas que se colocavam a seu serviço, construindo tecnologias para normatizar. A resposta foi, no campo do direito, o tratamento penal, e, no campo da psiquiatria, o tratamento moral. As instituições penais e psiquiátricas nasceram com essa função de controle social, tendo por base um saber precedente sobre a natureza anormal do homem criminoso e louco, tendo em vista a necessidade de um saber sobre o que seria um indivíduo perigoso. (BARROS-BRISSET, 2011, p. 47)

A entrada da psiquiatria no campo jurídico produziu um giro discursivo, do mestre ao universitário, com a introdução de um novo tipo de saber. Acompanha a isso uma transformação radical nos dispositivos penais, sobretudo nos pressupostos beccarianos de que a aplicação da pena deveria considerar apenas o ato respectivo. No caso da medida de segurança, a presunção de periculosidade desloca a ação para seu autor: será punido o indivíduo perigoso e não o ato criminoso.

Barros-Brisset (2011) nos aponta que foram necessários quase cem anos, desde as considerações pinelianas sobre o déficit moral, para que o direito penal propusesse uma estratégia específica para o tratamento do louco infrator. Essa resistência aponta para um impasse dentre os penalistas e reformadores do Código, ainda atual, entre a manutenção ou não de dispositivos de controle desgastados e enferrujados, e a invenção de outros mais congruentes com os direitos humanos.

Apesar dos próprios juristas questionarem essa exceção, o que observamos clinicamente são as consequências nefastas dessa permissão à psiquiatria: as internações por tempo indeterminado e as possibilidades que esse tipo de recurso permite, como por exemplo, o retorno ao pior que podem representar os modelos manicomialis.

IV. O assassinato que funda a lei

Freud nos apresenta uma concepção de crime, de maneira consistente, em *Totem e Tabu* (1913): mas o que se chama por crime da horda é antes de tudo do pai, frente ao qual uma fraternidade se une para barra-lo, cenário que é o mesmo ponto de partida para a construção do panteão mitológico grego. Estão postos desse modo os impasses referentes à articulação entre lei e crime, ponto de aproximação e, ao mesmo tempo, de divergência entre a psicanálise e o direito penal.

Na mitologia grega, Cronos castra o pai com um golpe de foice, a pedido de sua mãe, Gaia, tornando-se assim o senhor dos céus; temendo ser destronado, devora todos os seus filhos, frutos do casamento com sua irmã, Réia. No entanto, Réia consegue enganar Cronos e esconde o último de seus filhos, Zeus, em uma caverna. Já adulto, Zeus decide se vingar e com a ajuda de Prudência, filha do titã Oceano, oferece uma poção ao pai, fazendo-o vomitar todos os irmãos. Zeus assume então o trono, mas não o faz interinamente – guarda para si o domínio dos céus e divide o poder com seus irmãos, Hades (os infernos) e Poseidon (os mares).

O assassinato do pai é sucedido por um ritual de incorporação, antropofágico, que comemora o estabelecimento do laço social, de modo que o totem erguido no lugar do pai morto representa a interdição de que nenhum membro da horda poderia ocupar tal posto, o Outro gozador. A lei que se estabelece é então contingente à consolidação da coletividade pelo ser humano e regulará as relações sexuais entre os membros da tribo. (PACHECO FILHO, 2014) Nesse sentido, o totem é um representante e, tal como aponta Lacan em seu ensino, na altura do seminário sobre as formações do inconsciente, é o lugar da lei, sendo o Nome-do-Pai o significante que a representa: além de articular os laços entre os membros da tribo, engendra no assoalho da economia de gozo do sujeito o sentimento de culpa.

Lacan trabalhará a relação entre o Nome-do-Pai e o sentimento de culpa no seminário dito interrompido, de 1963, “*Os nomes-do-Pai*”, o qual fora impedido de finalizar por conta de sua expulsão da IPA (Association International of Psychoanalysis), evocando o mito cristão de Abraão.

Nesse seminário, Lacan evoca duas telas de Caravaggio sobre o sacrifício de Isaac. Abraão era casado com Sara, a qual não podia lhe dar filhos - Isaac, o filho, é tido como um milagre concedido ao casal, já que Sara se encontrava em idade avançada. Diante disso, Abraão, que já tinha filhos com outra mulher, abandona a família anterior para constituir uma nova família com a “mãe de uma benção divina”.

A partir do pecado de Abraão, Deus decide testar sua fé, exigindo-lhe a vida do filho como sacrifício. Lacan utiliza-se desse mito para esmiuçar a relação entre crime e culpa, que em Freud, pelo mito da horda primitiva, remete às incidências do supereu, bem como nos aponta Tendlarz (2007):

Por amor a Deus, ao Pai, Abraão está disposto a matar seu filho, cumprindo a ordem dada por Deus. Desta maneira, salva o Pai, fazendo-o existir através do amor ao Pai, do amor a Deus. Mas este amor ao Pai tem o seu avesso de mandato superegóico, o mandato desse Deus que deseja que Abraão mate seu filho. Este é o ponto em que aparece o desejo do Outro, ponto em que aparece o pecado do pai. (p. 3)

Freud nos aponta em “*O eu e o isso*” (1923) que o supereu se constitui a partir dos restos das primeiras escolhas objetais do sujeito, refutando, ao que parece, a interpretação pós-freudiana que associa essa instância à função moral que limita e pune. Algo que Freud nos confirma, em “*Mal-estar na cultura*” (1930), ao dizer que as restrições sociais não fazem outra coisa a não ser fortalecer uma crueldade superegóica.

Retornando à Freud, Lacan articulará o supereu à demanda do Outro, como um imperativo de gozo: o supereu não impede o sujeito de gozar, mas ao contrário, impele-o cada vez mais. Esse é um efeito próprio da incidência significante, a qual produz uma perda de gozo que tentará ser recuperada em satisfações parciais através dos avatares do objeto *a*. Segundo Tendlarz (2007), o supereu exige que o sujeito renuncie à tais recuperações, sendo que a cada renúncia o gozo retorna ao supereu como combustível, travestido de sentimento de culpa – esse movimento perpétuo de renúncia, recuperação e consumo está na base da cultura.

A economia de gozo articula, nesses termos, o singular e o plural, que não se opõem, não se excluem, o que nos permite localizar *o direito penal como uma ficção que se escreve a partir da instauração das alianças simbólicas*. Retomando o mito da horda, a experiência de gozo do pai tirano é inacessível e, segundo Koltai (2000), um outro gozo que não semelhante ao da tribo aponta à condição de falta: o estranho que goza diferente remete ao fato de que não há apenas uma maneira de gozar, denunciando o real da castração. Atribui-se um gozo a mais ao estranho, posto que é diferente do seu, e se há esse outro gozo, é porque de alguma forma a tribo goza de menos.

“Não matarás” se legitima, pois, algum dia existiu ao menos um que desobedeceu a lei e a infração/transgressão, toda vez que cometida, coloca em xeque o funcionamento do grupo, mas nem por isso deixa de reafirmar a lei. O direito penal opera a partir da economia de gozo que fundamenta os laços sociais, os quais se perpetuam através de mecanismos de limitação, exclusão e segregação, ou seja, a lógica mesma dos dispositivos penais construídos historicamente, através da privação da liberdade, ou no

caso dos “irresponsáveis”, a medida de segurança – uma sanção que não é pena, mas que na prática “é como se fosse”...

Por isto o outro é menos frequentemente objeto de amor, a ser valorizado, elogiado, admirado e recompensado, e muito mais frequentemente objeto de ódio, a ser subestimado, menosprezado, insultado, segregado, escravizado, espancado, estuprado ou assassinado. E os traços de diferença pelos quais isto acontece podem ser da mais variada qualidade.... Por isto, lei e ideal mostram-se presentes na constituição do sujeito humano e dos laços sociais, mas, como afirmei, revelando tanto o melhor quanto o pior da humanidade. (PACHECO FILHO, 2014, p. 119)

Assim podemos dar um passo a mais nisso que Lacan, ao articular gozo e estrutura, avança partir de Freud, diferenciando mito da horda primitiva e Édipo, como operações lógicas distintas.

V. Versões do pai

Vejamos que, no caso do Édipo, o que está em questão é o crime do filho: é ele que mata o pai e quem goza do corpo da mãe e que, diante da revelação da verdade, fura os próprios olhos, como aquele que não quer saber sobre a determinação inconsciente. A incidência significante castra o Outro, o qual, como “tesouro” dos significantes, não pode então assegurar o sujeito – diante de tal insuficiência, escreve-se a ficção edípica onde o pai imaginário, terrível e castrador, ocupa a função de véu a fim de tamponar a falha do Outro, reconstruindo-o pela potência.

No caso do pai totêmico, a leitura de Lacan implica uma passagem do pai à estrutura. O pai totêmico já não é um pai morto, mas sim “um pai vivo que goza”. Nesse sentido, o crime está do lado do pai gozador, a partir de um gozo impossível de ser recuperado, pois foi com ele perdido no banquete totêmico – a fraternidade de “assassinos” que se funda não é simplesmente um ato de recuperação de gozo, mas a renovação de uma renúncia, já que há um gozo que falta e um gozo a ser repartido. (TENDLARZ, 2007)

Ao retomar o mito da horda em termos lógicos, Lacan articula universal e singular, invertendo os termos normativos. Não é o pai que é universal, mas sim os códigos significantes que estruturam os laços entre os falantes – trata-se da função fálica. No entanto, para que essa função possa operar, é necessário que ela seja encarnada por um

pai gozador, o qual assume as mais diversas versões, para cada sujeito. A questão é que é exatamente essa exceção o que funda a coletividade, cujas leis legalizam o desejo.

Do assassinato fundante cria-se a lei que presentifica o pai enquanto uma ausência. Em outras palavras, assassinado simbolicamente, ausente de sua imagem, o pai retorna por uma representação gráfica ou fonemática, o totem como hieróglifo. É o que Lacan soube extrair de Hegel, no seminário de 1959-60, *“A ética da psicanálise”*: *o nome é o assassinato da coisa*. Nessa operação de simbolização, algo se perde, apontando para o impossível da lei: algo lhe escapa...

O assassinato da coisa é a própria cifração que coincide com a escrita do inconsciente como linguagem, a qual Lacan formalizou com o discurso do amo, e que, coincidentemente, é também o que escreve o discurso jurídico.

$$\boxed{\begin{array}{ccc} \frac{S1}{\$} & \rightarrow & \frac{S2}{a} \end{array}}$$

O que encontramos na ficção edípica é um pai ambíguo, entre esse que, associado à interdição, diz não tanto para a mãe quanto para o sujeito, sobre a possibilidade de gozarem um do corpo do outro, e aquele que concede e permite através da identificação. Nessa dialética, o desejo não articula apenas lei e crime, definição que está expressa no seminário de 1962, *A identificação*: *“é do lado de lá da fronteira ultrapassada que o desejo começa”*, mas também duas leis distintas, a saber, aquela que limita o gozo, a lei simbólica, e a que ordena a gozar, a Lei (maiúscula mesmo) do Outro. Segundo Salum (2014), o pai gozador é uma invenção do sujeito contra a sua precariedade (do pai), já que ele também é castrado: o que castra não é o pai, mas o atravessamento do sujeito pelo significante.

O Nome-do-Pai convoca algo da ordem do universal, mas também da singularidade do sujeito. Ao nível da estrutura, ele está para todos: no um a um. Quanto ao singular, implica a invenção particular de cada um, ou seja, a multiplicidade de nomeações que podem exercer sua função. Essa articulação encontra-se no último momento do ensino de Lacan, onde a tensionamento entre a função universal e a singularidade da experiência aponta para um novo estatuto do Nome-do-Pai: um nome plural.

Retomando a metáfora paterna, vemos que o Nome-do-Pai é uma espécie de véu sobre um vazio (x), ou seja, é o que nomeia o desejo materno e apazigua o gozo. No caso da neurose, o pai castrador é uma solução imaginária, uma nomeação que se utiliza de atributos fálicos. Diante da falácia do Outro, ou o sujeito toma aquilo que está posto nos discursos como formas de laço, ou, sem outra saída, ele inventa algo.

Nesse sentido, se na psicose, pela forclusão, o significante do Nome-do-Pai está zerificado, é necessário então inventar a partir da *Verwerfung*. No entanto, se o sujeito está para além da significação fálica e a ficção jurídica se constitui a partir dessas coordenadas, como então incluir a forclusão do Nome-do-Pai? Se através o direito penal concebe a responsabilidade a partir da universalidade extraída da lógica fálica, em contrapartida, a psicanálise procura por soluções inéditas, pelas quais o sujeito possa responder na pólis. No entanto, as soluções que o sujeito inventa nem sempre se associam à normatividade e o desdobramento clínico disso não diz respeito apenas à clínica das psicoses, mas para uma abertura à uma lógica não-toda.

- Sabe Leonardo, a humanidade está perdida. Porque o fundamental em minhas ressuscitações é que não há apenas um tipo de combustível, há várias fontes de energia, para a produção de combustível. Há o etanol, mas a produção de cana já deu em sua função. É por isso que eu tenho o motor à propulsão para avançar, porque fui eu que produzi e assinei – nos mostra Misael.

Em seu tratamento, ele aponta para os limites da estrutura discursiva jurídica e de seu método, o interpretativo: a letra da lei não alcança a sua tragédia. De que Misael é culpado?

VI. Passagem ao ato

Em *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950), Lacan nos aponta que o ato de destruição do outro é a apresentação do que seria a estrutura fundamental humana, no entanto, sem ser necessariamente criminoso e, ainda nesse texto, circunscreverá certos tipos de crime como uma passagem ao ato.

O termo, passagem ao ato, não é um conceito próprio da psicanálise, mas derivado do campo da psiquiatria, onde encontra-se definido como reação agressiva característica de condutas desviantes e violentas, da ordem da doença mental. Segundo Bercherie (2009), na psiquiatria, o conceito de passagem ao ato encontra-se associado à categoria clínica da

monomania, da qual Esquirol se utiliza para caracterizar indivíduos que teriam cometido homicídios escabrosos, sem uma clara intenção do ato, e que, por conta disso, trouxeram um grande impasse para o direito penal. Impasse esse que, historicamente, tal como já abordamos, irá assinalar a entrada da psiquiatria no campo jurídico, possibilitando uma frente de atuação dos penalistas na saúde mental.

A categoria da monomania inclui uma série de atos mórbidos, desde roubos, embriaguez, até homicídios, a partir de definições amplas e vagas, cujo elemento comum será o impulso agressivo, como sintoma de um quadro desviante e patológico sustentado em premissas orgânicas e genéticas. O impulso agressivo fugiria ao controle do sujeito e, portanto, não implica uma vontade de sua parte – vontade então considerada como atividade motora voluntária. A monomania associa a passagem ao ato a essa impulsão: é uma ação descontrolada, sem intenção, sem sentido algum, ou seja, determinada pelo sistema nervoso autônomo, ali onde o sujeito não está, em termos orgânicos.

Do ponto de vista da psicanálise, Lacan rechaça esse tipo de explicação, quando pela perspectiva estruturalista concebe o sujeito como efeito do significante, e pela qual, não se pode excluir a questão da responsabilidade.

Lacan encara o problema da passagem ao ato em sua face legal, discutindo a alternativa imputabilidade-inimputabilidade, quer dizer, a questão da responsabilidade pelos crimes cometidos. Recorda que na história da psiquiatria o interesse pelos enfermos mentais nasceu da necessidade de ordem jurídica, por parte de Pinel e Esquirol. A passagem ao ato está no coração do trabalho do “expert” psiquiatra. Mas, não obstante, a justiça não se interessa mais do que por atos criminosos, isso quer dizer, por aqueles que constituem infrações a lei. A tarefa dos psiquiatras consiste em determinar se a enfermidade mental restringe a liberdade moral absoluta suposta para todo indivíduo¹⁵. (MUÑOZ, 2009, p. 56).

Lacan efetua uma torsão em relação ao termo passagem ao ato, partindo da psiquiatria para então produzi-lo como conceito clínico próprio da psicanálise, fundamental no que toca as tentativas de cura nas psicoses, seja diante de um Outro persecutório, seja daquele com consistências fantasmagóricas. No caso de Aimée, por exemplo, ao longo dos dois

¹⁵“Lacan encara el problema del pasaje al acto en su faz legal, discutiendo la alternativa imputabilidad-inimputabilidad, es decir, la cuestión de la responsabilidad por los crímenes cometidos. Recuerda que en la historia de la psiquiatría el interés por los enfermos mentales nació de necesidades de orden jurídico, de la mano de Pinel y Esquirol. El pasaje al acto está en el corazón del trabajo del experto psiquiatra. Pero, no obstante, la justicia no se interesa más que en los actos criminales, es decir, en aquellos que constituyen infracciones a la ley. La tarea de los psiquiatras consiste en determinar si la enfermedad mental restringe la libertad moral absoluta supuesta para todo individuo”.

anos que antecedem o crime pela qual fora presa, fazem série inúmeros atentados, a partir de erotomanias hetero e homossexuais, enquanto resposta ao seguinte enunciado desencadeador: “querem matar meu filho”.

Se o autocastigo realizado no encarceramento a cura retroativamente, é devido a “subjetivação do ato – entendendo por tal a retificação do delírio a partir do questionamento que a paciente faz, uma vez presa, das razões de seu ato. No “après-coup” da passagem ao ato agressivo, ela se implica nele como sujeito. Explicação da cura que, por reconhecer sua temporalidade lógica e incluir a dimensão do sujeito, não se reduz a simples dissipação de um sintoma. (MUÑOZ, 2009, p. 44)

Nesse sentido, Lacan introduz uma outra temporalidade, posto que a estrutura lógica que se impõe é a da antecipação. Ele nos aponta que todo ato consiste em três tempos lógicos: instante de ver, tempo de compreender, momento de concluir. No caso de uma passagem ao ato, há um “curto-circuito” que promove uma rápida passagem do ver à conclusão, a partir de uma supressão do tempo de compreender.

Por tal, o ato de Aimée não revela nenhuma finalidade que possa ser pré-determinada, de modo que é a incidência da lei, enquanto barra, que permite esse tipo de trabalho de elaboração, a partir da responsabilização pelo ato cometido, em outra temporalidade. Tal como nos aponta Allouch (1990), na realização do desejo de autopunição de Aimée, a atriz é um protótipo da irmã, assim como todas as demais perseguidoras, figuras ambivalentes de amor (ideal) e ódio (depreciação de si), e a agressão que ela comete se dirige na realidade a ela mesma – tempo de compreender a partir da acusação e do encarceramento.

Há de se considerar que esse tipo de solução comporta inúmeras questões, que nem sempre implicam a apropriação por parte do sujeito, de seu desejo, conduzindo assim a mudanças subjetivas muitas vezes limitadas. No entanto, a importância da subversão efetuada por Lacan reside no efeito significativo da passagem ao ato, enquanto um corte preciso que, no *après-coup*, permite ao sujeito um outro enlace, ao abrir à possibilidade de uma retificação que o implique em suas consequências.

Nas psicoses, o sujeito encontra-se na posição de objeto do Outro, o qual ganha grande consistência de autoridade, gozando indiscriminadamente. O crime pode comparecer como uma forma do sujeito fugir do domínio desse Outro gozador, quando ferir consiste

numa ação de barrar tal opressão, produzindo como efeito uma mudança de posição. Segundo Quinet (2006), a passagem ao ato pode ser uma tentativa de cura e a possibilidade do psicótico se responsabilizar como sujeito, quando a interpretação delirante do Outro perseguidor cai. Agredir o Outro é um ato pelo qual o sujeito procura eliminar o “*kakon*”, o próprio mal interior que na relação especular encontra-se exteriorizado e localizado no que seria “a vítima”.

No caso Aimée, Lacan aborda a passagem ao ato como um modo de se eliminar uma sensação insuportável que invade o sujeito, o *kakon*. O termo é emprestado literalmente da psiquiatria de Paul Guiraud, mas também indica que Lacan fora um bom leitor das teorias kleinianas a respeito da construção do objeto.

A articulação do extremo arcaísmo da subjetivação do *kakon* com a posição depressiva se logra via identificação com o objeto mal. Sua importância é que permite desvelar a aparente imotivação dos crimes descritos por Guiraud: o sujeito ataca a um outro que encarna seu próprio objeto mal interno. Assim, encontramos nessa hipótese lacaniana uma mistura conceitual entre o estado do espelho... Guiraud e Klein, que culmina na articulação do *kakon* com o objeto mal. Pode-se ler o extremo arcaísmo do qual fala Lacan como indicação a respeito de que, mais além das identificações com a imagem do outro, haveria outra coisa – uma relação com um objeto mal e *inimaginável*, no sentido de *mais além do imaginário*, quer dizer real¹⁶. (MUÑOZ, 2009, p. 79).

Em *Formulações sobre a causalidade psíquica* (1946), Lacan vai propor que as etapas mais arcaicas da constituição do sujeito se efetuam a partir dessa captura identificatória, pela qual ele (o sujeito) se encontra assujeitado à imagem do outro, e que fica clara e exposta pelo caso Aimée: construção de um ideal marcado pela agressividade. Desse modo, o supereu é localizado por Lacan em um período anterior à apreensão de uma imago corporal, nesse “mais além do imaginário”.

Segundo Bercherie (1980), a concepção de ato imotivado de Paul Guiraud colocou em relevo o caráter agressivo da reação. Lacan considera que a satisfação dessas pulsões agressivas não pode ser excluída do conceito de passagem ao ato, mas não é o suficiente

¹⁶ Do original em espanhol: “La articulación del extremo arcaísmo de la subjetivación del *kakon* con la posición depresiva se logra vía la identificación con el *objeto malo*. Su importancia es que permite develar la aparente inmotivación de los crímenes descritos por Guiraud: el sujeto ataca a un otro que encarna su propio objeto malo interno. Así, encontramos en esa hipótesis lacaniana una mixtura conceptual entre el estadio del espejo, Hegel, Guiraud y Klein, que culmina en la articulación del *kakon* con el objeto malo. Puede leerse el extremo arcaísmo del que habla Lacan como indicación respecto de que más allá de las identificaciones con la imagen del otro, habría otra cosa – una relación con un objeto malo e *inimaginable*, en el sentido de *más allá de lo imaginario*, es decir real”.

para caracterizar a psicose: há uma causalidade superegóica em jogo. *Kakon* será o nome dado para o gozo, na psiquiatria de Guiraud, aquilo que caracteriza a finalidade da passagem ao ato, ou seja, limitar esse gozo que é identificado no Outro, pela exteriorização do mal interno.

A atuação do supereu na passagem ao ato revela sua dupla face. De um lado, as identificações parentais, associadas à introjeção do pai morto pelo luto elaborado, o que poderia supor a instância pelo que diz Freud, como “herdeiro do Complexo de Édipo”. No entanto, Lacan ressalta um outro lado, não associado ao significante, mas ao objeto: a dimensão pulsional.

O supereu contém uma vertente simbólica e outra real, uma que remete ao significante e outra ao gozo, respectivamente. A vertente real que Lacan procura enfatizar é a que imprime à lei do supereu uma insensatez, a qual conduz à negação da própria lei – o supereu desqualifica a lei em seu atributo normativo. Quinet (2009) diz que o supereu corresponde ao Outro não-castrado, ao pai gozador da horda primitiva que procura impor os seus caprichos aos demais membros da tribo, os seus filhos; nesse sentido, corresponderia ao Outro arcaico, no caso a mãe como matriz identificatória, o Outro que ainda não contém o Nome-do-Pai, ou seja, que não passou pela barra da castração.

Lacan avançará um pouco mais ainda, ao longo de seu ensino, quando no seminário 10 tratará do supereu não apenas como um imperativo, mas sobretudo como imperativo de gozo, tal como um imperativo categórico kantiano. É nesses termos que Lacan define o supereu como uma voz ensurdecadora que ordena: “GOZE!”, explicitado por Quinet (2009):

“O Outro *como lugar do significante* pode ser referenciado ao supereu na medida em que o significante por si só comanda, sendo essencialmente oracular. O supereu é essencialmente uma instância de comando vocal, comandando através de uma cadeia de significantes que, insistindo, legifera. O Outro *como lugar da lei* contém o Nome-do-Pai e daí instaura uma lei que ordena o mundo do sujeito, legalizando suas relações pela castração, isto é, a função fálica”. (p.29-30)

No caso da psicose, com a forclusão do Nome-do-Pai, sem o velamento fálico, essa voz encontra-se exteriorizada, como um Outro com demandas de gozo cada vez mais altas – o que podemos associar ao caráter verbal do fenômeno elementar, explicitado por Lacan. “VOCÊ NÃO ESTÁ BEM!”, é o que escuta Misael, em sua primeira reunião no

Centro de Atenção Psicossocial, sentença a versão cruel e fantasmagórica do pai gozador na esquizofrenia, como se a castração fosse vivida não de maneira simbólica, mas real – como também, nas intervenções médicas pelas quais ele se sente esquarterado, despedaçado.

Nesses termos, a passagem ao ato é uma tentativa do sujeito responder aos tormentos do significante. Particularmente, intenta o esvaziamento, a libertação da culpa escravizadora do supereu que impele o sujeito a um impasse sem solução, e que sugere uma afinidade entre a passagem ao ato e a paranoia enquanto estrutura clínica: se a psiquiatria clássica associa a passagem ao ato e personalidade desruptiva, Lacan considera que, ao contrário, das demais psicoses, a paranoia ainda mantém um laço com o semelhante. Porém, segundo Izcovich (2011), é exatamente a manutenção desse laço que restringe as possibilidades de saída do paranoico frente às manifestações especulares, o que não se observa na esquizofrenia, por exemplo, na qual o rompimento do laço com o outro reduz a resposta agressiva ou o que se manifesta é a auto-agressividade.

Isso nos sugere que, antes do episódio do tiro, estava em curso um delírio persecutório político, com grande probabilidade de resolução pelo ataque ao outro. A antecipação do irmão vez as vezes de uma passagem ao ato, com efeito de pacificação de gozo, pois, como afirma Misael, ele não estava bem. No entanto, ele insiste que não há crime.... Sua responsabilidade é pela banalidade a mais comum possível: acreditar que as leis poderiam lhe oferecer um tratamento digno por direito.

VII. Responsabilidades

A responsabilidade, no campo jurídico, encontra-se preconizada pelo Código Penal como a possibilidade do sujeito responder sobre uma infração por ele cometida. Nesses termos, a responsabilidade não integra o ato enquanto categoria analítica do crime – se a culpa caracteriza o crime, a responsabilidade é então fundamento da pena.

Quanto à culpa, em termos jurídicos, ela se refere a reprovação de um agente que não agiu conforme o seu dever e, assim como a compreensão e a concepção de livre-arbítrio, inclui-se nas funções conscientes do eu.

Nessa perspectiva, se alguém é considerado responsável por haver cometido um crime, pode ser castigado; do contrário, deve receber um tratamento. A criminologia atua de modo tal que, ao seguir o diagnóstico de enfermidade mental, produz uma suspensão do estado de direito de um sujeito. A psicanálise, ao contrário, supõe um tratamento dirigido a um sujeito... que sempre se considera responsável por seus atos e capaz de tomar uma posição ante eles, independente de sua enfermidade. (TENDLARZ, 2013, p. 59)

Para Freud, tanto a culpa quanto a responsabilidade pertencem à dimensão do inconsciente. No caso da culpa, ela é estrutural, enquanto fundamento do sujeito do inconsciente e, nas psicoses, comparece no real, a céu aberto. A passagem ao ato na esquizofrenia pressupõe que, dada uma paranoização através de uma escrita delirante de caráter persecutório, haja um Outro constituído com certa consistência, no qual o sujeito localizará a culpa. De qualquer modo, tanto quanto na neurose, a culpa é produto do imperativo superegóico de gozo e não um fenômeno do ponto de vista da experiência.

Em *Totem e Tabu* (1913), o crime primordial está na base do sentimento de culpa, já que o amor ao pai retorna através do ódio e da obediência, tal como retoma Lacan, ao associar os sentimentos ambivalentes em relação ao pai como fundamento do supereu. A renúncia de gozo tem como efeito o fortalecimento da instância superegóica, a qual exige cada vez mais concessões através do sentimento de culpa, por uma retroação dos laços de obediência ao pai morto. A culpa invade então o sujeito, de maneira avassaladora, impelindo-o à passagem ao ato, enquanto solução para tal mal-estar. Nesse sentido, a culpa não é componente analítico do crime, mas sim sua causa inconsciente.

Como poderíamos então distinguir a culpa da responsabilidade, em psicanálise? Cabe lembrarmos que Freud toma a questão da responsabilidade partindo dos sonhos: mesmo que o âmbito da cena onírica seja inconsciente, o sujeito é responsável pelo que sonha. Nessa mesma trilha, em outro texto, *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico* (1916), ele nos aponta que a determinação inconsciente do ato criminoso não inocenta, mas ao contrário, impele o sujeito a responder por um desejo, mesmo sem saber sobre sua causa.

Nesses termos, a culpa sempre advirá, pois estrutural, e inevitavelmente produzirá como efeito a responsabilização. Lacan, no seminário *A ética da psicanálise* (1960), localiza culpa a responsabilidade em terrenos distintos, mas articulados: a primeira no campo do gozo, e a segunda no campo do desejo. Nessa ocasião, Lacan evoca Antígona,

a partir de sua inscrição na trilogia tebana, ou seja, sem desconsiderar sua referência à Édipo.

Antígona era filha de Édipo e Jocasta, os quais tiveram mais três filhos: Etéocles, Ismênia e Polinice. Depois de descobrir que Jocasta era sua mãe, e que havia matado seu pai, Édipo fura seus olhos e é expulso de Tebas por Polinice e Etéocles. Antígona decide partir com o pai e o acompanha até sua morte, quando então retorna à Tebas e se depara com um conflito entre os irmãos homens, então em disputa pelo trono.

Polinice se casa com uma das filhas do rei de Argos e arma um ataque contra Tebas. O resultado de seu plano é um confronto mortal, do qual nem ele nem Etéocles sobrevivem. O tio deles, Creonte, herda o trono e ordena que Etéocles seja enterrado com todas as honras, porém determina que o corpo de Polinice seja deixado exposto à putrefação, como punição por traição. Indignada, Antígona rouba o corpo de Polinice e, ao tentar enterrá-lo com as próprias mãos, é presa, Ismênia tenta demover o tio da ideia, mas ele é irredutível: ordena que Antígona seja enterrada viva.

A tragédia de Antígona consiste em sua decisão de sepultar o corpo de Polinice, contrariando as determinações jurídicas tebanas e evocando as leis arcaicas, leis divinas. É dessa maneira que Antígona toma seu lugar na tragédia familiar, quando, ao assumir para si os crimes do pai, inscreve-se na cadeia geracional e, ao mesmo tempo, inaugura um novo capítulo dos Labdácidas, à sua maneira.

Ao evocar as leis não escritas, Antígona remonta a algo fundante da própria ordem humana, o que nos permite abordar tal paradoxo na história do direito penal, posto que, segundo Tendlarz (2009), a subjetivação da responsabilidade por categorias como o auto-controle, por exemplo, dispensou cada vez mais o sujeito de responder pelos seus atos – o que atesta um deslocamento do direito de ato para o direito de autor.

Uma nova ordem se institui com o advento da escrita, fato que se confunde com o próprio surgimento das cidades-estados gregas. Até tal momento, as leis possuíam um caráter de transmissão oral, e demandavam um posicionamento singular do sujeito, através do ato e da palavra. Com a escrita, as leis dispensaram a responsabilização de cada um, já que a garantia passou a residir em um acordo comum – a aliança da fraternidade – que lhes conferia um caráter universal, como uma ficção fixada pelo primeiro código jurídico.

No caso das leis não escritas, elas estavam para além do que pode passar pela simbolização e que se pode registrar através da história: diziam respeito a isso que não pode ser modificado, revogado, negociado, ou em última instância, prescindir do sujeito.

As leis do céu equivalem às leis do desejo, assim, al ei evocada pela heroína trágica é homóloga à lei do desejo, que ela afirma como sua. *Mutatis Mutandis*, o campo dos deuses também poderia ser considerado um campo que se perde, uma vez que escapa a toda e qualquer tentativa de positivação. A princesa tebana garante, por intermédio do seu ato e pagando sua vida, esse campo como lei, determinação que, a rigor, não existe fora da perspectiva da responsabilidade – em outras palavras, escolha forçada. (VORSATZ, 2013, p. 114)

Desse modo, na tragédia de Antígona duas responsabilidades entram em conflito. Primeiro, uma que é atribuída em relação ao ato e não à intenção que o move, mas que a convoca a responder pelo que lhe escapa e que a toma sem sua autorização – trata-se da mesma responsabilidade em jogo nas produções oníricas, pois, como já nos alertava Freud, a Outra cena não desresponsabiliza o sujeito. Segundo, uma responsabilidade que diz respeito à intencionalidade e que, no do direito penal, converteu-se nos qualificadores do tipificadores da pena, representada na tragédia pela figura política de Creonte.

A decisão de Antígona é radical em sua singularidade, e o crime que comete, enterrar o irmão, transgride a lei tebana que está sustentada em uma universalidade. Lacan, em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960), noz diz que o sujeito não é a causa de seu ato, mas ela (a causa) se encontra exterior a ele, sendo o sujeito quem toma para si essa causa - a lei do desejo é nesse sentido irreproduzível, inapreensível, e sempre transgressora em relação ao que procura normatizar e universalizar.

Nesse sentido, a dimensão do desejo para a psicanálise expõe a relação paradoxal entre lei e crime: se por um lado, ele é a transgressão da lei jurídica que procura proteger um bem comum, por outro, essa mesma transgressão sustenta a singularidade radical do sujeito, que obedece à uma lei única – a lei do desejo.

No entanto, a própria lei do desejo guarda algo de universal e algo do particular. O *Wunsch* freudiano, o desejo inconsciente que comanda o sujeito, apresenta uma universalidade: a particularidade de sua lei incide para todos, mas todos a cada um. Ao mesmo tempo, uma particularidade, pois cada sujeito deve responder à sua maneira à

convocação que essa lei efetua. (LACAN, 1960). Segundo Vorsatz (2013), embora a lei do desejo se imponha para todo sujeito, a maneira como essa imposição se efetua é a mais singular possível, de modo que, sendo a cada um, tal lei não permite uma validação a partir de uma positividade, tal como acontece com a lei jurídica.

Lacan toma a tragédia de Antígona como um paradigma da relação conflituosa entre o sujeito, a lei do próprio desejo e a lei jurídica – essa como a própria coletividade - quando a princesa tebana questiona a legitimidade do direito, encarnada por Creonte. Embora possamos recolher pela literatura clínica psicanalítica, como no caso Aimée, que algo do sujeito possa comparecer através da sanção penal, “catalizando” a possibilidade de responsabilização, é também evidente que o caráter positivo e anterior da lei social, preconizada pelos dispositivos jurídicos, sempre deixará algo de fora em seu recobrimento. São os limites da interpretação, tal como Freud (1900) nos alertava, em relação à redação de um sonho:

Os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos. Se um sonho for escrito, talvez ocupe meia página. A análise que expõe os pensamentos oníricos subjacentes a ele poderá ocupar seis, oito ou doze vezes mais espaço. Essa relação varia com os diferentes sonhos, mas, até onde vai minha experiência, sua direção nunca varia. Em regra geral, subestima-se o volume de compreensão ocorrido, pois fica-se inclinado a considerar os pensamentos do sonho trazidos à luz como o material completo, ao passo que, se o trabalho de interpretação for levado mais adiante, poderá revelar ainda mais pensamentos ocultos por trás do sonho. Já tive ocasião de assinalar que, de fato, nunca é possível ter certeza de que um sonho foi completamente interpretado. Mesmo que a solução pareça satisfatória, e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha ainda uma interpretação. (p. 305)

Por um lado, o horizonte da impossibilidade aponta para a inesgotabilidade da lógica do sentido, para seus intermináveis desdobramentos – sabemos que, nesse ponto, Freud caminha para além de Freud e da rocha da castração: uma análise deve visar o seu fim. Do outro lado, a incompletude da interpretação reside no impossível de se dizer tudo, pois se há uma verdade em jogo, ela se transmite apenas como semi-dizer.

É nesses termos que Lacan (1972-73) marca uma distinção entre o discurso analítico o discurso jurídico, ao dizer que o campo da verdade concerne aos analistas, a partir da consideração que há consequências quando o que está no lugar do semblante é o objeto a:

No esquema que lhes dei do discurso analítico, o pequeno *a* se escreve no alto, à esquerda, e é sustentado por esse S_2 , o saber, na medida em que ele está no lugar da verdade. É de onde ele interpela o S , ao qual se pede que diga não importa o quê, que deve levar à produção do S_1 , do significante como o qual se possa resolver o quê? Justamente a sua relação da verdade. (p.185)

No campo jurídico, cujo objetivo é o governo do gozo, a demanda é que o sujeito, então na figura da testemunha, possa revelar A verdade, ou seja, toda a verdade, confessando assim, sua particularidade gozante. No entanto, como nos ensina Misael, apesar de ser a verdade o que lhe conduziu a engajar-se em um tratamento, a verdade não é toda, mas traz infinitas resoluções, sua verdade é uma verdade, e, nesses termos, uma possibilidade.

Sua assinatura possui valor de verdade, e é nesse ponto que o direito pode intervir e operar. A assinatura é um documento reconhecido *publicamente*, através da qual torna-se possível reconhecer uma autoria e ao contrário da ortografia que convoca o sentido, pertence ao campo da caligrafia, o bordado da letra.

VIII. A formalização de Althusser

Em novembro de 1980, durante o ato sexual, em um surto psicótico aos 62 anos, Louis Althusser estrangulou sua esposa, Hélène Rytman, com a qual mantinha relações desde 1946. O caso foi um escândalo para os intelectuais franceses, ainda abalados com o suicídio de outro filósofo marxista, Nikos Poulantzas, em 1979. Houve uma tentativa de abafar o escândalo por parte dos amigos de Althusser, mas a imprensa e os inimigos políticos do filósofo retrataram e entenderam o crime como o traço de uma personalidade doentia, responsável por corromper a mente da juventude de sua época.

Durante o inquérito, Althusser diz não se lembrar das circunstâncias do crime – apenas que massageava a esposa e que, *de repente*, quando se deu conta, já a tinha matado. Por conta da gravidade de seu quadro melancólico, sofreu internação direta e compulsória no Hospital Psiquiátrico de Sainte Anne, onde permaneceu até 1983. Foi considerado inimputável, de acordo com o artigo 64 do Código Penal Francês da época, e não teve julgamento. Ao fim da hospitalização, Althusser desapareceu da cena intelectual francesa:

esquecido, excluído, faleceu em 22 de outubro de 1990, aos 73 anos, em uma clínica psiquiátrica francesa, em decorrência de insuficiência cardíaca.

Sua morte o trouxe novamente aos noticiários, quando foi descoberto em sua casa um texto escrito em 1985, sob o título de *L'avenir dure longtemps* (O futuro dura muito tempo), o qual continha suas memórias. Althusser recorda em sua autobiografia eventos traumáticos de sua infância, desde a morte do tio (também Louis) durante a guerra, sua infância na Argélia, até o exílio em campos de prisioneiros não-oficiais e as sucessivas internações acompanhadas de eletrochoques para o tratamento da psicose melancólica. Figura central em suas memórias, encontra-se a esposa Héléne, socióloga, também comunista, mas malquista pelos membros do partido, quase dez anos mais velha, e com a qual Althusser teve, aos 30 anos, sua primeira relação sexual.

Utilizando a escrita em causa própria Althusser redige suas recordações refletindo sobre as circunstâncias de seu crime. Embora adotemos termos como memória e autobiografia para caracterizar o estilo do texto de 1985, o próprio Althusser os recusa ao nos advertir que não se trata de um diário, mas da *retenção dos afetos* que marcaram sua existência, nos quais ele pôde se reconhecer e onde poderão reconhecê-lo, de modo que, dentre tais afetos, encontram-se “formações violentas”, as quais ele chamou por Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Sua escrita consiste na reconstrução das representações alucinatórias e da relação delirante com os familiares, e sobretudo com Héléne, a fim de reivindicar o direito que lhe fora negado, o procedimento penal clássico do julgamento, e assim se responsabilizar juridicamente, ou mais precisamente, *publicamente*.

Na semana que sucedeu o que Althusser chamou de drama, ele foi submetido a três perícias médico-legais, realizadas no hospital Sainte-Anne. Diante do estado de confusão mental, em decorrência de um desencadeamento melancólico, Althusser reconhece a impossibilidade de suportar comparecer perante uma instância *pública*. No entanto, internado por determinação jurídica e já sob tutela do Estado francês, sem dispor de liberdade, nem de seus direitos físicos, denuncia que fora privado de um direito em virtude de tal estado de não responsabilidade:

O estado de responsabilidade abre o caminho para o procedimento clássico: julgamento perante um tribunal do júri, debate *público* em que se enfrentam as

intervenções do Ministério *Público*, que fala em nome dos interesses da sociedade, testemunhas, advogados de defesa e da acusação que se exprimem *publicamente*, e o acusado que apresenta, ele mesmo, sua interpretação pessoal dos fatos. (ALTHUSSER, 1986, p. 26)

Privado de “lavar-se de seu crime”, Althusser, então um assassino em estado de irresponsabilidade jurídico-legal, vê-se destinado prévia e diretamente à internação psiquiátrica, pela qual é colocado a salvo de fazer dano a si mesmo (pelo suicídio) e à sociedade (pela possibilidade de voltar a matar), por tempo indeterminado.

Essa seria a diferença fundamental entre um culpado e o “louco infrator”. Aquele que é reconhecido culpado perante um tribunal do júri, recebe como punição a condenação de uma pena limitada em um tempo: dois anos ou mais, por exemplo, e mesmo em casos de prisão perpétua, a pena pode ser reduzida com o decorrer do tempo. Cumprindo a pena privativa de liberdade, o sujeito “paga uma dívida com a sociedade”, o que não acontece com o “louco” assassino.

O louco infrator é internado sem um limite prévio:

[...] conquanto que se saiba ou se devesse saber que em princípio todo estado agudo é transitório [...] na maioria das vezes, se não sempre, os médicos são um tanto incapazes, mesmo para os casos agudos, de fixar um prazo, ainda que aproximativo, para um diagnóstico de cura. Melhor, o ‘diagnóstico’ inicialmente feito não pára de variar, pois em psiquiatria só há diagnóstico evolutivo: só a evolução do estado do paciente permite fixa-lo, portanto modificá-lo. E, com o diagnóstico, evidentemente fixar e modificar o tratamento e as perspectivas de prognóstico. (ALTHUSSER, 1986, p. 28)

Quem é então o louco infrator? Sob a pedra sepulcral do silêncio, ele é um morto para quem o visita. Mas quem visita um louco em um hospital de custódia? Como não está realmente morto, pois sua morte não foi declarada, ele se torna progressivamente um morto-vivo – na verdade, nem morto, nem vivo – sem a possibilidade de aparecer *publicamente* por conta do lastro da periculosidade, correndo o risco de se tornar mais um dos produtos das grandes catástrofes mundiais das quais se tem conhecimento: um desaparecido.

O desaparecido é sempre uma ameaça, mesmo que, ao reaparecer, seu retorno esteja ancorado no discurso médico. A relação entre autor e crime pode reacender pois o crime não passou pelo crivo de um julgamento *público*, onde um assassino teria a possibilidade

reconhecida por lei de dar explicações *públicas*, de contar com uma defesa *pública*, e com as acusações *públicas* de uma promotoria. Para Althusser, o julgamento é esse direito de se explicar *publicamente*, “em seu nome e em pessoa”, ao contrário do caminho da inimputabilidade, quando o Estado é quem *assina* e age em seu nome. – o julgamento assegura ao sujeito os recursos *públicos*, posto que, tal como considerava Beccaria (2014), “o direito é a instituição da *publicidade*”.

O que se revela para o *público*, para Althusser? Que foi cometido um crime, como a vítima do mesmo morreu, e o destino do criminoso: o julgamento ou a impossibilidade de se pronunciar determinada pelo juiz. Notemos que, para Althusser, opinião *pública* e *público* não são a mesma coisa – a opinião *pública* se refere a uma estrutura discursiva, de controle, que coloca em cena os princípios norteadores dos dispositivos médico-legais e penais.

A prática psicanalítica em tais dispositivos tem nos revelado um outro caminho, a saber, que a responsabilidade é sempre imprevisível, ou, como diz Althusser, da ordem de uma *publicação*.

IX. Para não dizer que não falei das flores

1968. Geraldo Vandré apresenta sua canção, “*Para não dizer que eu falei das flores*”, no “2º Festival Internacional da Canção”, da Emissora Globo de Televisão, com uma temática relativa ao momento mais obscuro da história de nosso país, desde que se instalou uma ditadura militar através do golpe de estado de 1964, em 1º de abril, dia internacional da mentira. Somam-se a isso, uma série de eventos mundo a fora: o assassinato do líder Martin Luther King e do candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, Robert Kennedy; a Guerra do Vietnã; o Festival Internacional de Cinema de Cannes, que inaugurou a corrente estruturalista na sétima arte; o movimento brasileiro de resistência e contracultura, a Tropicália.

No Brasil, com a outorga do Ato Institucional 5 (AI-5), o governo Médici encontrou a garantia legal para prender, torturar, matar e exilar cidadãos, além da censura sobre a educação, as artes e os meios livres de comunicação. A canção de Vandré foi vice-campeã do Festival, a contragosto da população que a tinha como favorita, tornando-se um hino de resistência contra a ditadura militar, em clara convocação à todas as camadas sociais.

“Caminhando e cantando e seguindo a canção/ somos todos iguais, braços dados ou não / nas escolhas, nas ruas / campos construções / caminhando e cantando e seguindo a canção”, a primeira parte da canção, à qual segue-se “vem, vamos embora que esperar não é saber / quem sabe faz a hora / não espera acontecer” e “indecisos cordões ainda fazem da flor seu mais forte refrão e acreditam nas flores vencendo o canhão”. A palavra “flores” representa um diálogo literário de Vandrê com Chico Buarque de Holanda, pela referência de Geraldo à peça emblemática composta por Chico, *Roda Viva*: “Nós só cantamos um verso que fala em flores, flores, flores / Há quem nos fale de guerra / Morte, *miséria terrores* / Quando nos falam de terra plantamos flores, flores, flores”.

Censurado por suas letras, perseguido politicamente, Geraldo Vandrê, após passar meses escondido na casa de Aracy Carvalho Rosa – viúva de Guimarães Rosa -, partiu para o exílio. Dois anos antes, havia composto a trilha sonora para o filme *A Hora e a Vez de Augusto Matraga* (1966), baseada na obra do escritor mineiro.

Misael, declarado inimputável, incapaz de responder por si, fora injustiçado, torturado, esquartejado. Ao se queixar da ortopedia imposta pela censura psiquiátrica, legalizada pelo discurso jurídico, o que Misael atualiza é esse conflito universal entre *alíngua*, a língua de cada um, e a *desmoterilização* civilizatória, a alfabetização infligida pela linguagem. A instituição que lhe atormenta, que vocifera sobre seu corpo, é a própria linguagem que encontra suporte naquilo que jaz letrificado. Uma história de terror!

Do TERROREMA ao artista Mesaqui, Misael nos ensina sobre a posição ética de considerar a função da escrita na direção de um tratamento analítico, no que toca o possível de ser lido enquanto efeito de escrita. Afinal, no princípio da psicanálise, sempre foi a palavra....

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo analista tem a sua “amada”. Aquele acontecimento no qual é fígado pelo real em jogo na experiência clínica, e, desde qualquer lugar profissional em que se encontre, é conduzido irreversivelmente à um ofício singular, no caso a psicanálise, engajando-se em uma formação permanente. Esse é o começo pelo qual terminamos.

Há seis anos atrás, encerrava-se a oferta de atendimentos clínicos, por mim sustentada, em um manicômio judiciário do Estado de São Paulo. Dessa prática, não necessariamente imune aos efeitos da precariedade da articulação da rede pública de saúde, permaneceram as inquietações provenientes da experiência clínica adquirida, sobretudo no que toca os princípios táticos e estratégicos em relação às psicoses e a orientação extraída da ética do inconsciente.

Considerando as disposições convergentes da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, Lei da Reforma psiquiátrica, que instituiu um novo modelo de tratamento para a loucura no Brasil, especialmente algumas das disposições que preconiza em relação ao direito do usuário de serviços de saúde, como acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde de acordo com suas necessidades, tratamento em ambiente terapêutico por meios menos invasivos possíveis, proteção contra qualquer tipo de abuso ou exploração, incluindo os princípios básicos da Constituição Federal que corroboram com a superação do modelo tutelar, Misael Matraga nos ensina sobre os múltiplos desafios da psicanálise nas instituições, sobretudo aquelas que integram o pior do sistema judiciário brasileiro.

Articular a singularidade de cada paciente em cumprimento de medida de segurança, incluir suas contingências políticas e sociais, reinterpretar as disposições jurídicas, construir um processo de desinternação particular e progressiva, são todas premissas que impõem o mapeamento de uma densa malha de suporte, sem a qual o discurso analítico não pode operar.

No entanto, o panorama de nosso território, São Paulo, oferece uma leitura que remonta ao que de mais sombrio a humanidade pode produzir. A aliança entre direito e psiquiatria produziu uma querela no campo jurídico, entre os juristas que defendem o caráter apropriado do texto legal e aqueles que expõem o abismo entre a norma e a prática de sua determinação: a medida de segurança é uma pena?

Pode-se assim, atribuir, indiscutivelmente, o caráter de perpetuidade a *essa espécie de resposta penal*, ao arrepio da proibição constitucional, considerando-se que *pena e medida de segurança* são duas espécies do gênero sanção penal (consequências jurídicas do crime). Em outros termos, a lei não fixa prazo máximo de duração, que é indeterminado (enquanto não cessar a periculosidade), e o prazo mínimo estabelecido, de um a três anos, é apenas um marco para a realização do primeiro exame de verificação da cessação da periculosidade, o qual, via de regra, repete-se indefinidamente. (BITENCOURT, 2011, p. 786)

Esse cenário caótico, dos laços desgastados de um casamento perigoso, entre vigilância, prevenção e punição, levou o direito a pedir um divórcio litigioso e outros saberes foram convocados a dizer algo sobre a questão do louco infrator. Bitencourt (2011) diz que a medida de segurança está:

[...] esquecida pelos doutrinadores de escol que consomem milhares de resmas de papel teorizando sobre a culpabilidade e os fins objetivos da pena, mas furtam-se a problematizar a desumanidade e a ilegitimidade das medidas de segurança, por tempo indeterminado, cuja natureza não discrepa da pena, bem como de sua finalidade principal, que é, inconfessadamente, a de garantir a ordem e a segurança máxima. (p. 187)

Diante da violência traduzida nas internações infundáveis e compulsórias, sob o lastro da periculosidade, através de prisões perpétuas fantasiadas de medida de segurança, ou do encarceramento em um futuro que dura muito tempo, fez-se necessário inventar. Diante de sua impossibilidade, o discurso jurídico fez a oferta. Que *respostas* a psicanálise tem a oferecer?

Sob a letra da lei, em novembro de 1999, iniciou-se uma mobilização em diferentes esferas da sociedade civil a fim de tornar pública a violação dos direitos humanos aplicada institucionalmente aos sujeitos psicóticos. O CFP (Conselho Federal de Psicologia) lança a campanha “Manicômio Judiciário... o pior do pior...”, na abertura do IV Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, em Maceió. No mesmo encontro, Fernanda Otoni, psicanalista e psicóloga jurídica, expõe os resultados de pesquisa realizada naquele ano, que reuniu o levantamento da situação jurídica, clínica e social de quinze processos criminais envolvendo pacientes judiciários¹⁷, na cidade de Belo Horizonte.

¹⁷ Paciente judiciário: termo comumente empregado no campo de saúde mental para designar o louco infrator. A articulação dos termos paciente e judiciário indica a vinculação do cumprimento da medida de segurança a um tratamento possível, por determinação judicial, de acordo com a proposta do PAI-PJ de atenção integral e em rede em relação ao inimputável.

A referida pesquisa teve lugar nas disciplinas de Estágio Supervisionado IV e V do Curso de Formação em Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva. Durante a primeira fase da pesquisa, no primeiro semestre, os alunos estudaram quinze processos a fim de identificar os principais problemas a respeito do tratamento jurídico destinado ao paciente judiciário. Já na segunda fase, a pesquisa consistiu na elaboração de um projeto de acompanhamento dos casos na rede pública de saúde, a partir de uma mediação entre tratamento e processo jurídico.

Os primeiros dados revelaram a violação dos direitos dos indivíduos encarcerados no manicômio, como as mazelas relacionadas à estrutura física, às precárias condições de tratamento, à ausência de medicação, além da escandalosa superlotação institucional. O único manicômio judiciário mineiro, o Jorge Vaz, já não aceitava mais novos pacientes.

Esse quadro não abria outra opção aos juízes criminais a não ser encaminhar os pacientes judiciários para internação em hospitais da rede pública de saúde, tal como prevê o artigo 96 do Código Penal Brasileiro: “... a internação deve ocorrer em hospital de custódia e tratamento ou, *na falta deste*¹⁸, em outro estabelecimento adequado”.

De acordo com a orientação normativa, a Justiça mineira passou a encaminhar aos hospitais psiquiátricos da FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais) ofícios que exigiam a internação por tempo indeterminado. Criou-se, desse modo, um problema para o Instituto Psiquiátrico Raul Soares:

Essa situação foi responsável pelo tensionamento entre os hospitais psiquiátricos e os juízes criminais, pois a determinação judicial de internação desses indivíduos, por tempo indeterminado, contrariava a vontade política dos gestores em saúde mental, que estavam, naquela época, cuidando do processo de desospitalização dos portadores de sofrimento mental, de acordo com o projeto de saúde mental do município e a lei estadual 11.802/1995. (BARROS-BRISSET, 2010, p. 21)

Esse foi um diagnóstico referente à primeira fase de pesquisa. O diretor-geral do Instituto Raul Soares, Wellerson Alkmin, psicanalista, buscava encontrar uma solução para o conflito, sem, no entanto, abandonar as referências políticas e epistemológicas da psicanálise para o tratamento das psicoses. Buscando uma solução mediadora, em julho

¹⁸ Grifo do autor.

de 1999 foi constituída uma comissão no Instituto, composta por técnicos de saúde, jurídicos e do Ministério Público.

O objetivo da comissão era estudar os casos encaminhados por determinação judicial, a fim de oferecer um acompanhamento clínico-social que: a) fosse orientado pela singularidade de cada sujeito, considerando os princípios da luta antimanicomial; b) permitisse à autoridade judicial executar uma sanção penal individualizada para o louco infrator, seguindo as determinações da legislação vigente.

A pesquisa identificava que era preciso inventar um dispositivo conector entre a justiça e a saúde, capaz de integrar, na condução de cada caso, as lógicas heterogêneas, discursivas e práticas, atuantes na interface do tratamento do louco infrator. Esse dispositivo conector teria por compromisso a mediação entre o tratamento em saúde mental e o processo jurídico, zelando para que a solução interinstitucional estivesse de acordo com a singularidade clínica, jurídica e social de cada caso. A orientação dessa medida seguia pistas que o paciente judiciário entregava nos espaços institucionais que passara a frequentar, na justiça ou na rede de saúde. (BARROS-BRISSET, 2010, p. 22)

Primeiro, semanalmente, produziam-se rodas de conversa: um encontro entre os diferentes profissionais envolvidos na rede de atenção dos casos em andamento, para “recolher as pistas de sujeito deixadas pelos pacientes judiciários acompanhados”. A partir das reuniões, o desenho do acompanhamento era refeito, desfeito ou reinventado, e os resultados eram apresentados aos operadores do direito, a fim de avaliar a validade jurídica dos novos arranjos.

Efetuava-se um mapa do mundo jurídico, que indicava por quais brechas a singularidade do paciente jurídico poderia passar.

Buscávamos construir uma orientação para os acompanhamentos e não tínhamos nenhuma prática anterior que nos indicasse uma receita. Sabíamos, através de nossos estudos sobre a clínica das psicoses, de orientação lacaniana, que o crime de homicídio cometido na psicose, de modo geral, é conceitualmente uma passagem ao ato que tenta solucionar um sofrimento insuportável psiquicamente: trata-se de uma *resposta*¹⁹ para a angústia. (BARROS-BRISSET, 2010, p.22)

¹⁹ Grifo do autor

Os resultados dessa aposta, dessa orientação ética, foram apresentados ao Juiz Diretor do Foro da cidade de Belo Horizonte, José Afrânio Vilela, como um projeto-proposta, o qual foi aceito e implantado como projeto-piloto, pelo Juiz Dr. José do Carmo, ao início de 2000.

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) é um programa concebido dentro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e sua efetividade implica uma ação coletiva de atenção integral, a qual foi assumida pela rede pública de saúde de Belo Horizonte e de outros municípios mineiros. Participam dessa rede os movimentos sociais de defesa dos direitos de portadores de transtorno mental (o DETRANSME do Ministério Público), o Fórum Mineiro de Saúde Mental, a Associação dos Usuários de Saúde Mental, e os Conselhos Federal e Regional de Psicologia, além de uma parceria de fato com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesses termos, o PAI-PJ se propõe como serviço substitutivo, na função de oferecer um tratamento singularizado ao paciente judiciário e, ao mesmo tempo, de desconstruir o estigma da periculosidade, através de intervenções no campo político, social, legislativo e penal. Sua proposta é subsidiar a autoridade judicial em decisões de casos de inimputabilidade, promovendo o tratamento na rede pública de saúde, de acordo com os trâmites legais para a aplicação de uma medida.

De acordo com Barros-Brisset (2010), a construção de uma medida singularizada conta ainda com o apoio de centros de pesquisa e formação, principalmente o Unicentro Newton Paiva de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Brasileira de Psicanálise, os quais se dedicam à investigação e ao estudo clínico dos inúmeros casos atendidos, seja avaliando os efeitos de intervenções já realizadas, seja discutindo a viabilidade de novas práticas de atenção. Dispositivos institucionais jurídicos, como a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, também integram a rede de atenção, ao promover reuniões de equipe e discussões nas unidades prisionais, a fim de viabilizar a proposta de intervenção do PAI-PJ.

Cerca de quinze anos depois, esse programa pioneiro ainda se mantém único dentre as instituições judiciárias e de saúde mental em todo o país. O panorama atual das engrenagens enferrujadas do Sistema Penal Brasileiro sugere que o manicômio judiciário

– hospital pela lei, presídio na prática – ainda se apresenta “como uma pedra no caminho” do avanço das reformas psiquiátricas, quando estas atingem o campo do direito penal.

O PAI-PJ, enquanto dispositivo conector, convoca tanto juiz quanto analista a atuarem, pois quem determina a sua intervenção é o juiz, quando este aciona a rede de atenção. O juiz da vara de execuções convoca a equipe de psicologia do serviço para uma avaliação inicial do caso, de modo que o paciente judiciário não é concebido como um interno, mas de fato um usuário da rede pública de saúde como qualquer cidadão.

Procura-se considerar a proposta jurídica da medida de segurança, mas pela direção que um tratamento que implique a responsabilização. Por isso, há uma assessoria jurídica compondo a equipe de intervenção, com a função de localizar na lei uma interpretação possível capaz de incluir as especificidades do sujeito e de seu ato, durante todo o cumprimento da medida. Segundo Barros-Brisset (2010), a assessoria jurídica atua desde o cumprimento da determinação efetuada pelo juiz até a assistência social, no que toca a garantia dos benefícios estabelecidos pelo Estado para esse tipo de população, como por exemplo, a avaliação das possibilidades de reinserção no mercado de trabalho.

A estratégia de intervenção, de orientação lacaniana, toma as psicoses pela singularidade inconsciente. A experiência clínica com o psicótico infrator nos mostra, tal como podemos extrair do tratamento de Misael Matraga, que a possibilidade de responsabilização recupera o que a determinação da inimputabilidade desconsidera, pela queixa do paciente judiciário de ter sido impedido de responder publicamente por seu ato.

O cumprimento da medida consiste na construção de um saber sobre o episódio de conflito com a lei, a respeito do qual poderá advir uma resposta inédita, pela qual o sujeito produza um novo tipo de enlace que o inclua em outra posição no laço social. Barros-Brisset (2011) relata-nos que os pacientes encaminhados ao PAI-PJ por determinação judicial recebem o acompanhamento clínico e social, no qual a construção desse saber sobre o crime cometido ocorre, em muitos casos, através de um recurso específico: a escrita.

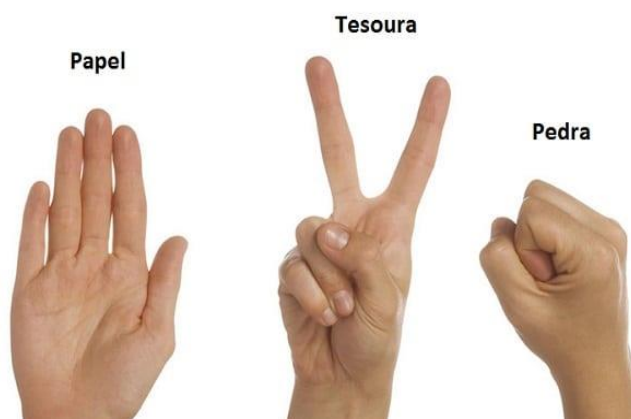
É comum, durante o tratamento ambulatorial, que os usuários do serviço efetuem a escrita da própria defesa, cartas endereçadas a autoridades judiciais, assim como testemunhos/confissões, que produzem como resultado a composição e aplicação de uma sanção penal singularizada:

Pareceu-nos, logo de início, que inscrever na ordem do mundo a resposta fora da lei, ao responder pelo seu ato esquisito, podia ser um caminho para encontrar um jeito de ser recebido nessa ordem social de um jeito razoável. Encontrar-se com o dispositivo jurídico, submeter-se aos seus procedimentos ao fazer uso de suas ficções, foi-se revelando como um dos recursos humanizantes essenciais para restaurar o laço social que se rompeu com o crime. A periculosidade foi perdendo sua cor, apagando-se sem nos assustar, à medida que foi ganhando cor uma responsabilidade inédita, diferente, impensável. (BARROS-BRISSET, 2010, p.24)

A escrita é um acontecimento que as diretrizes inovadoras do PAI-PJ propiciam e os testemunhos singulares dos usuários do serviço apontam para um caminho contrário à realidade jurídico-penal vigente em nosso país. É pela novidade da escrita que ocorre o advento PAI-PJ.

A primeira versão da proposta foi enviada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais como Projeto de Atenção Interdisciplinar ao Paciente Judiciário. Sem prescindir da lei, a resposta recolhida foi a seguinte: o projeto foi devolvido com essas letras, PAI. O nome PAI encarna uma aposta, conectando a disposição de seus trabalhadores à escuta, e à surpresa da clínica, evitando o risco de transformar o programa em lei, sob a pena de atualizar o rechaço do discurso jurídico.

A título de conclusão, esse nome PAI evoca a última sessão de Misael antes de sua desinternação definitiva. Ciente de que será nosso último encontro, propõe que joguemos “Jockey Pow”. Trata-se de um jogo japonês que envolve múltiplos movimentos, articulando ideogramas equivalentes a alguns objetos. No Brasil, o jogo se popularizou com apenas três jogadas básicas, entre pedra, papel e tesoura: a tesoura corta o papel, o papel embrulha a pedra, a pedra amassa a tesoura.



- *Eu quero te perguntar uma coisa que eu já sei: o que você é no Jockey Pow?*

- Não sei, para isso teríamos que jogar...

- *Tudo bem, eu sou água.*

- Por que água?

- *Eu pensei em água porque eu tenho uma maleabilidade, eu posso me transformar no estado que eu quiser, dependendo da situação: água, gelo, ar. Fique tranquilo, eu vou conseguir me recuperar, agora eu posso me manter firme. Eu sei que você é tesoura...*

- Então: pedra, papel ou tesoura?

- *Água, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLOUCH, Jean. (1990). **Marguerite, ou l’Aimée de Lacan**. Paris: E.P.E.L. Éditions, 1995.
- ALTHUSSER, Louis. (1976). **O futuro dura muito tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BARROS-BRISSET, Fernanda de. **Desinserção fundamental e laço social**. In: Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol.VI, n.11, nov.2010/abr.2011.
- _____. **Loucura, direito e sociedade: um laço de presunções ideologicamente justificadas**. In: Revista RDisan, São Paulo, vol.12, n.3, p.118-124, nov.2011/fev.2012.
- BERCHERIE, Paul. **Los fundamentos da la clínica: historia y estructura del saber psiquiátrico**. Buenos Aires: Manantial, 2009.
- BERTA, Sandra Leticia. **Escribir el trauma, de Freud a Lacan**. Buenos Aires: Letra Viva, 2014.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral, 1**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRASIL. **Códigos Penal; Processo Penal e Constituição Federal**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. **Código de Processo Civil e Constituição Federal**. 44. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. São Paulo: Edusp.
- CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CORREIA Jr., Rubens. Prefácio. In: TENDLARZ, Silvia Elena. **A quem o assassino mata? : O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise**. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

DA COSTA, N.C.A. **Introdução aos Fundamentos da Matemática**. São Paulo: EDUSP, 1992.

DE BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas**. Editora Alfabeta Brasil, 2018.

DE BATTISTA, Julieta. **El deseo en la psicosis**. Buenos Aires: Letra Viva, 2015.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. **A Culpabilidade e a Perspectiva ontológica de Liberdade**. *Justitia* (São Paulo), v. 64, p. 66-71, 2007.

_____. **Fundamentos da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DUNKER, C.I.L. Construção e Formalização de Casos Clínicos. In: DUNKER, C.I.L., RAMIREZ, H.A. ; ASSADI, T.C. (org.). **A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva**. São Paulo: Annablume, 2017.

_____. **Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento**. São Paulo: Annablume, 2011.

FALRET, Jean-Pierre. **Des maladies mentales et des asiles d'aliénés : leçons cliniques et considérations générales**. Paris, J. B. Baillière et Fils, 1864.

FINGERMANN, Dominique. **A (de) formação do psicanalista: as condições do ato psicanalítico**. São Paulo, SP: Escuta, 2016.

_____. **Os paradoxos da repetição**. Organização de Dominique Fingermann. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. Exigências de supervisão: necessidade e contradição. In: GIANESI, A.P.L.; DE ALMEIDA, B.H.A.; VOGELAAR, R.B. (org.). **Rede Clínica**. São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016.

_____. Psicanálise e literatura em Lacan. In: **Revista Cult Especial: Jacques Lacan, além da clínica**. São Paulo: no.8, ano 20, 2017.

FISCHER, Steven Roger. **História da Escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FREUD, S. (1900). "A interpretação dos sonhos (I)", In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. “A interpretação dos sonhos (II)”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. V. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. “Fragmento da Análise de Um Caso de Histeria”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1907 [1906]). “Delírios e Sonhos na *Gradiva* de Jensen”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1908 [1907]). “Escritores criativos e devaneio”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1911) “Notas Psicanalíticas Sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (Dementia Paranoides)”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XII Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1913). “Totem e Tabu”, In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1914) “Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise II). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XII Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____, (1916). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____. (1918). História de uma neurose infantil. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1919). “Uma criança é espancada” – contribuições ao estudo da origem das perversões sexuais. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1920). Além do princípio de prazer. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____, (1923). O Ego e o id. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____, (1925h). *La négation*. **In : Résultats, idées, problèmes II**. Paris: PUF, 1971.

_____, (1930 [1929]). **O Mal-Estar na Cultura**. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____. (1937). Construções em análise. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____, (1939 [1934-38]). Moisés e o Monoteísmo. **In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. (1975). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1987.

_____, (1972). **Histoire de La folie à l’age classique**. Paris: Gallimard, 1978.

_____. (1975). **Os anormais**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GODOY, Claudio. La nervadura del significante. **In: SCHEJTMAN, Fabián. Elaboraciones lacanianas sobre la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

_____. Los artificios de James Joyce. **In: SCHEJTMAN, Fabián. Elaboraciones lacanianas sobre la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

IZCOVICH, Luiz. (2011-2012). **A escolha das identificações**. Rio de Janeiro: AFCL, 2016.

- _____. **Los paranoicos y el psicoanálisis.** Medellín: Editorial No Todo, 2011.
- JOYCE, James. **Um retrato do artista quando jovem.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- KOLTAI, Caterina. **Política e psicanálise. O estrangeiro.** São Paulo: Escuta Ed., 2000.
- LACAN, Jacques. (1950a). “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1956). **O seminário, livro 3: as psicoses.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. (1957). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1957). **O seminário, livro 4: A relação de objeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. (1958). **O seminário, livro 5: As formações do inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. (1961). **O seminário, livro 9: A Identificação.** São Paulo: Tradução livre de circulação interna, Centro de Estudos Freudianos de Recife.
- _____. (1964). **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- _____. (1965). “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein”, In: **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1966). Ciência e Verdade. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. (1966). “Seminário sobre A carta roubada”, In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1969). **O seminário, livro 16: De um Outro ao outro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- _____. (1970). **O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- _____. (1970). **O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1971). “Lituraterra”, In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1973). **O seminário, livro 20: Encore**. Tradução livre de circulação interna, Escola da Letra Freudiana.

_____. (1974). “O aturdido”, In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1974). **O seminário, livro 21: Les Non-Dupes Errent**. Tradução livre de circulação interna.

_____. (1975). **O seminário, livro 22: RSI**. Tradução livre de circulação interna.

_____. (1976). **O seminário, livro 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. (1976). “Joyce o Sintoma”, In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1976). “Prefácio à Edição Inglesa do seminário 11”, In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1977). **O seminário, livro 25: o momento de concluir**. Tradução livre de Jairo Gerbase.

_____. (1963). **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LEIBSON, Leonardo. El cuerpo de la psicosis, entre el goce y la escritura. In: SCHEJTMAN, Fabián. **Elaboraciones lacanianas sobre la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

LIPPI, Silvia. **Os percursos da transgressão (Lacan e Bataille)**. In: *Ágora* (Rio de Janeiro), vXII, n.2, jul/dez 2009, 173-183.

LOMBARDI, Gabriel. **Clínica y lógica de la autorreferencia: Cantor, Gödel, Turing**. Buenos Aires: Letra Viva, 2008.

MAYA R., Beatriz. **El inconsciente rige la función de la letra**. *Revista Indecible*, No. 5, Asociación Foro del Campo Lacaniano de Medellín, 2012, p. 151-162.

MAZZUCA, Roberto. Fenómenos elementales. In: SCHEJTMAN, Fabián. **Elaboraciones lacanianas sobre la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

MUÑOZ, Pablo D. (2009). **La invención lacaniana del pasaje al acto: de la psiquiatría al psicoanálisis**. Buenos Aires: Manantial, 2009.

NOGUEIRA, L.C. **A psicanálise: uma experiência original. O tempo de Lacan e a nova ciência**. 1997. Tese (Livre-Docência), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Beatriz. Formação, pesquisa e transmissão em Psicanálise. In: GIANESI, A.P.L.; DE ALMEIDA, B.H.A.; VOGELAAR, R.B. (org.). **Rede Clínica**. São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016.

PACHECO FILHO, Raul Albino. **O sujeito e a lei: uma contribuição ao diálogo entre Psicanálise e Direito**. In: *Psic.Rev.* São Paulo, vol. 23, n. 1, 109-127, 2014.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; NERY FILHO, Antônio. **A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2): 335-55, maio-ago. 2002.

PEUSNER, Pablo. **El psicoanálisis con niños es un chino**. Buenos Aires: Letra Viva, 2016.

POE, Edgar Allan. “A carta roubada”. In : **Histórias Extraordinárias**. São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

PORGE, Erik, (1997). **Les noms du père chez Jacques Lacan: ponctuations et problematiques**. Ramonville Saint-Agne: Editions érès, 2006.

_____. **Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PRATES PACHECO, Ana Laura. **Feminilidade e experiência analítica**. São Paulo: Agente Publicações, 2017.

_____. Da marginal ao trânsito pela via da transferência: uma carta à Escola escrita com a letra impronunciável. In: GIANESI, A.P.L.; DE ALMEIDA, B.H.A.; VOGELAAR, R.B. (org.). **Rede Clínica**. São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016.

_____. **La Letra: De la carta al nudo**. Asociación Foro Del Campo Lacaniano de Medellín: Medellín, 2014.

QUINET, Antonio. **Psicose e laço social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Teoria e clínica da psicose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

RABINOVITCH, Solal. **A foraclusão: presos do lado de fora**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

RAMOS, Conrado. “Entrar em contato com a construção do caso clínico”, mas afinal, o que é isso? In: GIANESI, A.P.L.; DE ALMEIDA, B.H.A.; VOGELAAR, R.B. (org.). **Rede Clínica**. São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016.

RAMOS, Érika Rodrigues de Maynard. **Os Escribas e a Cultura Mnemônica: Status e Intermediação de Práticas Culturais no Reino Médio Egípcio**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo –USP, São Paulo, 2017.

ROSA, João Guimaraes. **Sagarana**. Global Editora, 2019.

RUSSELL, B. (1919). **Introdução à Filosofia Matemática**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SALINAS, Laura. **El analista Sinthome en la clinica de la psicosis**. Buenos Aires: Letra Viva, 2015.

SALUM, Maria José Gontijo. “Invenção e responsabilidade na psicanálise aplicada ao judiciário”. In: **Opção lacaniana, n. 43**. São Paulo: edições Eólia, novembro, 2014.

SCHEJTMANN, Fabián. De la “négacion” al *Seminario 3*. In: SCHEJMTANN, Fabián. **Elaboraciones lacanianas de la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

_____. Síntoma y *sinthome*. In: SCHEJMTANN, Fabián. **Elaboraciones lacanianas de la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

_____. Introducción de la trenza. In: SCHEJMTANN, Fabián. **Elaboraciones lacanianas de la psicosis**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

SOLER, Colette. **As lições das psicosis**. São Paulo: Agente Publicações, 2016.

_____. **Lacan, lecteur de Joyce**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

_____. **Lacan: l’inconscient reinventé**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

_____. **La querella de los diagnósticos (Curso 2003-2004)**. Buenos Aires: Letra Viva, 2009.

_____. **L'aventure littéraire ou la psychose inspirée : Rousseau, Joyce, Pessoa**. Paris : Éditions du Champ Lacanien, 2001.

_____. **O inconsciente: que é isso?**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **O que faz laço?** São Paulo: Escuta, 2016.

STRAUSS, Claude Lévi. (1948). **As estruturas elementares do parentesco**. 3.ed. Petrópolis: Vozes Ed., 2003.

_____. (1958). **Anthropologie structurale**. Paris: Ed. Plon Pocket, 1997.

TARSKI, A. **Prova e Verdade**. (Tradução livre e digitalizada de artigo publicado na *Scientific American*, em 1969).

TENDLARZ, Silvia Elena. **A quem o assassino mata?: O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise**. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

_____. (2007). **As incidências na clínica das versões do Nome-do-Pai (III)**. *Asephallus: Revista eletrônica do Núcleo Sephora*, v.2, n. 4, mai-out 2007.

TORRES, Ronaldo Silva. **Dimensões do ato em psicanálise**. São Paulo: Annablume, 2010.

VORSATZ, Ingrid. **Antígona e a ética trágica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VIEIRA, Marcus André. Do objeto à letra. **In: A arte da escrita cega: Jacques Lacan e a letra**. Organizadores: Marcus André Vieira, Thereza de Felice. Rio de Janeiro: Subversos, 2018.

